

MANSUETO
BERNARDI

Mansueto Bernardi

O PRIMEIRO CAUDILHO RIO-GRANDENSE

Fisionomia do herói missioneiro Sepé Tiaraju



EDITORA GLOBO

RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE — SÃO PAULO

O PRIMEIRO CAUDILHO RIO-GRANDENSE

Mansueto Bernardi

Mansueto Bernardi é um nome sobejamente conhecido, não só no Rio Grande do Sul, como também nos outros Estados do Brasil.

Além de uma intensa vida pública, em que exerceu cargos de relêvo nas administrações estadual e federal, como homem de letras publicou diversas obras que bem dizem das variegadas facêtas de sua atividade intelectual e artística. Entre elas contam-se: diversos volumes de poesias, reunidas, em sua maior parte, sob o título geral de "Terra Convalescente"; "A Vida e os Versos de Alceu Wamósy" e "Vida e Poesia de Eduardo Guimaraens", biografia e crítica literária; "O Livro do Bebê", educação e puericultura; "Como Administrei a Casa da Moeda e Estudos Monetários", trabalhos de administração e numismática; "Os Terrenos Urbanos de S. Leopoldo", "Bandeira Nacional e Bandeiras Estaduais", "Os Italianos e a República do Piratini", "O Pensamento Religioso dos Farrapos" e outros ensaios de menor porte.

O volume ora apresentado ao público tem o título de *O Primeiro Caudilho Rio-Grandense*

1: Praça João Menes
: Rua da Glória, 95
3: Av. Bric
: 232

3

O PRIMEIRO CAUDILHO
RIO - GRANDENSE

MANSUETO BERNARDI

(DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL)

O Primeiro Caudilho Rio-Grandense

Fisionomia do herói missioneiro
Sepé Tiaraju

Renato Nicolai



EDITORA GLOBO

RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE — SÃO PAULO

DEDICATÓRIA

À memória

- dos Padres João Batista Hafkmeyer e Carlos Teschauer, S. J.;
- de Aurélio Pôrto e Alfredo Varela;
- de Alcides Maya e João Simões Lopes Neto;
- de João Pinto da Silva e Rubens de Barcellos;
- de Roque Callage e Fernando Luís Osório,
meus confrades e amigos, que a morte já levou, esta singela
contribuição à História do Rio Grande antigo.

M. B.

1957

DIREITOS EXCLUSIVOS DE EDIÇÃO, EM LÍNGUA PORTUGUESA, DA
EDITORA GLOBO S. A. — PÔRTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL —
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

9
Homem sou, e nada do que é humano me pode ser indiferente.

TERÊNCIO

*A primeira lei da História consiste em não dizer coisa falsa,
a segunda, em ter a coragem de dizer a verdade inteira.*

LEÃO XIII

*A liberdade não entra no patrimônio particular, como as cousas
que estão no comércio, que se dão, trocam, vendem ou com-
pram: é um verdadeiro condomínio social; todos o desfrutam
sem que ninguém o possa alienar.*

*E, se o indivíduo, degenerado, a repudia, a comunhão, vigilante,
a reivindica.*

RUI BARBOSA

ÍNDICE

I

O Primeiro Caudilho Rio-grandense

<i>O Primeiro Caudilho rio-grandense</i>	15
--	----

II

Evocação de Sepé Tiaraju

<i>Evocação de Sepé Tiaraju</i>	39
---------------------------------------	----

III

Um monumento a Sepé Tiaraju

<i>Proposta de um Monumento a Sepé</i>	47
<i>A Dupla Personalidade de Sepé</i>	50
<i>Sepé Tiaraju e Rafael Pinto Bandeira</i>	55
<i>Sepé, os Jesuítas e a Guerra das Missões</i>	61
<i>Causas e Conseqüências do Tratado de Madrid</i>	69
<i>A Comissão de História e o Padre Antônio Sepp</i>	73
<i>A Comissão de História e "Os Três Mártires rio-grandenses"</i>	78
<i>A Comissão, as Missões e o Padre Anchieta</i>	87
<i>Monumentos Eretos e a Erigir</i>	90
<i>Aurélio Pôrto e as Reduções</i>	94
<i>Sepé e os Intelectuais rio-grandenses</i>	96
<i>Ainda Sepé e os Intelectuais</i>	103
<i>Sepé e a Poesia Épica</i>	110
<i>Sepé e a Poesia Gauchesca</i>	118
<i>Em defesa de Sepé Tiaraju</i>	119
<i>Sepé e o Rio das Lágrimas</i>	122
<i>Sepé Tiaraju e os Militares</i>	127
<i>Sepé Tiaraju e a Cruz de Caibaté</i>	134
<i>Sepé e os Cultores das Tradições Gaúchas</i>	139
<i>As Missões e os Mestres da História Pátria</i>	145
<i>Conclusão</i>	148

IV
Apêndice

<i>Parecer da Comissão de História contra Sepé Tiaraju..</i>	151
<i>Defesa do parecer da Comissão, pelo Dr. Moysés Vellinho</i>	155
<i>Refutação do parecer, pelo P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J.</i>	158
<i>Refutação do parecer, pelo General Rinaldo Câmara....</i>	169
<i>Pá de cal sobre o assunto Sepé</i>	183

13

O PRIMEIRO CAUDILHO
RIO - GRANDENSE

O PRIMEIRO CAUDILHO RIO-GRANDENSE

Quem foi o primeiro caudilho rio-grandense? Cronologicamente, foi o cacique Sepé Tiaraju, que nasceu e viveu, combateu e morreu no território dos Sete Povos das Missões, na época pré-açoriana.

Naquela zona da terra gaúcha, onde primeiro penetrou o Evangelho, se imprimiu a primeira fôlha volante, se ensinaram as primeiras letras, se plantou o primeiro fumo, se cultivou a primeira vide e se elaborou o primeiro vinho, se teceu o primeiro algodão, se organizaram as primeiras estâncias e se esparziu o primeiro trigo, se compôs o primeiro livro e se fundiu o primeiro ferro no Rio Grande; naquele rincão privilegiado, que é o verdadeiro berço da agricultura, da pecuária e da indústria que ora opulentam o nosso Estado, sob a direção espiritual dos Padres Jesuítas cresceu e se educou Sepé.

De conformidade com as Leis das Índias, cada missão ou redução se regia por um cabildo ou câmara municipal, mais ou menos equivalente às que existiam nas povoações espanholas.

Era êsse incipiente organismo comunal constituído só de índios e apenas as tribos já cristianizadas gozavam do direito de sua posse. Cada cabildo se compunha de um corregedor, um tenente de corregedor, dois alcaides da irmandade, um alferes, quatro regedores, um aguazil-mor, um procurador e um secretário, eleitos anualmente pelo povo, salvo o primeiro, que era nomeado pelo governador, sob proposta do cura, conforme elucida Teschauer, em sua *História do Rio Grande do Sul*. Nesse embrionário govêrno municipal, era o corregedor a autoridade mais alta, o prefeito, como diríamos hoje. Mas sua esfera de competência não abrangia somente a polícia e a administração da comunidade. Não presidia somente ao cabildo. Não exercia apenas o poder executivo. Competia-lhe também o julgamento dos feitos civis e criminais, segundo os códigos então vigentes.

Era, pois, o corregedor um verdadeiro expoente, uma espécie de príncipe, uma influência legítima, um verdadeiro chefe, na acepção precisa deste termo.

Pois a êsse pôsto eminente ascendera Sepé, graças à sua bravura, à sua inteligência, à sua capacidade de agremiação e de comando, aliás hereditária, pois que morubixaba também fôra o seu progenitor.

No aprendizado da leitura e da escrita, da doutrina cristã, das artes mecânicas e da guerra, nas festas civis e religiosas, nos tradicionais torneios entre mouros e cristãos, sempre Sepé Tiaraju se distinguira entre os seus pares.

Sabia laçar e domar um potro bravo. Sabia arar o solo, plantar e colher cereais, a cana-de-açúcar, a batata, a mandioca. Sabia como se cultivava e entretetece o algodão. Sabia beneficiar a erva-mate. Sabia parar um rodeio, conduzir uma tropa, ou manejar tanto uma arma de guerra como um pacífico utensílio agrário, de vez que tôdas as indústrias, ofícios, ciências e artes naquele tempo conhecidas na Europa, graças à obra prodigiosa dos missionários, floresciam plenamente nas reduções.

Já possuindo rudimentos precisos de organização social, política e religiosa, viviam os índios uma vida feliz, dividindo o seu tempo entre as lides mecânicas e agropastoris, as cerimônias festivas, os exercícios de defesa e as práticas de devoção.

Uma nova civilização deveras brilhante se elaborava ali e, em tôdas as aldeias, tão perfeita era a disciplina, que tudo marchava como ao ritmo de um compasso musical.

O povo acordava, tôdas as manhãs, ao som dos sinos. Rezava, nos seus templos, cantando e executando música religiosa. Ia para o trabalho, e trabalhava, ao toque de tambores, flautas, pífaros e charamelas. Regressava, ao planger da Ave-Maria. Em síntese, nas Missões vivia-se de fato musicalmente, como aconselha Platão.

O Tratado de Limites de 1750, concertado em sigilo entre os Reinos de Portugal e Espanha, veio quebrar, de inopino, a harmonia e o surto ascendente daquela próspera comunidade. Por aquêlê tratado, cedia Portugal à Espanha a Colônia do Sacramento, situada na margem esquerda do Rio da Prata, em frente de Buenos Aires, em troca dos Sete Povos das Missões, localizados ao oriente do rio Uruguai. Ao passo, porém, que

Portugal poderia retirar da sua Colônia a artilharia, as armas, as provisões e navios do Estado, ficando livre aos respectivos moradores continuar a residir ali, sujeitos ao novo Rei, ou a sair com todos os bens móveis, vendendo o resto, determinava expressamente o artigo 16 do Tratado que os habitantes das Missões emigrassem, de imediato, para qualquer outro ponto da possessão espanhola, levando apenas os bens móveis e semoventes, as armas, a pólvora e as munições, visto que tudo o mais — casas, igrejas, edifícios de qualquer espécie, propriedade e posse da terra — tudo seria entregue, sem indenização alguma, à coroa de Portugal.

“Trinta mil guaranis — pondera o ilustre Southey — com mulheres e filhos, com doentes e velhos, com cavalos, ovelhas e bois, tinham, como no Egito os filhos de Israel, de emigrar para o deserto, não fugindo à escravidão, mas obedecendo a uma das mais tirânicas ordens jamais emanadas do poder insensível.” (Robert Southey — *História do Brasil*, vol. 6.º, pág. 9.)

Era um verdadeiro confisco, violento, sumário e odioso, sem justificativa alguma, sem nenhum apoio em nenhuma lei. Fixava-se o prazo de um ano para a execução dêsse acôrdo cruel, que um protocolo do ano seguinte, assinado quando já era ministro o Marquês de Pombal, veio agravar ainda mais.

O Marquês de Valdelírios e o General Gomes Freire de Andrada foram incumbidos, respectivamente, pelos governos de Castela e de Portugal, da execução do tratado. Como comissário do Superior Geral da Companhia de Jesus, acompanhou o Marquês de Valdelírios o Padre Luís Altamirano, munido de plenos poderes sobre todos os jesuítas da América do Sul, e, como medida de precaução, foi transferido do Peru para o Paraguai, com as funções de provincial, o Padre José Barreda, o qual, “como estranho ao país e ao povo, não se deixaria naturalmente influenciar por nenhuma consideração pessoal no cumprimento da vontade do soberano.”

Prevendo, com mais argúcia que as duas côrtes contratantes, as dificuldades e perigos que a execução do tratado envolvia, o governador de Buenos Aires, D. José Andonaégui, representou ao Rei sobre os inconvenientes da permuta. Da mesma forma, os jesuítas do Paraguai protestaram perante a Audiência

Real de Charcas, obtendo dêste tribunal um pronunciamento a seu favor. Assim também a Audiência de Lima, o governo civil do Paraguai e o bispado de Córdoba e Tucuman.

“Todos pintavam a cessão das Sete Reduções como contrária aos interesses da Espanha, aconselhando alguns a anulação do artigo 16.” (R. Southey — *História do Brasil*, 6.^o, págs. 16 e 17.)

Todos salientavam a dureza da estipulação, a injustiça da mudança obrigatória, a crueldade do esbulho de tantos bens acumulados durante mais de um século de trabalho. O mais eloqüente de todos, porém, foi o provincial do Paraguai que assim se julgou no dever de falar:

“Os índios estão firmemente convencidos de que não é vontade do Rei arrebatá-lhes as terras que eles têm possuído durante 130 anos, e às quais foi o seu direito confirmado por diversos diplomas régios. Foi confiando nestes que eles construíram, não simples lugarejos, mas verdadeiras cidades, com grande número de edifícios cobertos de telhas, e com galerias de pedra, por baixo das quais se anda junto das casas sem receio da chuva. Das suas magníficas igrejas, as que lhes custaram menos, importaram, com os respectivos ornamentos, em cem mil escudos. Acrescente-se a isto a recordação, que extremamente os impressiona, das árvores que plantaram e na cultura das quais consumiram mais de 30 anos, para obterem de seus frutos uma bebida contínua. O valor destas plantações das Sete Reduções excede de um milhão. As suas sementeiras de algodão, cujo fruto serve para fazer fio, e êste para fazer tecido, não têm valor inferior ao das árvores; não podendo ainda deixar de ver que, partindo, deixarão mais de um milhão de gado, tanto em carneiros como em vacas, cavalos, muares, etc.

A vida dos missionários está em perigo, por isso que os índios estão fortemente resolvidos a não obedecer. Os neófitos estão decididos a passar antes para o domínio de Portugal do que a abandonar as suas propriedades. Enfim, a salvação de suas pobres almas acha-se gravemente comprometida por efeito da providência injusta, que os expõe a desobedecer a seus superiores.” (C. Teschauer — *História do Rio Grande do Sul*, vol. II, págs. 207 e 208.)

Convocados os missionários mais velhos e, por conseguinte, mais conhecedores do meio e da psicologia dos índios, todos, exceto um, declararam impossível efetuar o que se pretendia. “Contudo, assevera Southey, preparavam-se para obedecer, se obediência fôsse exigida.” E exigiu-se. Não obstante, como acentua Capistrano de Abreu, “ceder terras com habitantes fôsse uma amputação dolorosa” e, ainda mais, “entregar terras, deixando os bens de raiz, levando os moradores apenas os móveis e semoventes, reportasse à crueza dos Assírios”, exigiu-se a transmigração em massa. (C. de Abreu — *Capítulos de História Colonial*, págs. 256-257.)

No intuito de suavizar a dura sorte dos índios, seus filhos espirituais e seus pupilos, requereram os missionários uma prorrogação do prazo estipulado, alegando a necessidade de se prepararem abrigos para a multidão, quando chegasse ao seu destino, sem falar nas acomodações precisas em caminho, e sob as quais pudesse pernoitar, se não os varões e os adultos, ao menos as mulheres e as crianças, os velhos e os enfermos.

Chegados ao ponto de destino, mais um ano seria necessário para que as lavouras produzissem algo e as sementes frutificassem. Nessa conformidade, impetraram os jesuítas, para obedecer à letra do tratado, um prazo de três anos, indispensável à construção de novas casas e ao amanho das novas terras. O Marquês de Valdelírios respondeu terminantemente que não lhes concederia sequer três meses. E proibiu até, ato contínuo, quaisquer plantações e sementeiras novas nas Reduções. Destarte, não houve outro remédio senão obedecer.

Transmitiu pessoalmente e com a máxima cautela o padre provincial aos tuxavas das Missões a ordem de El-Rei. “Acostumados desde muito à submissão sem reserva, escreve Southey, os caciques mostraram-se inclinados a obedecer, exceto o de São Nicolau, o qual respondeu com azedume que dos seus maiores tinha herdado aquelas terras e que delas não sairia.”

Sem embargo, tentou-se a transmigração. De cada povo saiu um trôço de índios, acompanhados de um padre, a fim de explorar o país em busca de localização para os novos estabelecimentos. Escolheram-se até as novas sedes das reduções. Saíram alguns aldeamentos, embora de má vontade, entre mur-

murações. Outros, porém, reagiram, negando-se a partir. Outros que já estavam em caminho, retrocederam.

De nada valeram os pedidos e as exortações dos missionários. Intimaram os curas a não pregar outra coisa que não fôsse o Evangelho. E depostos e encarcerados foram os cabildos obedientes a El-Rei. "Que padres são êstes dos nossos tempos? — clamavam nas ruas os insurretos. — Os antigos nos defendiam dos nossos inimigos, os portugueses. Iam à guerra conosco, animavam-nos e ainda davam a vida por nós, como bons pastores. Mas os de agora nos querem despedaçar à maneira de tigres, pois nos mandam dar as nossas terras, as nossas estâncias, os nossos trabalhos, o nosso suor e o nosso sangue aos inimigos que nos têm roubado, e agora, enganam o nosso Rei para tirar-nos tudo de uma vez; mandam que saíamos desterrados para outros rincões, onde nos matará o trabalho insano e onde a terra não basta para nos sustentar. Não nos deixemos enganar. Juntemo-nos todos. Acabemos com os nossos mortais inimigos." E os de Santo Ângelo: "Porventura Deus ama os espanhóis mais que os pobres índios? A quem encomendará Deus a salvação das nossas almas? Àquele que nos quis lançar fora das nossas terras?" E os de São Lourenço: "Desta terra, onde estamos, não sairemos, enquanto não formos reduzidos a cinzas, nem sairemos das nossas fazendas, pois, olhando para quatro ervaais, quatro grandes algodoais e a nossa estância, não vemos para onde nos mudarmos, não achamos terra alguma boa para fazer igreja, para fundar uma aldeia ou para plantar um erval." (C. Teschauer — Obra citada, págs. 223 e 224.)

À vista dêstes fatos, o Padre Luís Altamirano, que se encontrava então em Japeju, julgou mais prudente fugir sem detença, protegido por grande escolta, à notícia de que 300 índios armados da redução de São Miguel, às ordens de Sepé, o estavam procurando, para lhe dar a morte.

Entrementes, chegam à coxilha de Santa Tecla, perto da atual cidade de Bagé, cinquenta soldados portugueses e outros cinquenta espanhóis, com os competentes oficiais, capelães, cirurgiões e pilotos adidos à Comissão de Limites, a fim de dar início à demarcação. A estância de Santa Tecla pertencia à redução de São Miguel e nela havia uns guardadores de gado e uma capela, visitada de quando em vez pelos missionários.

Souberam da chegada dos demarcadores os miguelenses que andavam no encalço do Padre Altamirano e, abandonando o primitivo intento, acorreram para lá. Comandava-os o cacique Sepé Tiaraju, que intimou os demarcadores a fazer alto. "Deus e São Miguel lhes haviam dado aquelas terras que possuíam", declarou Sepé. "Se a comissão e a tropa espanhola queriam seguir avante, podiam fazê-lo, que bem-vindas eram e todo o auxílio receberiam. Mas os portugueses não entrariam no país."

Um criado lusitano, que andava arrebanhando gado na fazenda, foi morto por êles. Em face dos empecilhos encontrados, os demarcadores julgaram de bom aviso regressar ao Rio da Prata, onde chegaram ao mesmo tempo que o Padre Altamirano. Também o Marquês de Valdelírios acabava de voltar àquele pôrto depois de ter conferenciado com Gomes Freire na embocadura do arroio Chuí, onde haviam combinado proceder militarmente contra os insurretos.

Na iminência da guerra, que tudo estava anunciando, renunciaram os jesuítas aos seus poderes sobre as reduções, renúncia que, todavia, não foi aceita, nem pela autoridade eclesiástica nem pela civil.

E rebentou a guerra, a guerra guaranítica, a guerra das reduções ou das Sete Missões, como lhes chamam os historiadores. Isto foi em princípios do ano de 1754. No Rio Pardo se iniciaram as hostilidades. Ali se fortificara um destacamento de portugueses e a desalojá-los saíram os guaranis de São Luís, a cujo território pertencia o lugar. Os portugueses fizeram uma sortida para dispersá-los, mas foram recebidos por uma chuva de setas, que lhes matou 16 homens. Interveio, então, a artilharia, que dispersou, num ápice, os atacantes.

Retornaram, porém, êstes, pouco depois, em maior número e trazendo também artilharia, a qual constava de grossas taquaras cobertas de couro cru e atarraxadas com arcos de ferro. Comandava-os, desta feita, o Capitão Sepé Tiaraju, "homem de invulgar valor e talento", escreve Southey. Não obstante a sua esperteza, sob o pretexto de uma conferência, deixou-se, no entanto, o comandante indígena colhêr nas mãos dos portugueses, com mais trinta soldados.

Capturado o chefe guarani, mandaram os portugueses propor ao inimigo a permuta daquele e de seus companheiros por

uma tropa de cavalos que os índios, uns dias antes, lhes haviam tomado. Não foi fácil se entenderem, atenta a justificada desconfiança dos guaranis.

No intuito de remover as dificuldades antepostas à troca desejada, resolveram, por fim, os lusitanos, mandar como emissário o próprio Sepé, escoltado por doze cavaleiros, indo também ele a cavalo, porém nu e sem armas nem esporas. (Southey — *História do Brasil*, vol. 6.^o, págs. 32 e 33.)

As partidas inimigas eram separadas por um rio, que o caudilho indígena pediu o deixassem transpor, a fim de conferenciar com os seus. E como lho recusassem, perguntou como poderia êle concertar a permuta, sem falar com a outra parte interessada. E acrescentou, como por gracejo, que, se quisesse passar-se para os seus patrícios, ninguém o poderia impedir. Riram-se os europeus, perguntando como poderia fazê-lo. — Assim — retrucou Sepé. E incitando o cavalo com o chicote e com a voz, partiu numa disparada. Perseguiram-no os dragões, atirando sobre o fugitivo, mas sem acertar no alvo. Sepé embrenhou-se no mato. Desmontou. Atravessou o rio a nado e se foi para o campo dos seus. (Tadeu Enis — *Diário da Guerra dos Guaranis*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 52, pág. 491.)

Avultam, no entanto, as operações. Sob o comando do governador Andonaégui, avançam os espanhóis pela margem esquerda do Uruguai, acompanhados por uma flotilha às ordens de D. Juan Echevarria. Os portugueses movem-se do pôrto do Rio Grande, e alcançam o alto Jacuí. Chegados ao rio Igapuí, aquêles estacam e intentam regressar, mas são atacados pelos índios. Tomás Hinser aceita o combate e passa pelas armas cêrca de trezentos. O General Gomes Freire, entrementes, chega ao Rio Pardo e assume em pessoa o comando-geral dos portugueses. Em setembro, acampam no passo do rio Jacuí, onde encontram as primeiras patrulhas inimigas.

Desconhecendo-se mutuamente, ambos os exércitos nega-
ceiam. As sentinelas falam-se. Permutam-se objetos e munições de boca. E assim se inicia e continua por meses, informa o erudito Carlos Teschauer, um estranho comércio, ora amigável, ora ameaçador, entre os americanos e os europeus. Acampa Gomes Freire num mato, chamado dos jacus ou faisões, do que

deriva o nome do nosso maior curso d'água. Todos os portugueses que saíam desse mato, eram vitimados pelos guaranis, que, dessa maneira, prestaram, entretanto, um grande serviço ao comando inimigo, porquanto assim impediam as deserções.

Foi ali que se realizou, no ano de 1754, uma entrevista entre Sepé Tiaraju e o General Gomes Freire de Andrada, entrevista que o Padre Teschauer descreve com tôdas as minúcias, no segundo volume de sua monumental "*História do Rio Grande do Sul*", e que vale a pena trasladar para aqui mais ou menos textualmente, visto ressaltar da mesma, como de um alto-relêvo, a consciência da dignidade pessoal, a altivez ingênita dos rio-grandenses.

"Gomes Freire convidara o chefe ameríndio a visitá-lo. Êste, a princípio, não aceitou, mandando perguntar ao general europeu por que razão não ia êle. Finalmente, condescendeu ir. Foi-lhe designado lugar e tempo, à vista de ambas as partes. Para esta cerimônia ou comédia de audiência, foi estendido um tapêto no chão, posta em cima uma cadeira de campo para o general e nos quatro cantos plantaram-se quatro cabos subalternos portugueses bem armados. Fora do tapêto, estavam doze dragões bigodudos e, detrás dêles, algumas peças de artilharia de campanha e, entre estas, um soldado branco e outro preto. A êste cerimonioso prelúdio, seguiu-se um ato muito sêco de parte do índio. O corregedor guarani chegou acompanhado de muitos dos seus até quatro quadras de distância do tapêto do general. Depois, prosseguiu a cavalo com poucos companheiros, quando o general mandou que deixassem as armas.

— Por quê? — perguntou o índio — se o general e sua gente estão armados?

E seguiu tão depressa o intérprete, que chegaram quase ao mesmo tempo à presença de Gomes Freire. E sem mais cumprimento nem saudação que um "Bendito e louvado seja o Santíssimo Sacramento", montado encarou o general para dizer-lhe a notícia que trazia.

Quando o intérprete pediu a Sepé que se apeasse para beijar a mão ao general, retrucou o índio: "Ao teu general beijar a mão? Por quê? Acaso estou eu em terra dêle e não êle na minha? Dize ao teu general que não me apeio nem lhe beijo a mão."

Gomes Freire, com majestade, na sua cadeira, respondeu: — “Diga a êsse índio que êle é um bárbaro.” E êste ao pé da letra: — “Pois dize-lhe que êle é mais bárbaro do que eu.”

E depois dêsse preâmbulo nada cortês, foi dizendo: — “Pois, general, eu vim para dizer-te que o exército espanhol voltou em paz, e que tu e teu exército fazeis o mesmo e volteis daqui também! É isto e nada mais o que tenho de te dizer.”

Soltou o general umas balandroadas, dizendo que iria até os Povos e que tinha soldados mui bravos. A isso respondeu o índio que também êle tinha soldados que não cediam aos portugueses em valor.

Em seguida, mudou o general de tom falando em promessas e presentes preparados para êle. Respondeu o chefe indígena que não queria presentes.

Já de ânimo um pouco mais condescendente, ao menos na aparência, tirou o Gomes Freire a sua valiosa caixa de rapé e, tomando uma pitada, a entregou ao intérprete, a fim de que a oferecesse também ao corregedor guarani. E aqui — narra o cronista que forneceu a Teschauer êste relato — aqui é necessário conter o riso. O índio, com rosto carrancudo, diz ao ofertante: — “Sai daqui, negro, pois pensa o teu amo que eu preciso do tabaco dêle? Ou que porventura eu não tenha, tão bom ou ainda melhor do que êste?”

E, sem mais conversas, disse aos companheiros: Já ha — ou seja: Vamos daqui. E dando de esporas aos cavalos, retornaram ao seu acampamento.” (Carlos Teschauer — *História do Rio Grande do Sul*, vol. 2.º, págs. 249 e 250. Livraria Selbach. Pôrto Alegre, 1921.)

Pouco depois dêsse encontro, chegou um chasque do General José Andonaégui, com uma carta para Gomes Freire, avisando-o de que resolvera retirar-se para Buenos Aires, atenta a impossibilidade de avançar. Terminava o governador espanhol aconselhando o comandante português a recolher-se também ao forte do Rio Pardo com o seu exército, até combinarem novas medidas.

Entretanto, os índios, cada vez mais audaciosos, por verem os portugueses isolados e sem recursos, os hostilizavam de todos os modos e por todos os meios ao seu alcance, debilitando-os

por tal forma, que se viram êstes na contingência de pedir um armistício, celebrado afinal no dia 19 de novembro de 1754.

Pelas cláusulas dêsse armistício, ambas as partes se comprometiam a não atacar-se, enquanto o exército português não tornasse à campanha, e a voltarem todos para suas terras.

Nessa campanha, se tal nome é aplicável ao caso, — pondera Southey — não tinham mostrado os guaranis nem tino, nem iniciativa, nem unanimidade. As dificuldades só por si é que tinham desacoroçado os invasores. Mas ganhara-se tempo e, com a sua influência em Madrid, esperavam os jesuítas obter a revogação do odioso tratado, especialmente do seu artigo 16, relativo à deportação. E enquanto empenhavam todos os recursos no sentido de alcançar o favor dos poderes terrestres, invocavam, por outro lado, a intercessão de todos os santos, a fim de que os defendessem dos seus caluniadores e os auxiliassem a demonstrar a crueldade da estipulação e o fundamento dos seus informes.

Mas essa esperança foi illusória e, em dezembro de 1755, movem-se de novo os dois exércitos aliados, combinando fazer junção nas cabeceiras do rio Negro, a fim de penetrar, via Santa Tecla, no país dos guaranis. Eram em número de 1600 os portugueses, uns 2000 os espanhóis, e enorme a provisão de víveres, armas e munições. Além de Andonaégui e Gomes Freire, ia também na expedição o governador de Montevideu, José Joaquim Viana. Juntaram-se todos em Santo Antônio, o Velho, perto de Bagé, então pertencente à estância de São Miguel. E distavam umas 90 léguas das Reduções. Em princípios de janeiro de 1756, começaram a avançar com extrema lentidão e teriam, por certo, retrocedido pela segunda vez, se aos guaranis ocorresse a lembrança de incendiar os campos, que deviam atravessar.

Mas os primitivos rio-grandenses demoravam inativos, cegamente confiantes no seu número, na sua bravura pessoal e nos seus santos. Não se prepararam sèriamente para a resistência e apenas uns 300 dêles, ao mando de Sepé Tiaraju, corregedor de São Miguel, se reuniram para embargar o passo aos invasores.

Às patrulhas avançadas dos expedicionários perguntaram os índios o que buscavam nas suas terras e se não tinham achado

umas cartas em Aceguá e por que não se tinham detido. Responderam os aliados europeus — porque estavam escritas em guarani, idioma que não conheciam.

Quiseram em seguida conduzi-los à presença do Capitão-General Andonaégui, ao que se negaram terminantemente os indígenas. Pouco depois, o próprio Governador Viana encontrou um piquete de índios, que repetiram as perguntas anteriores, acrescentando “que não reconheciam senão sua liberdade, que tinham recebido de Deus, assim como tinham recebido aquelas terras, dependentes da redução de São Miguel, e que por isto ninguém mais lhas podia tirar.” E, nesse pressuposto, exigiam que os estrangeiros não avançassem.

Como, entretanto, o governador de Montevideu insistisse em prosseguir, os índios deram de rédea aos seus cavalos, dizendo: “No caminho nos encontraremos.” E assim, de fato, sucedeu. No dia 7 de fevereiro de 1756, houve diversos pequenos encontros e tiroteios isolados, sendo mortos diversos portugueses, que imprudentemente se haviam afastado das guardas avançadas.

“Em consequência disso — relata o historiador inglês Southey — teve o governador de Montevideu, José Joaquim Viana, ordem de sair com 300 homens a castigar o inimigo. Constando ser este em grande número, enviou-se segundo destacamento, de 500 praças, a apoiar o primeiro, mas, antes da chegada do reforço, tivera lugar uma escaramuça, em que tombou Sepé Tiaraju. Caiu como um valente. Um cavaleiro português o feriu com um lançaço, quando o cavalo do caudilho missioneiro rodou num buraco de tatu, mas não sem receber também um ferimento, e talvez que Sepé ainda se erguesse, e se salvasse, se Viana não o houvesse morto com um tiro de pistola, acidentalmente assim caído.” (R. Southey — *História do Brasil*, vol. 6.º, págs. 48 e 49.)

Sobre o corpo, exânime, do primeiro monarca das coxilhas, gaúchas, foram encontradas duas cartas, escritas em idioma guarani. Era uma, do mordomo de São Xavier, e dizia: “Pelo amor de Deus, não te deixes enganar por essa gente que nos odeia. Se lhe escreveres, dize-lhe quão indignado estás contra a sua vinda, quão pouco a tememos, e quão numerosos somos,

e que, ainda que não fôssemos tantos, não o temeríamos, por serem conosco a Santíssima Virgem e os Santos Anjos. Envio-te uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Loreto. Podes bem confiar nas orações de todos quantos nos achamos neste lugar, e especialmente nas das inocentes crianças, que outra cousa não fazem senão implorar Deus a teu favor.”

Não tinha assinatura a segunda carta, que assim rezava: — “Apenas se aproximarem êsses homens que nos aborrecem, devemos invocar a proteção de Nossa Senhora, e de São Miguel, e de São José, e de todos os santos e, se forem sinceras as nossas preces, serão ouvidas. Devemos evitar toda conferência com os espanhóis e ainda mais com os portugueses, que são a causa de todo o mal. Lembrai-vos como em tempos antigos mataram muitos milhares de nossos pais, sem perdoarem nem as inocentes crianças e como nas nossas igrejas profanaram as imagens que adornavam os altares dedicados a Deus Nosso Senhor. E como querem tornar a fazer-nos o mesmo, a nós e aos nossos. Não queremos aqui êsse Gomes Freire, que, por instigação do diabo, tanto ódio nos tem. Foi êle que enganou o seu rei e o nosso bom monarca, e por isto não queremos recebê-lo. Temos derramado o nosso sangue no serviço de El-Rei, pelejado suas batalhas na Colônia e no Paraguai, e, apesar disso, êle nos ordena que abandonemos as nossas casas, a nossa pátria! Semelhante mandamento não é de Deus, é do Diabo, mas o nosso Rei anda sempre pelos caminhos de Deus, não do Demônio, assim no-lo tem dito sempre. Êle sempre nos amou como seus pobres vassallos, sem jamais buscar oprimir-nos, nem fazer-nos injustiça. E, quando souber de todas estas cousas, não podemos crer que nos mande abandonar quanto temos, para entregá-lo aos portugueses. Isto nunca acreditaremos.

Por que não lhes dá êle Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, e o Paraguai? Por que há de somente recair sobre nós, pobres índios, a ordem de deixar casas, igrejas, tudo quanto possuímos e recebemos de Deus?”

“Severa — diz Southey — foi para os guaranis a perda de Sepé, homem tão sagaz quão destemido; o único caudilho que algum talento militar desenvolvia e que, embora não apro-

veitasse quantas vantagens se lhe ofereciam, nunca também expunha a sua gente." (R. Southey — Obra citada, págs. 47-51.)

Aqui termina a história de Sepé, à cuja morte se seguiu, pouco depois, no dia 10 de fevereiro de 1756, a horrenda chacina de Caibaté, onde mil e quinhentos índios "foram imolados como ovelhas pelos seus desapiadados perseguidores. Os pobres infelizes que, para evitar as estradas, buscavam refúgio nas árvores, eram derribados pelos mosquetes, quais pássaros ou macacos." (R. Southey — Obra citada, pág. 53.)

Aqui termina a história e começa a lenda. O caudilho Sepé desaparece, com a maior parte dos seus, esmagados pela aplastante superioridade das armas inimigas. Desaparece o Capitão Sepé, mas fica e vive o protomártir civil das Missões. Destruídas as Reduções, expulsos, pouco depois, os jesuítas, mortos, dispersos ou submetidos os guaranis, o povo começa a fazer história, a verdadeira história, a "história-ressurreição", no conceito feliz de Michelet.

A sua morte heróica é contada de rancho em rancho, de estância em estância, de galpão em galpão, na campanha e na serra. Os pais o apontam aos filhos como um exemplo. A sua resistência contra a arbitrariedade, o seu protesto armado contra os prepotentes comissários de dois reis grileiros de ultramar, as suas façanhas, o seu martírio, são louvados em prosa e verso. A lenda se apodera d'ele, atribuindo-lhe virtudes sobrenaturais. E põe-lhe em redor da testa a auréola dos santos, o lunar, mandado divino...

O rio afluente do Vacacaí, em cuja margem foi enterrado o herói gaúcho, batiza-o a veneração pública com o nome de São Sepé. São Sepé também se denominam uma coxilha, uma cidade, um município, uma estação ferroviária daquela região. São Sepé se intitulam inúmeros edifícios em todo o Estado, e uma empresa de transportes, e um ginásio.

No lugar da sua sepultura, os sobreviventes da hecatombe de Caibaté erguem uma grande cruz de madeira, símbolo eterno de sacrifício, com a seguinte inscrição, em idioma guarani: "Em nome de todos os Santos. No ano de Cristo Jesus de 1756. A 7 de fevereiro morreu o corregedor guarani Sepé Tiaraju, num combate que houve num sábado. A 10 de fevereiro, numa terça-feira, feriu-se uma grande batalha em que pereceram, neste lu-

gar, 1500 soldados e seus oficiais, pertencentes aos Sete Povos do Uruguai. A 4 de março mandou D. Miguel Mayná fazer esta cruz pelos soldados."

Por motivo dessa cruz, o campo de batalha de Caibaté no atual município de São Gabriel, ficou mais vulgarmente conhecido pelo nome de Campo da Cruz, que ainda hoje perdura.

Como se vê, a justiça não falha. Pode tardar, mas não falha nunca. Todos os que sofrem, todos os que se sacrificam, todos os que morrem por uma causa boa, por um ideal, superior, em defesa da liberdade ou da comunidade, da pátria ou da família, são um dia recompensados. Sepé foi mais que recompensado. Foi canonizado, não pela Igreja, mas pela tradição popular que, segundo o provérbio, também expressa a voz de Deus.

A poesia também o retrata, com tinta eminentemente cristã, num painel histórico, cheio de verdade e de beleza, de emoção e de vigor. O grande Simões Lopes Neto conta, nas *Lendas do Sul*, ter ouvido, em 1902, numa picada que atravessa o rio Camaquã, entre os municípios de Canguçu e Encruzilhada, uma velha mestiça recitar esta rapsódia, que tudo indica haver brotado da mais pura fonte do sentimento popular:

O LUNAR DE SEPÉ

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

Mandaram por serra acima
espantar os corações,
que os Reis Vizinhos queriam
acabar com as Missões,
entre espadas e mosquetes,
entre lanças e canhões!

Cheiravam as brancas flores
sôbre os verdes laranjais.
Trabalhava-se na fôlha
que vem dos altos ervais.
Comia-se das lavouras
da mandioca e milharais.

Ninguém a vida roubava
do semelhante cristão.
Nem a pobreza existia,
que chorasse pelo pão.
Jesus Cristo era contente
e dava a sua benção.

Por que vinha aquêle mal,
se pecado não havia?
O tributo se pagava,
se o vice-rei o pedia.
E até sangue se mandava,
na gente moça que ia.

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

Os padres da Companhia
faziam a sua missão:
batizando as criancinhas
e casando, por união,
os que juntavam os corpos
por fôrça do coração.

Do sangue dum grão Cacique
nasceu um dia um menino,
trazendo um lunar na testa,

que era bem pequenino.
Mas era um cruzeiro, feito
como um emblema divino!

E aprendeu as letras feitas
pelos padres, na escritura.
E tinha por penitência
que a sua própria figura
de dia, era igual às outras
e diversa, em noite escura!

Diferente em noite escura
pelo lunar do seu rosto,
que se tornava visível
apenas era o sol pôsto.
Assim era Tiaraju,
chamado Sepé, por gosto.

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

Cresceu em sabedoria
e mando dos povos seus.
Os padres o instruíram,
para o serviço de Deus.
E conhecer a defesa
contra os males dos ateus.

Era moço e vigoroso
e mui valente guerreiro.
Sabia mandar manobras
na coxilha ou no terreiro.
E no meio dos perigos
sempre andava de primeiro.

Das brutas escaramuças
as artes e as artimanhas
foi o grande Languiru
que lhe ensinou, e as façanhas
de se enredar o inimigo
com o saber das aranhas...

E tudo isto aprendia.
E tudo já melhorava,
às ordens de Tiaraju,
que os Sete Povos mandava,
escutado pelos padres,
que cada qual consultava.

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

E quando a guerra chegou
por ordem dos Reis de além,
o lunar do moço índio
brilhou de dia também,
para que todos soubessem
que Deus lhe queria bem.

Era a lomba da defesa
nas coxilhas de I-bagé.
Cacique muito matreiro
que nunca mudou de fé:
cavalo deu a ninguém
e a ninguém deixou de a pé.

Lançaram-se cavaleiros
e infantes, com partasanas,
contra os Tapes defensores

do seu pomar e cabanas.
A mortandade batia,
como ceifa de espadas...

Couraças duras, de ferro,
abrigo davam à vida
dos muitos que assim fiados
cercavam um só na lida!
Um só, que de arco e flecha,
entra na luta perdida!

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

Os mosquetes estrondeiam
sobre a gente alvorotada,
que, acima do seu espanto,
tem a vida decepada.
E colubrinhas maiores
fazem maior matizada!

Dócil gente, não receia
as iras de Portugal,
porque nunca houve lembrança
de haver-lhe feito algum mal:
Nunca manchara seu teto,
nunca comera seu sal!

E de Castela tão pouco
esperava tal furor,
pois sendo seu soberano,
respeitara seu senhor.
Já lhe dera ouro e sangue,
e primazia, e honor!

A dor entrava nas carnes...
E a tristeza entrava na alma
dos guerreiros de Sepé,
que pelejavam defesa.
Porque o lunar divino
mandava aquela proeza!

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham,
dizendo por nosso bem.
Mas quem faz gemer a terra,
em nome da paz não vem!

E já rodavam ginetes
sôbre os corpos dos infantes
das Sete Santas Missões,
que pareciam gigantes.
Na peleja tão sòzinhos,
no trespasse, tão confiantes!

Mas o lunar de Sepé
era o rasto procurado
pelos verdugos dos Reis,
que o haviam condenado,
ficando o povo vencido
e seu haver conquistado!

Então Sepé foi erguido
pela mão do Deus-Senhor,
que lhe marcara na testa
o sinal do seu penhor.
O corpo, ficou na terra.
A alma, subiu em flor!

E, subindo para as nuvens,
mandou aos povos — benção!
Que mandava o Deus-Senhor,

por meio do seu clarão.
E o lunar da sua testa
no céu tomou posição.

Eram armas de Castela
que vinham do mar de além.
De Portugal também vinham
com arrogância e desdém.
Nisto, Sepé ficou santo,
para seu e nosso bem!

E sôbre o plaino e a coxilha,
sôbre a vertente e o paul,
• desde então, à noite, brilha
essa luz no céu azul.
Quo o lunar do índio mártir
era o Cruzeiro do Sul!

NOTA: — Fiz pequenos retoques em alguns versos que, ao texto de Simões Lopes, aparecem de pés quebrados. Acrescentei ainda uma sextilha, a última, no intuito de acentuar que, sob o véu da alegoria poética, no **Lunar de Sepé** vem expressa a prodigiosa lenda missioneira da origem do Cruzeiro do Sul. — M. B.

EVOCAÇÃO DE SEPÉ TIARAJU

EVOCAÇÃO DE SEPÉ TIARAJU

Transcorre na primeira quinzena dêste mês o bicentenário de dois fatos notáveis da história do Rio Grande do Sul: a morte do caudilho tape Sepé Tiaraju, verificada no dia 7 e a batalha de Caibaté, ocorrida no dia 10, perto da atual cidade de São Gabriel, em consequência da Guerra das Missões, de 1756.

Não será despropositado, por isto, proferir sobre os dois eventos algumas palavras de evocação.

1

Nós ouvimos, pela primeira vez, há muitos anos, o nome de Sepé Tiaraju dos lábios do saudoso escritor Alcides Maya, logo após haver ele ingressado na Academia Brasileira de Letras. Era, se não nos enganamos, o primeiro rio-grandense que lograva penetrar naquele cenáculo, tendo, por êsse motivo, a sua eleição sido acolhida, entre nós, com aplausos gerais.

Regressando o novo acadêmico a Pôrto Alegre, após longa ausência, fomos, com um amigo, visitá-lo e felicitá-lo, em casa da família Faillace, na rua da Varzinha, onde se hospedava. Ao chegarmos, batemos palmas. E logo veio nos abrir a porta um homem alto, louro, afável e bem vestido, que nos mandou entrar. Demo-nos a conhecer e começamos a conversar ou, melhor, demo-nos a conhecer e Alcides Maya começou a falar sobre o livro que estava folheando: as *Lendas do Sul*, de João Simões Lopes Neto. Nenhum dos dois visitantes ainda o havia lido. E o gabrielense ilustre nos recomendou então, com instância, a sua leitura atenta e nos fez uma verdadeira preleção sobre o populário gaúcho, detendo-se especialmente no Negrinho do Pastoreio e no Lunar de Sepé, cuja significação simbólica explicou minuciosamente.

Eram essas lendas, no juízo do prelecionador, duas das mais altas criações do espírito americano, dignas de figurar em qualquer antologia folclórica mundial. Inspiradas pela piedade cristã, ambas deitavam a sua raiz no mais recôndito da alma popular rio-grandense, cujos protestos em face da injustiça social expressavam com palavras cheias de vigor e de magia.

O Negrinho do Pastoreio e o Lunar de Sepé representavam, em resumo a reação e a recompensa da bondade humana, tocada de essência evangélica, em face do sofrimento da raça negra alienígena e da raça parda indígena, sobre cujo suor e sobre cujo sangue estava sendo edificada a civilização brasileira.

Tiaraju era, ainda, um comovente e concreto exemplo de amor à terra nativa, um exemplo de resistência contra a invasão estrangeira, um forte e solene grito de protesto contra toda espécie de arbítrio governamental. Um vulto, por conseguinte, digno de todo aprêço, admiração e imitação.

Foi dos lábios eloqüentes do autor de *Alma bárbara* e *Ruínas vivas*, portanto, que nós ouvimos a primeira apologia do lendário Sepé Tiaraju, com o qual passamos, de imediato, a simpatizar profundamente.

2

Pouco tempo depois, através da monumental *História do Rio Grande do Sul*, do Padre Carlos Teschauer, S. J., travamos conhecimento mais íntimo com o Sepé histórico e social, o que veio confirmar, senão aumentar a admiração pelo caudilho missionário, que a literatura de ficção nos havia inspirado. E tendo sido convidado em 1926 a proferir uma conferência no Museu e Arquivo Histórico do Estado, escolhemos como tema do nosso trabalho o índio Sepé.

E assim nasceu, sem pretensão alguma de suficiência ou de magistério — *O Primeiro Caudilho Rio-grandense*.

A dissertação teve uma acolhida, uma receptividade absolutamente imprevista, que chegou a nos espantar. E lembro-me perfeitamente de que, ao terminar a leitura do nosso modesto ensaio, com a declamação das homéricas sextilhas do Lunar de

Sepé, de Simões Lopes Neto, inúmeras pessoas da assistência, inclusive o General José Antônio Flores da Cunha, então em pleno apogeu da popularidade, estavam com os olhos rasos de lágrimas, de tal sorte as haviam tocado a sinceridade e o encanto daquela composição.

Estampado *O Primeiro Caudilho Rio-grandense* na imprensa diária e periódica, o seu êxito continuou no decorrer dos anos seguintes, não só aqui no Estado, mas também em São Paulo e Rio de Janeiro, sendo grande o número de estudiosos que nos distinguiu com os seus aplausos, com citações de frases e com pedidos de cópias.

Tendo, no ano de 1948, o Dr. Moisés Vellinho, diretor da excelente revista cultural "Província de São Pedro", nos solicitado colaboração, e não dispondo, no momento, de nenhum trabalho inédito, lembramos-lhe a possibilidade de reimprimir *O Primeiro Caudilho Rio-grandense*, atento o fato de ser a revista que primitivamente o estampara, de mui difícil consulta e de continuar o interesse dos estudiosos por aquêlê singelo estudo.

Aquêlê cintilante homem de letras conferiu-nos a honra de acolher o nosso alvitre, incluindo o ensaio no número 5 de sua "Província".

Para um modesto escritor como nós, nada podia ser mais agradável e confortante do que ver, 30 anos depois de sua composição e publicação primitiva, um estudo histórico exposto de novo à luz da publicidade e sentir, sobretudo, que continuava a impressionar bem, como impressionara no seu início.

Convencêramo-nos, portanto, de haver acertado no alvo, quando conferimos a Sepé Tiaraju o predicamento de "primeiro caudilho rio-grandense".

3

Eis senão quando recebemos, de repente, um calhau na cabeça, sob a forma de um parecer emitido pela Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no qual se desaconselha e desautoriza o culto popular de Sepé, visto não ser o mesmo nem rio-grandense e não passar no fundo, de um índio espanhol, a serviço dos es-

panhóis, inimigo, portanto, do Brasil e dos Brasileiros. Sepé não passaria no conceito da Comissão, de uma figura larvar, de um mito, de uma criação supersticiosa, de um santo de bobagem, indigno, portanto, de figurar nas páginas da História Rio-grandense, da qual deveria, a bem da verdade e para evitar confusões, ser definitivamente proscrito.

Não podemos ocultar a dolorosa surpresa que semelhante pronunciamento nos causou.

Será mesmo que cometêramos tamanho engano e que tão grande número de historiadores e homens de letras se enganara também como nós, a respeito do assunto?

Tudo é possível nos homens de débil engenho como nós. Porém, quanto aos outros, dentre os quais figuram nomes estelares da história e da literatura pátria, como se teria dado semelhante extravio?

E voltamos a estudar meticulosamente a matéria, *sine ira et studio*, isto é, sem ódio nem parcialidade, como aconselha Tácito, com o intuito de ver não só se nos convencíamos e arrependíamos de nosso eventual equívoco, mas também de confessá-lo francamente, em caso afirmativo.

Mas, felizmente ou infelizmente, não nos convencemos nem arrependemos, tudo indicando que, nesse processo, vamos mesmo morrer inpenitentes, sem confissão de culpa e sem a absolvição dos comissários do Santo Ofício do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

E, em consequência, vimos, de público, afirmar e reafirmar:

1) Sepé Tiaraju é, iniludivelmente, o primeiro caudilho rio-grandense.

2) Sepé Tiaraju nunca foi uma figura espectral, mítica, metafísica, estratosférica, filha da credice e da superstição popular, mas uma personalidade ameríndia autêntica, vigorosa, histórica, densa de humanidade e preocupação política e social.

3) Sepé Tiaraju nunca foi espanhol, cuja língua nem conhecia, e nem morreu em defesa de um Império Jesuítico do Paraguai, o qual nunca existiu.

4) Sepé Tiaraju foi a primeira encarnação de uma energia telúrica e explosiva, o primeiro grito humano que reboou nas coxilhas e selvas meridionais contra uma nefanda arbitra-

riedade friamente projetada, e executada a ferro e fogo, por duas potências de ultramar, interessadas numa colossal barganha.

5) Sepé Tiaraju absolutamente não tombou em luta contra os portugueses, mas em luta, ao mesmo tempo, contra os portugueses, contra os espanhóis e contra os próprios Padres, os quais, em virtude do preceito de obediência a que estavam canonicamente sujeitos e sob ameaça expressa de excomunhão, se viram forçados a curvar a cabeça diante de um atentado que, por todos os meios legais a seu alcance, tudo fizeram para evitar, visto ofender ao mesmo tempo, o direito das gentes, as regras da justiça e a dignidade da pessoa humana.

6) Sepé Tiaraju é, cronologicamente, o primeiro herói, dessa gloriosa galeria de heróis, de que tanto se orgulha o Rio Grande do Sul.

7) Sepé Tiaraju é o protótipo do cavaleiro cristão, galhardo, puro, desinteressado, sem medo e sem mancha. E justamente por isto, logo após a sua morte heróica, foi canonizado e erguido pelo povo à categoria de nume tutelar dos pagos, sob a invocação de São Sepé.

8) Sepé Tiaraju é muito mais gaúcho, e por conseguinte, muito mais brasileiro — não no sentido moderno e político do vocábulo, mas no sentido autóctone e racial — do que os próprios membros da Comissão de História, os quais descendem de lusitanos aportados ao Continente de São Pedro, quando muito há 230 anos, ao passo que ele provinha de uma “nação” aqui radicada “desde o tempo do dilúvio”, como expressivamente afirmaram os morubixabas guaranis no seu protesto coletivo contra a violência da deportação compulsória, determinada pelo Tratado de Madrid de 1750.

9) Sepé Tiaraju é o símbolo do espírito de sacrifício, e de fidelidade patriótica, do denodo, do heroísmo, e do apêgo à terra, dos primitivos donos desta província, que eles estimavam mais do que a própria vida.

10) Sepé Tiaraju é, ainda, o líder e condutor da primeira e genuína revolução, — de índole democrática e defensiva e conteúdo cívico-social — deflagrada no território do Rio Grande antigo.

Por direito de nascimento e de conquista, compete-lhe, sem sombra alguma de dúvida, o título de primeiro monarca das coxilhas do Sul.

Sepé Tiaraju merece, por todos êsses motivos, um monumento, mas não um monumento convencional e banal, sem maior significação coletiva, mas um monumento soberbo, alteroso e formoso, condigno de sua grandeza guerreira, política, moral e social.

As razões justificativas dêstes assertos serão ulteriormente aduzidas em trabalho de maior porte, no qual fundamentaremos a nossa completa desaprovação e o nosso formal repúdio ao extravagante e sofístico parecer da Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. (Do *Correio do Povo*, Pôrto Alegre, 5 de fevereiro de 1956).

UM MONUMENTO A SEPÉ TIARAJU

UM MONUMENTO A SEPÉ TIARAJU

I

Proposta de um Monumento a Sepé

Em fins de 1955, um oficial do Exército, o Major João Carlos Nobre da Veiga, no intuito de comemorar o bicentenário da morte de Sepé Tiaraju, ocorrida no município de São Gabriel, no dia 7 de fevereiro de 1756, teve a patriótica lembrança de sugerir ao Governador do Estado a ereção de um monumento àquele índio tape cristianizado.

O fundamento do seu alvitre foi o seguinte: "Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis na resistência heróica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do Tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750.

Este índio simboliza, na singeleza de sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro, que em todas as épocas de nossa história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários, aos quais não faltava orientação guerreira, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição.

Sr. Governador, creio que nada mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar, na pessoa do índio Sepé, seu passado de lutas, de glórias e de sacrifícios, mandando erguer, em homenagem ao bicentenário do seu desaparecimento em holocausto à pátria, um monumento que personifique o denodado valor e o acendrado apêgo à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensangüentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII."

Solicitado pelo ilustre Governador do Estado o pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico sobre essa matéria, a Comissão de História e Geografia emitiu parecer, no qual con-

fessa, de início, “não lhe ser fácil opinar sobre o brasileirismo de um indígena que tinha um sentido de pátria e que se afirmou em luta contra os portugueses.” E linhas adiante acrescenta, como a indicar o critério seguido na redação do seu parecer: “Uma elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro, desnuda de fantasias e mistérios, encarada na sua expressão legítima analisada em face dos motivos determinantes das suas atitudes e dos seus atos.” (*Correio do Povo*, 26-11-1955.)

Não há dúvida alguma. Quem se ocupa de cousas históricas assim é que deve proceder. Mas, infelizmente, a Comissão de História é a primeira a não cumprir êsse elementar dever de honestidade mental, que tão enfaticamente preconiza aos outros; pois desloca a seu bel-prazer os termos da questão, transpondo-a preconcebidamente de um plano para outro, convinável ao seu ponto de vista, ao mesmo passo que procura, por todos os modos e meios, tapar com uma peneira o sol da verdade.

Em primeiro lugar, o Major Nobre da Veiga não sugeriu ao Governador Meneghetti um monumento a Sepé como símbolo de brasilidade, mas sim como símbolo “na singeleza de sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, do valor pessoal do brasileiro, que em tôdas as épocas de nossa história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários”, aduzindo que nada lhe parecia mais justo do que “reverenciar na pessoa do índio Sepé, o passado de lutas, de glórias e de sacrifícios do povo gaúcho, mandando erguer, em homenagem ao bicentenário do desaparecimento daquele herói em holocausto à pátria, um monumento que lembre e personifique o denodado valor e o acendrado apêgo à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensangüentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII”.

Isto é o que está claramente escrito na proposição. No juízo do proponente, portanto, o monumento a Sepé teria como escopo acentuar e glorificar: 1.º, o valor pessoal do brasileiro; 2.º, o passado de lutas, de glórias e de sacrifícios do próprio povo gaúcho, e 3.º, o valor e o apêgo à terra do próprio Sepé, que se fez matar, defendendo-a.

Em segundo lugar, não é absolutamente verdade que Sepé “se afirmasse em luta contra os portugueses” e nem mesmo em luta contra a permuta dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, ao abrigo então da bandeira espanhola, pela Colônia do Sacramento, detida à margem esquerda de Rio da Prata pela Coroa de Portugal. A verdadeira causa da revolta dos guaranis não foi o Tratado de Madrid em si. A injustiça, a iniquidade da transmigração compulsória foi a causa determinante da sangrenta revolução.

Sepé não se afirmou, por conseguinte, em luta contra os portugueses, mas em luta, ao mesmo tempo, contra os portugueses, contra os espanhóis e contra a própria Companhia de Jesus, cujo representante máximo, na América, só não pereceu às mãos dos sublevados, porque fugiu precipitadamente para Buenos Aires.

A meia dúzia de membros do Instituto Histórico e Geográfico, que, de boa-fé, aprovou o parecer da Comissão de História, foi portanto, vítima de um artifício, de vez que o Major Nobre da Veiga não colocou a questão em termos de brasilidade, que em 1750 não existia nem podia existir, mas em termos de valor pessoal, de lutas, de glórias, de sacrifícios, de heroísmo, de apêgo à terra natal, de resistência contra um esbulho, de revolta contra uma injustiça praticada por mandatários de dois governos estrangeiros, que estavam conculcando os mais elementares princípios da moral cristã e do direito das gentes.

Será que nenhum de todos os motivos alegados pelo referido oficial tem qualquer relação com Sepé e nem mesmo com o povo rio-grandense ou com o povo brasileiro?

II

A Dupla Personalidade de Sepé

Continuando, ensina a Comissão que há dois Sepés: um histórico, "o índio astuto e valente que se afirmou em luta contra os portugueses", o que já mostramos não ser verdade, e outro lendário, umbrátil, metafísico, pseudo-santo, filho da superstição e da credence popular, que "melhor cabe nos agiologios do que nos frios relatos históricos", e ainda mais que, atento o fato de o Sepé imaginário predominar sobre o Sepé real, ocorre no caso uma verdadeira desfiguração, que cumpre corrigir.

Uma prova dessa desfiguração seria a histórica entrevista do caudilho missioneiro com o General Gomes Freire, ocorrida em Rio Pardo, "em que Sepé dialoga dramaticamente com o chefe do exército português, com linguagem alevantada e excelsa", o que à Comissão parece de todo inverossímil. Abona essa inverossimilhança, no juízo da Comissão, uma nota do saudoso Aurélio Pôrto, aposta à página 436 da sua importantíssima *História das Missões Orientais do Uruguai* e assim concebida: "Foi intérprete dessa entrevista o Padre Tomás Clarke, capelão da Demarcação e depois vigário do Rio Pardo, que registra o fato, em documento existente na Biblioteca Nacional, mas sem o aparato e fantasias em que se ressalta o orgulho com que Sepé teria tratado a Gomes Freire."

A acusação de "fantasista", formulada pela Comissão, absolutamente não nos atinge. Em *O Primeiro Caudilho Rio-grandense*, nós narramos a entrevista com as mesmas palavras do Padre Carlos Teschauer, e o dissemos expressamente. E nem atinge o venerando pai da historiografia rio-grandense, porque êste, por seu turno, confessa lisamente haver extraído o episódio de um cronista da Guerra das Reduções.

Aliás, quem conheceu o Padre Carlos Teschauer, e o seu escrúpulo mental, e a sua inteiriça probidade, sabe perfeita-

mente que êle seria incapaz de quaisquer fantasias, sob qualquer ponto de vista. Era o que havia de mais terra-a-terra, de mais sim-sim, não-não, de mais cândido, de mais simples.

Certa vez perguntamos-lhe onde encontrara os detalhes da fuga e da entrevista de Sepé com Gomes Freire de Andrada, em Rio Pardo, no ano de 1754. Respondeu-nos textualmente: "Nesta altura da vida (pouco depois êle morria com 79 anos) não estou mais em condições de responder à sua pergunta. Posso, porém, assegurar-lhe que eu nada inventei. Tudo foi tirado de livros e documentos idôneos contemporâneos." E, com efeito, lendo, mais tarde, a *Transmigração e Guerra dos Sete Povos*, do Padre Bernardo Nudorffer, S. J., lá aparece a descrição exata da fuga de Sepé, tal qual a reproduz Teschauer, descrição que combina com os dizeres, ainda mais minuciosos, do Padre Tadeu Henis, em *Diário da Guerra Guaranítica*, reproduzidos no vol. 52 dos *Anais da Biblioteca Nacional*, págs. 474 a 544.

Quem, ao invés de Teschauer, descreve a entrevista de Sepé com Gomes Freire, em tom deveras grandiloquente e crivado de naturais fantasias, é o poeta Basílio da Gama, turiferário do general português e agente de publicidade do Marquês de Pombal, no canto II do seu poema *Uruguai*.

Ora, se o Padre Carlos Teschauer disse exatamente a verdade acêrca de um episódio, por que razão havia de fantasiar a respeito do outro?

O fato do Padre Tomás Clarke narrar a entrevista de modo discreto e prudente explica-se muito bem pela própria circunstância de ser aquêlê sacerdote capelão da Demarcação e, nessas condições, não querer ou não poder registrar para a História as duras verdades ditas pelo índio tape na cara do marajá português. Tudo indica, entretanto, que a altivez com que Sepé falou a Gomes Freire é real e não fictícia. Pondere-se, com efeito, que se tratava de um simples cacique de uma aldeia de bugres que ia parlamentar, de potência a potência, com o representante do Rei de Portugal, que para isso o havia convidado; que êsse cacique ou corregedor já enfrentara e fizera voltar um exército nos cerros de Bagé; que pusera em fuga o próprio visitador e comissário-geral dos jesuítas, Padre Lope Luiz Altamirano, incumbido de auxiliar, de qualquer forma, a transmi-

gração dos Sete Povos; que êsse corregedor era o comandante geral da artilharia dos revoltosos e seu verdadeiro líder intelectual, tudo isso aliado à natural soberba dos nativos, e veja-se com que topête êle se havia de apresentar perante o potentado invasor.

Nem era essa a primeira vez que Sepé falava “com orgulho” ao comandante das forças demarcadoras.

Numa longa informação prestada, em abril de 1754, pelo diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de Madrid, Francisco Ausmendi, ao ministro Ricardo Wall, sucessor do ministro Carbajal, ao narrar a intimação feita por um trôço de guaranis, em Santa Tecla, à partida hispano-portuguêsa encaminhada às Missões, para que fizesse alto e retrocedesse, salienta o informante que os demarcadores “notaron que (los indios) hablaban con demasiado orgullo”. (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 52, pág. 37.)

Ora quem nesse primeiro encontro, *hablou* em nome dos índios, ninguém ignora, que foi o Capitão Sepé Tiaraju.

Reforça ainda mais a presunção do entono indígena o julgamento emitido pelo Cônego João Pedro Gay, na sua *História da República Jesuítica*, onde declara, com perfeita isenção de espírito e pleno conhecimento de causa, que os três defeitos capitais dos guaranis eram “a insolência, o cinismo e o orgulho.” (*Notas finais*, pág. 53.)

Sempre que lemos o relato dessa entrevista, nos lembramos daquele episódio, contado pelo historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, de que foi protagonista Bento Gonçalves da Silva, presidente da República de Piratini, quando regressava de sua prisão no Forte do Mar, na Bahia. No caminho, o caudilho farapo encontrou uns viajantes que o saudaram tocando apenas com o dedo da mão direita na aba do chapéu. Disse Bento Gonçalves: “Devemos estar já pisando terras do Rio Grande.” — Por quê? — perguntou um dos seus companheiros. — “Porque no Rio Grande não se costuma tirar o chapéu para saudar outros homens.”

O saudar, tocando simplesmente com o dedo na aba do chapéu, parece-me a reprodução do gesto de Sepé negando-se a apelar do cavalo e a beijar a mão do general português.

É uma atitude caracteristicamente gaúcha.

Psicológicamente analisada a entrevista, justo como narra Teschauer é que deve ter-se desenvolvido. Não é nada de estranhar o rompante de Sepé diante de Gomes Freire. Tal rompante era próprio da natureza do índio, que não conhecia etiquetas, protocolos, nem regras de precedência nem hierarquia. Não eram os guaranis, — e especialmente não era Sepé, — cortesãos acostumados a dobrar a espinha diante dos detentores do cofre das graças.

Nesse sentido, nós temos outro exemplo histórico muito elucidativo. No dia 26 de abril de 1500, ancorada a nau capitânia na baía de Pôrto Seguro, recebeu o almirante Pedro Álvares Cabral a visita de dois índios da terra. Depois de lhes anotar as feições e as plumagens que traziam na cabeça, descreve Pero Vaz de Caminha, no saboroso e inimitável estilo de sua *Carta*, os detalhes dessa outra entrevista: “O Capitão, quando êles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado.”

De forma absolutamente idêntica recebeu Gomes Freire o índio Sepé na margem do rio Jacuí: assente numa cadeira alta, com um tapete estendido no chão e cercado de homens armados.

Mas, continua o escrivão-epistológrafo: “Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Corrêa, e nós-outros que aqui na nau com êles vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Entraram (os índios), *mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão, nem a ninguém.*” (Os grifos são nossos.)

Viram? Apesar de estarem fazendo uma visita de paz e amizade, os índios não tiveram nenhuma deferência, não fizeram nenhuma cortesia ao comandante da esquadra lusitana.

Muito menos podia fazer “sinais de cortesia” a Gomes Freire o tape Sepé Tiaraju, que não foi à entrevista por motivos de paz e amizade, mas unicamente para tratar de assuntos de guerra. E que êle não fêz salamaleques, e não deu “nem mostras nem sinais de cortesia”, confirma-o o próprio poeta Basílio da Gama, no poema *Uruguai*, escrito, conforme confessa o autor, sob informações de testemunhas presenciais da cena, talvez mesmo do sacerdote intérprete.

Outro interessante detalhe confirma a veracidade do episódio. A narrativa reproduzida pelo Padre Teschauer na sua

História e que serviu de fundamento a quantos, depois dêle, se ocuparam do assunto, diz que Sepé foi recebido a pequena distância do local do encontro, pelo intérprete do comandante português.

Ora, nós já sabemos hoje, graças à diligência do saudoso historiador Aurélio Pôrto, até mesmo o nome dêsse "língua". Era o Padre Tomás Clarque, capelão da Expedição e, depois, vigário do Rio Pardo.

Para que mais provas e indícios de provas da autenticidade da entrevista e da altaneria de Sepé?

III

Sepé Tiaraju e Rafael Pinto Bandeira

Noutra passagem do seu malévolos parecer, acentua a Comissão de História:

"Quando lemos que Sepé foi o primeiro caudilho rio-grandense, a nós mesmos perguntamos que noção êle podia ter do Rio Grande do Sul e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com o seu ingente esforço, criou e consolidou êsse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil?"

Já explicamos, em primeiro lugar, que Sepé não se opôs de armas na mão à permuta dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, o que, no fundo, pouco lhe importava, mas à violência da transmigração, cominada pelo Tratado de Madrid, com requintes de inaudita barbaridade.

Basta ponderar que, pelo texto do artigo XV do Tratado, a Colônia do Sacramento deveria ser entregue, por parte de Portugal, "sem tirar dela mais que a artilharia, armas, pólvora, munições e embarcações e os moradores poderiam ficar livremente nela ou retirar-se para outras terras do Domínio Português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz, da mesma liberdade gozando o governador, oficiais e soldados", ao passo que "das povoações e aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai — estatui o art. XVI — sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha, e os referidos índios poderão também levar todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvora e munições que tiverem, em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Por-

tugal, com tôdas as casas, igrejas e edifícios, e a propriedade, e a posse da terra.”

Era nada mais, nada menos que um banimento brutal, uma ordem de despejo imediato, um esbulho, um confisco, um roubo, uma apropriação indébita, uma ofensa descarada e ostensiva à dignidade da pessoa humana e ao seu prolongamento natural, que é a propriedade.

Sobre êsse doloroso episódio da história rio-grandense e brasileira, o grande e imparcial Capistrano de Abreu pronunciou um julgamento lapidar e definitivo: “Ceder terras com habitantes é amputação dolorosa, ainda hoje praticada; entregar as terras, deixando os bens de raiz, levando os moradores apenas os móveis e semoventes, reporta à crueza dos Assírios. Entretanto, as duas côrtes julgaram consumir facilmente êste ultraje à humanidade, se os jesuítas as ajudassem, pesando sobre o espírito dos índios. Os jesuítas acreditaram-se poderosos para tanto e bem caro pagaram êste acesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram, desmentindo ou antes engrandecendo seus padres, mostrando que a catequese não fôra mera domesticação, e a vida interior vibrava-lhes na consciência, aos jesuítas foi atribuída a responsabilidade exclusiva em um movimento natural, humano e por isso mesmo irresistível. (Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial*, págs. 656 e 657.)

Não menos incisivo é o historiador protestante inglês Roberto Southey:

“Uns trinta mil guaranis, não recém-tirados das florestas ou meio reduzidos, e portanto prontos a voltar ao estado selvagem, e capazes de sofrerem-lhes os perigos, privações e trabalhos, porém nascidos como seus pais e avós numa servidão leve, e criados com os cômodos da vida doméstica regular, todos êstes, com mulheres e filhos, com doentes e velhos, com cavalos, ovelhas e bois, tinham, — como do Egito os filhos de Israel, — de emigrar para o deserto, não fugindo à escravidão, mas obedecendo a uma das mais tirânicas ordens jamais emanadas do poder insensível.” (Roberto Southey — *História do Brasil*, vol. VI, pág. 91.)

Hemetério Veloso da Silveira, que era advogado, apreciando a questão principalmente sob o ponto de vista jurídico, escreve

estas palavras ainda mais candentes: “Êsse sentimento de indignação e revolta foi, por quase todos os escritores apaixonados, atribuído a sugestões dos padres, para os quais não passavam os índios de máquinas inconscientes e estúpidas. Não concordamos com êsse modo de pensar. Por mais rudes que fôssem os índios, entre os quais alguns tiveram certa cultura intelectual, não precisavam maior instrução para nutrir o mais entranhado amor a seus lares, a essas habitações sólidamente construídas por eles ou herdadas de seus maiores. Não há estado de bruteza humana que faça receber com agrado ou com a mais inconsciente conformidade a espoliação de uma propriedade consolidada como essa por uma posse ultra-secular. Precisamente o primeiro impulso dos corações dêsses homens rudes deveria ser a indignação e a revolta; para esta, nem se consulta e mede a possibilidade de triunfo. Todos os meios suasórios empregados pelos homens, aos quais se habituaram a respeitar, deveriam ser improfícuos. E nem os padres, mentindo à própria consciência, teriam lógica bastante para convencê-los da justiça de um decreto que importava uma violenta depredação de seus bens. Não é de nossos dias, mas vem de séculos atrasados, o direito de resistência ou defesa contra o esbulho iminente, ou desfôrço, quando o esbulho se tornou completo. A legislação dos dois países, apoiada no direito romano, autorizava essa defesa e até o desfôrço, ex-próprio Marte, do esbulho cometido.” (Hemetério Veloso da Silveira — *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre, 1910, págs. 37 e 38.)

Citamos, em resumo, o teor dos julgamentos dêsses três historiadores, a fim de que, compreendida por todos a natureza da lide, melhormente possam também ser julgados os litigantes.

— Em segundo lugar, não se trata, absolutamente, de optar entre um monumento a Sepé Tiaraju e um monumento a Rafael Pinto Bandeira. O caso aqui não é do emprêgo da disjuntiva, mas da copulativa, exigindo a justiça histórica que se promova a ereção de um monumento a Sepé Tiaraju e de outro monumento a Rafael Pinto Bandeira, pois ambos são credores dessa homenagem.

Entretanto, nós pessoalmente, se tivéssemos de optar, no tocante ao direito de prioridade, entre uma estátua ao corregedor missioneiro e uma estátua ao brigadeiro continentino, optaria-

mos pelo primeiro. Por isto que Rafael Pinto Bandeira já teve, por assim dizer, a sua recompensa em vida, sob a forma de honrarias, poder oficial e uma fabulosa fortuna, ao passo que Sepé só tinha de seu, quando sucumbiu em defesa do seu pago e de sua gente, o seu cavalo e a sua lança, e ainda porque o brigadeiro era o tipo completo do conquistador, um falconídeo filhote de César, valente quanto quiserem, grande soldado quanto quiserem, mas sempre um inegável instrumento do imperialismo europeu colonizador, sempre um fiel e diligente executor de frio plano político, tendente à criação de um vasto império sul-americano, sempre um representante do poder civil e militar ultramarino, ao passo que o corregedor e alferes guarani foi, para quantos o estudem sem preconceitos, o tipo perfeito do cavaleiro cristão, puro, simples, valente, desinteressado, sem medo e sem mancha; e ainda mais porque, em face do motivo exposto, o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, sejam quais forem os títulos que o impõe à nossa admiração e ao nosso respeito, jamais poderá ser catalogado entre os caudilhos, porque jamais chefiou qualquer grande movimento de vindicação, reivindicação ou protesto popular. E precisamente nesse sentido é que Sepé foi, e continua sendo pelos séculos em fora, o primeiro caudilho rio-grandense, como caudilhos também foram, em 35, Bento Gonçalves, em 93, Gumerindo Saraiva, e, em 23, Honório Lemes e Zeca Neto, intérpretes e condutores, encarnações e caixas de ressonância de tumultuantes aspirações coletivas¹.

E se no brigadeiro sul-rio-grandense houve grandeza, grandeza igualmente houve no caudilho guarani. Não sem fortes razões o insuspeito Basílio da Gama lhe chama, no seu poema heróico, "o altivo Sepé, o grande Sepé" e o General Gomes Freire, o seu maior inimigo, "um índio de grande valor chamado Sepé".

Insistimos neste ponto. A diferença fundamental entre os dois heróis meridionais assenta no seguinte: Rafael Pinto Bandeira ajudou, com a lâmina de sua espada cortante e coruscante, a plasmar, extra-fronteiras, uma vasta obra de arte política, de índole nitidamente imperialista, ao passo que Sepé Tiaraju con-

1) O conceito de caudilho está, por via de regra, ligado ao conceito de ilegalidade e revolução.

duzia, na ponta de suas flechas e de sua lança, a bandeira patriótica de um insopitável movimento defensivo, de natureza democrática e social.

— Cumpre não olvidar, a propósito, que os cabildos missionários não eram nomeados pelos vice-reis ou governadores, mas eleitos diretamente pelo sufrágio popular.

E se, porventura, soar mal aos ouvidos da Comissão de História o adjetivo *patriótica*, substitua-o por este outro *matriótica*, isto é, relativo às *mátrias*, às pequenas pátrias locais, como preferem dizer os discípulos de Augusto Comte, ao influxo de cuja doutrina parece haver-se formado o claro espírito de meu distinto amigo e antagonista Sr. Othelo Rosa.

Se bem olharmos as cousas, por conseguinte, sem o estorvo de lunetas de côr, deformadoras da perspectiva histórica, nós verificaremos que a própria fonte da democracia rio-grandense e brasileira promanou, múrmura e cristalina, do âmago das Missões.

Em resumo, Rafael Pinto Bandeira é o paradigma do herói dirigido, ao passo que Sepé Tiaraju é o paradigma do herói dirigente.

— A prova provada de que Sepé Tiaraju não defendia, ao rebelar-se contra uma das cláusulas do Tratado de Madrid, "a integridade da Província do Paraguai", como, com evidente má vontade, escreve a Comissão de História, está no fato de os índios perguntarem aos Comissários incumbidos da permuta e demarcação — "por que não dá este nosso rei (o de Espanha) aos portugueses Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Paraguai? Só há de recair esta ordem sobre os pobres índios, a quem manda que deixem as suas casas, suas igrejas, e enfim quanto têm e Deus lhes há dado?"

"A frase é aduzida por Pombal contra os índios" — adverte Serafim Leite. — "No entanto, a aceitação do rei de Espanha como "nosso rei" destrói a lenda da "República independente" então inventada pelo mesmo que a aduz." (Serafim Leite S. J. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. 6.º, pág. 555.)

— O sargento-mor Manuel de Azevedo Carneiro e Cunha, na suculenta *Memória sobre a Expedição de Gomes Freire*, inserta na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado*,

ano de 1937, págs. 75 a 94, confirmando em tudo a versão acima transcrita, referente aos motivos da resistência armada dos índios, escreve estas palavras, que se transformam alquímicamente em ouro, postas na boca de um soldado português, testemunha ocular dos fatos.

Narrando as conversações entre o General Gomes Freire e os caciques guaranis acêrca da marcha dos portugueses para as Missões, escreve o sargento-mor:

"Como o General (Gomes Freire) tinha asseverado que sem vir resposta da carta que escrevera a Andonaégui não largaria o passo (do Jacuí) e que, vindo a ordem de marchar para adiante, infalivelmente assim o faria e assim o esperassem, *lhes pediram (os caciques) que se compadecesse de sua pobreza e que advertisse que Deus os tinha criado naquelas terras que defendiam como próprias.*

O general lhes disse que teria com êles tôda a equidade, se depusessem as armas, (porém) que usando delas em oposição, certamente havia de levá-los à espada no último rigor da guerra.

Alegaram os índios, a deitar-se de joelhos diante dêle, pedindo-lhe de mãos postas, que se compadecesse de sua pobreza." (págs. 87-88.)

Aí está, no depoimento de um íntegro soldado português, a explicação do motivo fundamental da guerra: os Guaranis das Missões não defendiam nenhum fantástico Império Jesuítico do Paraguai, mas, com a sua autonomia, a sua terra, as suas estâncias, os seus ervaís, os seus templos, as suas cabanas, as suas quintas, as suas lavouras, as suas oficinas, em síntese, este trinômio sagrado: a liberdade, a propriedade e a vida.

IV

Sepé, os Jesuítas e a Guerra das Missões

Pergunta a Comissão, noutro ponto do seu parecer: "Que defenderia Sepé em 1750? Se êle tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? As terras, que Deus havia dado aos índios, pertenceriam a quem? Aos índios ou à Companhia de Jesus?"

A primeira pergunta já foi cabalmente respondida. Sepé não defendia "a integridade da Província do Paraguai", como insinua a Comissão, mas única e simplesmente a sua terra, a sua gente, o seu pago, a sua querência, a sua pátria, a sua mátria, o seu berço, assim como o berço e o túmulo de seus pais e parentes, de seus avós e tataravós. E nisso precisamente é que reside a sua grandeza e a sua beleza.

A segunda pergunta respondemos com as palavras do Cônego João Pedro Gay, testemunha insuspeita, de vez que nunca morreu de amôres nem pelos índios nem pelos jesuítas: "Os trinta e tantos povos que tinham (os jesuítas) na sua expulsão em 1768, e que pela maior parte só contêm (agora) ruínas, seriam hoje cidades ou vilas bem lindas e opulentas e teriam também elas formado novas reduções." (João Pedro Gay — *História da República Jesuítica do Paraguai*, 2.^a edição, pág. 343.)

E acrescentamos nós: se Sepé tivesse vencido, ter-se-ia evitado um dos três maiores crimes da história americana, que foram: a destruição da civilização asteca, por obra dos espanhóis de Hernán Cortés, a destruição da civilização incaica, por obra dos espanhóis de Francisco Pizarro e a destruição da civilização jesuítico-guarani, por obra dos espanhóis e portugueses do Marquês de Valdelirios e do General Gomes Freire de Andrada.

Imagine-se o que seria o Rio Grande do Sul (porque estava escrito no livro do destino que tôdas as Missões da margem oriental do Uruguai deviam cair sob o domínio português) no dia em que a civilização jesuítico-guarani, com todo o seu admi-

rável progresso agrícola e industrial, expandindo-se para o sudeste, se encontrasse com a colonização portuguesa, germânica e italiana, a subir para o noroeste, por tôdas as vias fluviais e rodoviárias da bacia do Jacuí! Que fecundo e inaudito contato! que estupenda e prodigiosa interpenetração e miscigenação! Não só a fisionomia do nosso Estado seria diversa do que hoje é, mas todo o hemisfério teria, por certo, sido transfigurado.

— A terceira pergunta da Comissão é tão pueril, que nem merecia resposta. É cousa sabida e ressabida que, pelo Tratado de Tordesilhas, as terras pertenciam nominalmente à Coroa de Espanha, mas efetivamente aos índios que voluntariamente, em 1626, aceitaram o domínio castelhano, sob as seguintes condições: permanecerem livres, pagarem um tributo anual e prestarem serviço militar em caso de guerra. Quanto aos Jesuítas, é igualmente sabido e ressabido que jamais pretenderam nem a propriedade, nem o usufruto da terra, que apenas administravam em nome do Rei.

É também sabido e ressabido, embora a Comissão teime em ignorá-lo, que as Missões Orientais do Uruguai nunca pertenceram à Província do Paraguai, mas à do Rio da Prata. Seja civil seja eclesiásticamente, os missionários dependiam do governo de Buenos Aires. E tanto isso é verdade que foi justamente o governador e capitão-general das Províncias do Rio da Prata, D. Francisco de Céspedes, quem concedeu permissão à Companhia de Jesus para vir reduzir e cristianizar os nativos da chamada Província do Tape, dando-lhe para isso, em nome de sua Majestade Católica, ampla faculdade e poder sem limitação e restrição alguma, para que fizesse e fundasse tôdas as reduções possíveis, e nelas pusessem os caciques e justças que lhe parecessem, em nome de S. M. e dêle, governador, dando-lhes varas e autoridade, tôda a que julgasse conveniente ao serviço de ambas as Majestades (a do Rei e a de Cristo). A cédula tem a data de 4-7-1626. A íntegra dêsse instrumento público de concessão pode ser lida na obra *Os três Mártires Rio-grandenses*, cap. 21, de autoria do Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J., que mesmo os adversários de Sepé deveriam ler com atenção, a fim de não mais cometer o grave erro de chamá-lo, contra tôda a evidência histórica, jurídica e eclesiástica, de herói paraguaio.

— Volta a Comissão, no seu parecer, a bater nas velhas teclas-pombalinas da responsabilidade dos padres na sublevação dos índios e da criação do Império Jesuítico do Paraguai, aduzindo que a publicação dos documentos contidos nos dois volumes dos *Anais* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (n.os 52 e 53) trouxe esclarecimentos que se podem considerar definitivos, porque, compulsando-os, chegou o historiador pernambucano Rodolfo Garcia à conclusão de que “justa ou injusta, a intervenção dos jesuítas na insubordinação dos seus jurisdicionados apura-se isenta de quaisquer dúvidas.” (R. Garcia — *Preâmbulo aos Anais*.)

Nós manuseamos e cotejamos mui atentamente êsses mesmos documentos e a conclusão a que chegamos é que a não-responsabilidade dos jesuítas no levante dos índios se apura isenta de quaisquer dúvidas, isto é, os padres, dentro dos preceitos da obediência a que estavam sujeitos e sem transpor jamais os limites do respeito devido à autoridade e às leis morais e civis em vigor, tudo fizeram no sentido de impedir a prática de um crime.

Malogrados no seu intento, abaixaram a cabeça, restringindo a sua atividade à assistência espiritual dos sublevados, sem haver nunca participado de qualquer operação de guerra. Se a culpa dêles é essa, então é o caso de dizer: — *Felix culpa*.

Aurélio Pôrto, reconhecido e citado pela Comissão como autoridade incontestável no assunto das Missões, que conhecia muito mais profundamente do que Rodolfo Garcia, emite opinião idêntica à nossa, quando escreve: — “Os documentos sôbre o Tratado de 1750, publicados nos dois magníficos volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional*, lançam luz sôbre os acontecimentos da época. Ante a insurreição geral dos índios, *que não se importavam de pertencer a esta ou àquela coroa, mas agiam em legítima defesa de suas terras e bens* (o grifo é nosso), os padres dos Sete Povos nada mais fizeram do que reproduzir o gesto antigo dos seus predecessores e tudo arriscar para os socorrer, material e espiritualmente, nessas horas de sofrimento, em que jogavam os destinos de sua secular organização.

Não há dúvida do empenho que puseram na mudança dos Povos, embora isto lhes fôsse o mais cruel de todos os sacrificios. Mas, sentindo-se desprestigiados, quase anulados ante a desconfiança dos índios, quando êstes se organizaram para com-

bater fôrças disciplinadas e superiores, num ato de desespero, não os abandonaram à mercê da própria sorte e num gesto que não os deprime, preferem assistir a seus filhos e com êles receber o pêso do golpe tremendo.” (O grifo é nosso.) (Aurélio Pôrto — *As Missões Orientais do Uruguai*, 1.^a ed., págs. 427 e 428.)

Como, depois dessa lição irresponsável de Aurélio Pôrto, nacionalista exaltado, ainda falar em responsabilidade dos “catequisadores, dos orientadores, dos diretores mentais dos índios” na deflagração do movimento armado a que alucinadamente se arremessaram?

Mas a fobia, a má vontade, a prevenção, a aversão da Comissão de História a tudo quanto cheira a jesuítas e às Missões é tão grande que chega a tresler os próprios textos históricos, a ponto de querer, a todo transe, confirmar com um débil *Sim* do Padre Serafim Leite o seu vigoroso *Não* referente à suposta existência de um Império do Paraguai, cuja “integridade” índios e padres teriam tido o intuito de defender, de 1750 a 1756, contra os portugueses.

Eis, a propósito do assunto, o que ensina o provecto autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*:

“Nas Missões do Paraguai nunca houve *República*, nem *Estado* nem *Teocracia*, no sentido autônomo da palavra, isto é, *Independente*. O título de *Conquista Espiritual*, dada pelo Padre Ruiz de Montoya, no século XVII, ao seu livro, indica a natureza religiosa das Missões e a catequese ou conquista dos Índios para a *Religião cristã*. *República*, *Estado*, *Teocracia*, são noções políticas. Aqui houve apenas a organização da catequese, adaptada às condições sociais e mentais dos Índios e do isolamento da selva, numa experiência particular de comunidade, na verdade surpreendente para o tempo, tudo porém enquadrado dentro do regime político da Monarquia Espanhola.” (Os grifos são do autor.) (P. Serafim Leite, S. J. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. VI, pág. 556.)

Onde está aí a prova da existência de um Império Jesuítico do Paraguai? Prossegue, porém o eminente historiador: “Aque-la frase dos Índios, invocando o Rei de Espanha “nosso Rei” contra uma injustiça internacional, que tão duramente os atin-

gia, na transmigração violenta, é sem dúvida linguagem dos jesuítas. Talvez seja também da Humanidade. Os Índios, com as suas representações, procuravam atenuar ou retardar os efeitos da desgraça. *Alguns Jesuítas dos Povos* (não todos) acompanharam-nos nessas representações, (o grifo é nosso), “que subiram à Coroa, pelos meios legais, (o grifo é do autor).

Achando as portas fechadas, os Índios tentaram passar pela única, que lhes ficava aberta, a da insurreição e resistência. Em casos semelhantes, não se fêz, nem se faz ainda hoje, outra cousa, em todos os povos civilizados do mundo, dando-se-lhe apenas, com verdade ou por eufemismo, o mágico nome de *revolução* ou coisa análoga. (Idem, ibidem, pág. 556.)

Tratando-se de um autor que é notoriamente, na elaboração de suas obras, muito mais português jesuíta do que jesuíta português, de tal forma o seu sentimento nacionalista se sobrepõe ao seu sentimento cristão (êle mesmo confessa, à pág. 557, que o fato religioso não impede o patriotismo individual, antes é suscetível de lhe aumentar o fervor), semelhante opinião se reveste de uma importância extraordinária, capital, acabando, de vez, com as lendas pombalinas do Império Jesuítico do Paraguai e da responsabilidade dos filhos de Santo Inácio na sublevação das Missões.

A intervenção de alguns dêsses religiosos (não todos) limitou-se, conforme as próprias palavras do Padre Serafim Leite, a acompanhar os Índios nas suas representações contra a transmigração, representações que subiram à Coroa pelos meios usuais e legais.

Daí não saíram, sob pena de desobediência e excomunhão, cominada pelo comissário do Superior Geral da Ordem, Padre Lope Luís Altamirano, o único que tinha autoridade para falar em nome da Companhia, a qual, repetimos, como corporação, não estêve contra o Tratado de Madrid. (Idem, ibidem, págs. 557 e 558.)

Aos juízos acima transcritos seria ridículo acrescentar outras palavras. Uma pequena observação, entretanto, nos permitimos fazer, e é que o Padre Serafim Leite, ao se referir aos seus irmãos missionários no Paraguai e no Uruguai, só emprega as palavras *Padres Espanhóis*, *Jesuítas Espanhóis*, quando mais certo e mais justo seria dizer *Jesuítas da Assistência de Espa-*

nha, Padres que serviam na Província do Paraguai, pois ninguém ignora que nessas missões vertiam lágrimas, suor e sangue regulares de inúmeras nacionalidades: espanhóis, alemães, austríacos, italianos, irlandeses e até portugueses.

Falar genérica e insistentemente em *Jesuítas Espanhóis* é, de certo modo, insinuar que esses regulares, por motivos de ordem política, eram naturalmente adversos a Portugal, o que absolutamente não corresponde à verdade. Grande parte deles nada tinha que ver com as brigas, emulações, rivalidades e guerras travadas entre Portugal e Espanha.

— Dois fatos notáveis comprovam “isentos de quaisquer dúvidas” a não-responsabilidade dos jesuítas no levante armado guaraníco:

1) Do mesmo participaram diversas centenas de índios minuanos e guenoas não batizados nem reduzidos, que nunca obedeceram aos padres e sobre cujo espírito indomável, por conseguinte, a palavra dos missionários não podia exercer qualquer influência.

2) Depois de destroçados os índios e conquistadas as Reduções, o novo governador de Buenos Aires, D. Pedro de Ceballos, por ordem da Corte de Madrid, mandou proceder a rigoroso inquérito sobre os acontecimentos.

Dito inquérito, efetuado em São Borja, no ano de 1759, e no qual depuseram centenas de testemunhas, tapes e espanholas, não apurou a responsabilidade de nenhum regular inaciano, tanto que, ao encerrá-lo, D. Pedro de Ceballos escreveu ao governo, de que era mandatário e representante, que todas as acusações formuladas contra os membros da Companhia de Jesus não passavam de “um tecido de enredos e embustes.” (Veja-se todo o doc. in João Batista Hafkemeyer, S. J. — *A Conquista Portuguesa do Rio Grande do Sul*. Rev. do I. H. G. do Estado, Ano de 1928, págs. 199 a 292.)

Um tecido de enredos, embustes e corrupções, acrescentaremos nós. O próprio D. José I de Portugal, tão preocupado sempre com esportes venatórios e conquistas galantes, tanto que, certa noite, ao voltar de uma entrevista amorosa, foi objeto de um tiro de espingarda, mandado desferir por um marido en-

ganado, pertencente à nobre família dos Távoras, incidente que provocou, em seguida, uma espantosa tragédia, o próprio D. José corria, na época, que fôra corrompido por grande soma, para não se manifestar adverso ao Tratado de Madrid. (Veja-se João Lúcio de Azevedo — *O Marquês de Pombal e sua época*, e Pôrto Seguro — *História do Brasil*, 3.^a ed., vol. IV, pág. 161.)

A propósito dêsse fato, o Conde de Stahremberg, representante da Áustria em Lisboa, transmitindo o boato à sua corte, fazia êste bem pouco lisonjeiro comentário: “Isto é apenas um vago dizer, porém tem seus visos de verdade.”

Da Marquesa de Pompadour, amante do rei Luís XV de França, sabe-se positivamente que recebeu meio milhão de cruzados para intrigar e predispor o espírito da corte contra os jesuítas. Mas o bôlo maior quem o comeu foi a Corte Pontifícia, onde ao que parece, só se salvou o Papa Gangânelli, o qual, se bem que fraco de ânimo, todavia era honesto.

O Cardeal Passionei, redator da bula que reformou a Companhia de Jesus, recebeu duas enormes bichas de brilhantes. Presente igual recebeu Monsenhor Flório, o qual, devido à sua cupidez e venalidade, acabou sendo prêso no Castelo de Santo Ângelo. O Padre Buonaiuti foi galardoado com 300 cequins. O Conde Cardelli com um anel no valor de 600.000 réis (naqueles tempos). Ao Padre M. Bontempi, confessor do papa, quis o Ministro Francisco d'Almada, representante de Portugal em Roma e primo de Pombal, recompensar oficialmente com donativos no valor de 10.000 cruzados, ao que o Sumo Pontífice se opôs terminantemente, o que não impediu, por certo, que aquêle sacerdote recebesse a sua gorjeta particularmente.

Mas o presente régio, o presente dos presentes, quem o auferiu foi Monsenhor Vicente Macedônio, prelado sabidamente ao serviço de Pombal, dentro da corte pontifícia, o qual foi remunerado com “48 frutos do Brasil”.

Sabem os senhores o que eram, no eufemismo diplomático pombalino, aquêles “48 frutos do Brasil?” Nada mais nada menos que 48 sonantes, reluzentes e eloqüentes barras de ouro de 22 quilates, pesando 22 quilos e quinhentas gramas!

O valor dêsses dourados “pomos”, ao câmbio atual de 100 cruzeiros a grama, seria, pois de Cr\$ 2.250.000,00!

(Êstes informes são extraídos de Murr. — *História dos Jesuítas no Ministério do Marquês de Pombal*. Rev. do I. H. e G. do Estado, ano de 1923, pág. 63 e do Visconde de Carnaxide — *O Brasil na administração pombalina*, Coleção Brasileira, São Paulo, 1940, págs. 184, 185 e 186.)

Com argumentos dessa natureza conseguiram o Marquês de Pombal e seus sócios e coirmãos "iluministas" dos gabinetes de Madrid, Paris e Nápoles demonstrar ao mundo a responsabilidade dos jesuítas na deflagração da revolta dos guaranis dos Sete Povos das Missões, em 1750-1756!

V

Causas e Conseqüências do Tratado de Madrid

Insiste a Comissão de História e Geografia em perguntar o que sucederia com o território das Missões, se os índios sublevados tivessem vencido. Respondemos: o mesmo que sucedeu, sendo êles derrotados, porquanto, apesar da fragorosa derrota dos guaranis, a permuta da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões não se realizou, tendo ficado tudo como dantes no quartel de Abrantes, até que, em 1801, um pugilo de gaúchos e paulistas decidiu conquistar e incorporar definitivamente aquela zona ao mapa do Rio Grande do Sul, e do Brasil. O que demonstra iniludivelmente que o motivo *aparente* do Tratado de Madrid de 1750 foi a permuta da Colônia do Sacramento pelas Sete Colônias das Missões Orientais do Uruguai, mas o motivo *recôndito, verdadeiro, secreto*, foi a destruição das Reduções e, através da destruição das Reduções, o envolvimento e o comprometimento da Companhia de Jesus. E precisamente para êsse fim se inseriu, no referido ajuste, o texto do artigo XVI, que determinava a expulsão dos padres e dos índios, bem como o confisco dos bens de raiz que êstes ali possuíam.

Sabendo os negociadores e executores do Tratado que nem mesmo as feras da floresta deixam de se revoltar, quando alguém as pretende expelir de suas tocas, com muito mais razão era de se prever que se revoltariam 30 000 nativos, com 150 anos de civilização cristã já impressa nas almas e já com bastante consciência da propriedade coletiva, familiar e individual.

Nada obstante, se exigiu a transmigração e se insistiu na sua execução *imediata*, a fim de acirrar ainda mais os ânimos. E o que era de prever, aconteceu, quando bastava suprimir aquela cláusula odiosa, para que tudo se resolvesse sem nenhum tropêço, tanto mais que os próprios guaranis pleitearam o direito de permanecer nos seus aldeamentos, postos agora sob o

domínio português, o que não lhes foi permitido. (A. Pôrto — Obra citada, pág. 426.)

É que a sentença de sua expulsão e dispersão havia sido, sob o maior sigilo, pactuada e assinada em Madrid, e devia ser cumprida de qualquer maneira, sem dilação alguma.

Do que se pode deduzir, sem receio de erro, que o Tratado de 1750 foi ótimo na sua origem e propositura, mas péssimo na sua conclusão e execução.

— Tem-se acusado muito o Conde de Bobadela de ser o autor, oculto, do traçado das novas fronteiras luso-espanholas, bem como da idéia da transmigração compulsória dos tapes.

Acreditamos na primeira parte da acusação, que aliás em nada o desdouraria, mas não há provas, nem indícios de provas, quanto à segunda. Nem há provas de que tenha partido de Alexandre de Gusmão ou de qualquer outro membro do gabinete português, partícipe do ajuste.

Pelo contrário, o que documentos coevos comprovam é que era firme intenção de D. João V e de Alexandre de Gusmão, ao negociar o Tratado de 1750, respeitar o máximo possível o *statu quo* existente nas Missões.

Explicando, com efeito, ao embaixador português em Madrid, Visconde de Vila Nova de Cerveira, que o escopo nuclear daquele ajuste era “a escolha de balizas conspícuas e inalteráveis que excluíssem para sempre toda disputa” entre as duas partes contratantes, acentuava e assegurava o ministro de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho, em 16 de maio de 1749, e em resposta ao ministro espanhol D. José de Carvajal, — que ponderara o escrúpulo de S. M. C. em modificar “o governo e boa disciplina espiritual e temporal” dos Sete Povos — que “tão longe vai do que ele receia a real intenção do mesmo Senhor (Rei de Portugal), que, antes, no caso que lhe fiquem as ditas Aldeias, não permitirá que se mude um ápice do atual governo delas e toda a diferença consistirá em serem portugueses em lugar de espanhóis os jesuítas que as administrem.” (*Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 52, págs. 27 e 28.)

Era a solução natural, justa, humana e cristã, a única solução que se impunha no caso e que, todavia, não foi, no final das negociações, adotada, o que veio acarretar o derramamento de um mar de sangue.

Qual o motivo da inserção da venenosa cláusula XVI na cauda do Tratado de 1750?

O que historiadores de monta asseveram, com visos de verdade, é que a tramóia da mudança compulsória dos índios foi engendrada na Corte de Madrid, sob inspiração ou pressão do embaixador inglês, Benjamin Keen, pedreiro-livre, agente de sociedades secretas, que, desde 1747, urdiam a destruição da Sociedade Inaciana.

Tal é a opinião do Padre Pablo Hernández, S. J., autor da notável “*Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús*.” E dêsse parecer é também o historiador Padre Francisco Mateos, expresso na Introdução ao tomo VIII da *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, do Padre Pablo Pastells (Madrid, 1949), onde afirma que o Tratado foi negociado entre o embaixador português, D. Tomás da Silva Telles, e o 1.º ministro espanhol D. José de Carvajal “com intervenção da Inglaterra e, ao parecer, também das Seitas, nas costas do egrégio Marquês de la Ensenada.”

Poder-se-á redargüir que êsses dois historiadores são suspeitos, porque pertencentes à Companhia de Jesus.

Vamos admitir, de barato e como demonstração de nossa lealdade no exame do assunto, que a arguição seja verdadeira. Mas a mesma suspeição não pode ser alegada contra outros historiadores leigos, que nada têm que ver com os jesuítas e que, no entanto, asseveram a mesma cousa. Mencionamos, dentre outros de fácil consulta, René Fülöp-Miller, em *Os Jesuítas e o segredo do seu poder* (pág. 474 da edição Globo, Pôrto Alegre, 1935) e Charles Seignobos — *História Comparada dos Povos da Europa* (Livraria José Olympio Editôra, Rio, 1946, págs. 271 a 275.)

— Também se acusa Gomes Freire de “fraqueza” (a expressão é do Visconde de Pôrto Seguro), por ter pactuado com os Caciques Guaranis a convenção de Rio Pardo (14 de novembro de 1753), mediante a qual as duas partes em luta suspendiam provisoriamente as hostilidades.

Não concordamos com o parecer. Pensamos, antes, com o General Borges Fortes, que, assinando o Conde de Bobadela aquêlê tratado de armistício, desferiu, com rara habilidade di-

plomática e penetrante visão das cousas, um verdadeiro golpe de mestre, porque obteve, dêsse modo, dos embaixadores tapes, o reconhecimento indireto do domínio português sobre todo o território situado na margem oriental do rio Jacuí e da Lagoa dos Patos até o presídio do Rio Grande.

Dizemos isto para demonstrar que não nutrimos qualquer prevenção contra o general português. Antes, reconhecemos e proclamamos, com o ilustre Varnhagen, que êle foi um dos melhores governadores do Brasil-Colonial, sendo lamentável que ainda não tenha uma estátua no Brasil, nem tenha sido ainda dado o seu nome, ao que nos conste, a nenhum logradouro público importante, nem a nenhuma povoação ou distrito no Rio Grande do Sul.

Não esqueçamos ainda que foi êle que mandou construir o primeiro templo católico ereto no Continente de São Pedro, ocupado pelos portugueses.

VI

A Comissão de História e o Padre Antônio Sepp

A ojeriza da Comissão de História a tudo o que não é português ou de origem portuguesa na formação social e cultural do Rio Grande do Sul, vem de longa data. Ela pensa e especialmente pensam dois de seus membros, os Srs. Othelo Rosa e Moysés Vellinho, que a história do Rio Grande começa em 1737 com a fundação do presídio pelo brigadeiro Silva Pais. Antes disso, tudo era espanhol e estava ao serviço da Espanha, sendo, portanto, inimigo de Portugal e, por via de herança, inimigo do Brasil.

Querem a prova dêsse asserto? Em 1948, um município missioneiro sugeriu ao secretário de Educação e Cultura do Estado que desse a um grupo escolar dali o nome do Padre Antônio Sepp, o gigantesco jesuíta tirolês que, durante 41 anos, missionou no vale do Uruguai, desenvolvendo uma atividade espiritual, econômica e social que enche de assombro a todos.

Coube ao ilustre historiador e meu amigo Sr. Othelo Rosa emitir, como membro da Comissão de História, parecer acêrca do alvitre. E seu parecer foi, em resumo, o seguinte: A ação do Padre Sepp nunca se exerceu, nem podia ter se exercido, em benefício do Rio Grande do Sul. Antes, em sentido contrário à nossa civilização e ao nosso destino histórico, tanto mais que êle ajudou a organizar o célebre exército de 3 000 índios, que vieram combater os portugueses na Colônia do Sacramento, como *aliados dos espanhóis*." (O grifo é nosso.)

"A organização militar das Doutrinas — ensina Aurélio Pôrto — data de épocas bastante remotas. Santos, como Cristóvão de Mendoza, Boroa, Romero e outros haviam resistido à mão armada, em defesa de seus pobres catecúmenos, ante a agressão dos bandeirantes. Outros, mais tarde, a serviço dos espanhóis, haviam defendido a terra contra a expansão portuguesa. (Obra citada, pág. 428.)

E por que a defenderam? Porque a isso eram obrigados por lei, porque uma das cláusulas da concessão de licença para reduzirem os jesuítas à fé cristã a província do Tape era prestarem, índios e padres, auxílio militar, em caso de guerra. Chamar os índios e os padres de *aliados* dos espanhóis é cousa que faz rir. Aliança pressupõe independência e já se explicou, ~~linhas~~ atrás, que não gozaram nunca de independência as Missões do Uruguai e do Paraguai. O que havia entre os padres e os índios, de um lado e o Rei de Espanha, de outro, eram relações de súditos e vassallos para com o Soberano. Mas vamos dar, nesse ponto, a palavra ao eminente Padre Serafim Leite, cuja autoridade os Sr. Othelo Rosa e Moysés Vellinho tanto gostam de invocar:

“Na história da Colônia do Sacramento aparecem jesuítas de Portugal e jesuítas de Espanha, a saber, jesuítas da Província do Brasil e jesuítas da Província do Paraguai. Todos da Companhia, mas com deveres políticos opostos. Mas assim como no resto do mundo, em tempos de guerra, se encontram católicos nos dois campos opostos, assim também, neste, os jesuítas do Brasil defendiam a bandeira portuguesa e os jesuítas do Paraguai a bandeira espanhola. Era a estrita obrigação de cada qual, como cidadãos e como patriotas. Nem todos os historiadores, mesmo os de nota, têm compreendido esta verdade elementar.

Os jesuítas espanhóis, com a experiência dolorosa das depredações praticadas nas suas Aldeias pelos Paulistas ou Portugueses de São Paulo, temiam que a Colônia do Sacramento fôsse outro baluarte de inimigos, donde saíssem novas investidas e lhes destruíssem as Missões. Não se enganaram no seu pressentimento. O que levou foi um século a realizar-se. Porque foi dela, da Colônia do Sacramento, na *troca* proposta pelo tratado de 1750, que veio a depredação e ruína final das Reduções. Explica-se, pois, a atividade incessante dos jesuítas castelhanos em colaborar com os elementos oficiais da Espanha para dificultar ou suprimir aquela Gibraltar platina.” (Serafim Leite, — Obra citada, Vol. VI, págs. 535 e 536.)

Aqui está: o que era o cumprimento de um estrito dever civil e religioso, senão o exercício de um direito curial de legítima defesa, transforma-se, na pena dos Srs. Othelo Rosa e Moysés

Vellinho, em sentimento de hostilidade para com Portugal e os portugueses e, hereditariamente, para com o Brasil e os brasileiros. E justamente porque, mesmo sendo historiadores de nota, não querem compreender aquela verdade elementar, a que alude o Padre Serafim Leite, negam ao Padre Antônio Sepp o direito de dar o seu nome a um simples grupo escolar elementar, muito embora conhecendo a prodigiosa atividade por aquêle sacerdote exercida em benefício dos primitivos habitantes do Rio Grande do Sul.

Resumindo-lhe a biografia, o historiador argentino Guilherme Furlong acentua que “Antônio Sepp constituía o assombro dos seus contemporâneos, tanta era a sua habilidade, assim na música e na pintura como na escultura e na arquitetura”, incluindo-o, por seu turno, o historiador germânico Wolfgang Hoffmann Harnisch no rol dos gênios universais.

Salientando a perfeita isenção de espírito e o múltiplo valor da obra do missionário tirolês, assevera o Dr. Hoffmann Harnisch, em prefácio à *Viagem às Missões e Trabalhos Apostólicos*: “É necessário dizer que êle (Sepp) não foi, quer graças à sua nacionalidade, quer graças à época em que viveu, pessoalmente influenciado pelos antagonismos hispano-portugueses.”

Por que, pois, acusá-lo como coadjutor da organização do “célebre exército de 3 000 índios”, que foram combater os portugueses na Colônia do Sacramento? É o que nós também nos perguntamos, com um sentimento não sabemos se de tristeza ou de espanto ou se de tristeza e espanto, ao mesmo tempo.

O fato alegado, fôrça é confessá-lo, é verdadeiro. Verificou-se em 1680, logo após a fundação da Colônia do Sacramento por D. Manoel Lôbo.

À requisição do governador de Buenos Aires, Dr. José de Garro, as Reduções enviaram, como era de seu dever, um exército de 3 000 guaranis, comandados pelo valente morubixaba D. Inácio Amandaú, a fim de auxiliar os espanhóis, capitaneados pelo General D. Antônio de Vera Mugica, a desalojar os portugueses, instalados naquele ponto do Rio da Prata. O embate foi terrível, distinguindo-se, dentre os atacantes, o cacique Amandaú, cuja intrepidez decidiu da vitória e, dentre os defen-

sores, o casal Manoel Galvão, que preferiu morrer de espada em punho a entregar-se prisioneiro.

Repelidas duas tentativas consecutivas de expugnação, só no terceiro assalto a praça forte foi tomada, sendo mortos, dispersos ou aprisionados todos os defensores.

Isso ocorreu em 6 de agosto de 1860. Pergunta-se agora: como podia o Padre Antônio Sepp ter auxiliado a organização daquele exército, se só chegou às Missões 11 anos depois ou seja a 2 de junho de 1691?

É o caso perfeito da fábula do lobo e do cordeiro. Se não foi ele, foram, decerto, seus progenitores ou antecessores... E é quanto basta para incriminá-lo e condená-lo, de plano, sem apelação nem agravo.

Damos, porém, a palavra ao máximo historiador gaúcho, para que ele resuma, a largos traços, a vida desse apóstolo que, ainda ao morrer, exclamava: "Graças ao Senhor! Creio que todos os meus trabalhos, de qualquer espécie, nenhum outro motivo tiveram senão o amor de Deus":

"A vida do Padre Antônio Sepp é a história da própria fundação de São João Batista. Sua atividade multiforme, sua inteligência privilegiada, suas profundas virtudes cristãs e sua fé inabalável ficam ali assinalando as raízes da alta civilização que o seu espírito criador soube imprimir aos destinos do seu Povo, nas obras que executou.

Em São João Batista jorra, de fornos primitivos, o primeiro ferro que se fundiu nas Missões; tempera-se o aço que vibra na sonoridade dos sinos: sobem ao céu os sons harmoniosos do primeiro órgão que se fabrica; edifica-se uma cidade modelar, cujo casario, alinhado e bem-pôsto, abriga exemplares famílias cristãs ao serviço de Deus e da sociedade primitiva; ergue-se um templo majestoso, rico de alfaias e de artísticas ornamentações com seus altares de talha dourada e um púlpito com estátuas douradas e embutidas de madreperolas; e se estendem as vastas oficinas, onde artistas de toda espécie burilam retábulos famosos, pintam quadros notáveis, esculturam estátuas magníficas, lavram as colunas do templo, e fabricam os mais variados instrumentos musicais, enquanto os calígrafos, prestimosos e hábeis, copistas inimitáveis, nos legam os seus trabalhos, que honram a civilização jesuíta.

Por outro lado, proliferam as sementeiras, plantam-se extensos pessegueirais e laranjais, adornam-se as hortas de variedades espécies vegetais, cultivam-se ervais, hortenses, e pelos campos das estâncias os gados constituem o mais alto patrimônio do povo, a que fornece carne, leite e seus derivados.

Toda essa organização reflete a atividade do Padre Antônio, as suas iniciativas em todos os setores do trabalho material, intelectual e moral, orientadas pela fé profunda que o afasta mesmo da órbita traçada pelo tempo à ação jesuítica, o que o leva aos maiores dissabores, sofridos resignadamente pelo amor de Deus e desse filho que amou carinhosamente.

Não cabe aqui detalhar a ação do Padre Sepp e sua influência para o apogeu da civilização artístico-industrial dos povos das Missões. Mas, de sua vida e obras ressaltam qualidades tão excepcionais de inteligência, cultura e virtudes cristãs, que se o pode, nessa segunda fase da vida missionária, erguer à altura dos grandes apóstolos Boroa, Taño, Cristóvão de Mendoza, Roque González e outros, que constituem essa galeria que exorna de glórias e virtudes, em seus primitivos tempos, a Companhia de Jesus, em terras do Rio Grande do Sul." (Aurélio Pôrto — *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio, 1943, págs. 334 e 335.)

Pensam os senhores que todos esses títulos e merecimentos sejam bastantes para justificar a imposição do nome do Padre Sepp a um simples colégio primário da roça? Nada disso.

O Padre Sepp exerceu o seu apostolado à sombra da bandeira espanhola, obedeceu a leis emanadas da Corte de Madrid. Logo, tudo o que ele fez foi com intuito de hostilidade aos portugueses, foi negativo e adverso ao Brasil e aos brasileiros. Fora, portanto, com o intruso! Não há lugar para ele nas páginas da nossa história!

VII

A Comissão de História e "Os Três Mártires Rio-grandenses."

O Dr. Moysés Vellinho é ainda mais radical, nesse ponto, que o próprio Sr. Othelo Rosa.

Opinando, em 1954, sobre o livro *Os Três Mártires Rio-grandenses*, de autoria do Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J., pontifica o ilustre crítico e historiador:

"Do ponto de vista da nossa formação histórica, que se processou, nessa extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul, examinando o problema, repetimos, sob o ângulo de nossa integração territorial, não padece dúvida que a naturalização dos mártires pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia."

E recentemente, confirmando o voto que havia emitido como membro da Comissão de História do Instituto, contrário "à ereção de um monumento a Sepé Tiaraju, o herói missionário que se fez matar em defesa do Império Jesuítico que desbordara do Paraguai sobre terras do Rio Grande" (*sic*), de férula em punho investe o ilustre escritor contra quantos não partilham do seu ponto de vista, isto é, contra quantos não concordam que a história do nosso Estado só tenha início em 1737, com a fundação, pelo brigadeiro Silva Pais, do presídio militar, na boca do Rio de São Pedro, mas querem recuá-lo para época mais remota, para o ano de 1626, quando o venerável Padre Roque González de Santa Cruz atravessou, pela primeira vez, o rio Uruguai, e fundou a redução de São Nicolau, sobre o rio Piratini.

Visivelmente irritado, adverte o douto confrade: "Precisamos nos curar, de uma vez por todas, de certa ambigüidade, em face do plano que, sob o patrocínio dos Reis de Castela, a Companhia de Jesus procurou realizar aqui, antes da instala-

ção oficial da Capitania do Rio Grande", porque "tal atitude conduz a certo bifrontismo histórico incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande." (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 31-12-1955.)

Já destruimos, com o irresponsável parecer do Padre Serafim Leite, em cuja insuspeita autoridade os eruditos confrades se apóiam a cada passo, a lenda, a patranha, o embuste da existência do Império Jesuítico do Paraguai. E quanto ao alegado "desbordamento dos regulares da Casa de Assunção" sobre terras que constituiriam, depois, o atual Rio Grande, contestamos formalmente se tenha verificado.

Os jesuítas que penetraram no ano de 1626 e nos seguintes na Província de Tape, com o intuito de evangelizá-la, o fizeram com expressa autorização dos Reis de Castela e com anuência dos próprios silvícolas, concedida pelo cacique Nheçá, que deliberara converter-se à fé cristã. E o fizeram sob certas condições, aceitas por tôdas as partes interessadas, como já vimos. Não houve, portanto, nenhum desbordamento, de parte dos jesuítas da Província do Paraguai.

Desbordamento e autêntico desbordamento houve por parte dos bandeirantes, dos portugueses e dos próprios inácianos da Província do Brasil, que clandestinamente penetraram em terras então sujeitas aos Reis de Castela, para o fim de prear ou catequizar os silvícolas.

E quem demonstrará êsse ilegal desbordamento, não somos nós, que não temos nem autoridade, nem competência para tanto. É, com todo o peso de sua autoridade oficial e política, nacional e internacional, o próprio ministro das Relações Exteriores do Brasil, o eminente Sr. Osvaldo Aranha.

Em conferência proferida no Palácio do Itamarati, sob o título "A revolução de 35 e a unidade nacional", conferência a que assistiram os representantes diplomáticos de muitas nações estrangeiras e a flor da intelectualidade brasileira, prelecionou o ilustre secretário de Estado e embaixador:

"*Origem do Rio Grande do Sul*. Para dar a sentir o Rio Grande do Sul farroupilha, precisamos, inda que em fórmulas de uma concisão algébrica, lembrar a formação racial do gaúcho e a sua situação no fenômeno brasileiro.

O célebre mapa de Carrafa (1637-1641) passou muito tempo por ser o primeiro que mencionava o território rio-grandense. *O Brasil, pelo Tratado de Tordesilhas, terminava um pouco abaixo de Santos.* (O grifo é nosso.) Daí, o velho cartógrafo caracterizar a terra gaúcha como adjacências do Paraguai: *Paraquaria, vulgo Paraguai cum adjacentibus.* A única nomenclatura de monta dessa carta é a do pôrto de São Pedro.

Mas o grande Rio Branco acabou com a prioridade do mapa de Carrafa, juntando às *Memórias* apresentadas à Suíça, na questão do Amapá, um Atlas contendo mapas raríssimos, alguns mesmo desconhecidos. O Atlas de Maiollo (1515) designa o Rio Grande como a terra do Gentio dos Patos. O mapa de Diogo Ribeiro (1529) mostra que êsse nome passou ao pôrto: Pôrto dos Patos. O mapa de Desvaliers (1550), já muda êsse nome da barra no de Rio Grande. Era, pois, o torrão gaúcho conhecido desde o século XVI, e só a incúria da Metrópole permitiria que a Terra dos Tapes, vital pela sua situação geográfica para a terra de Santa Cruz, fôsse algum dia chamada *adjacências do Paraguai.*

Segundo a *Relação Anual*, de Fernão Guerreiro (1606-1607) já os jesuítas João Lobato e Jerônimo Rodrigues tinham ali estabelecido uma missão, a mando do P. Fernão Cardim. Por sua vez, Nóbrega, em quem Capistrano de Abreu via um verdadeiro estadista, já mandava em seu tempo dois inacianos a catequizar os índios. Êsses esforços se perderam pela incúria dos Governadores-Gerais.

O venerável P. Roque González, protomártir da igreja, foi o primeiro explorador do Rio Grande, onde fundou São Nicolau, o primeiro povo das Sete Missões Orientais, e a capela de Assunção, onde os P. P. Castillo e Afonso Rodríguez foram martirizados em 1628.

Um mapa de 1732, dedicado ao Geral Francisco Retz, com estas palavras — Terras regadas com o suor e o sangue dos filhos da Companhia de Jesus — assinala os túmulos de vários missionários sacrificados pelos índios.

Êsse é o batismo do Rio Grande do Sul: o sangue dos heróis inermes que nunca hesitaram em sacrificar a vida pela fé. Por êle o Rio Grande se articula à formação espiritual do Brasil, obra principalmente dos jesuítas. (O grifo é nosso.)

O Rio Grande dos Jesuítas. A *Conquista*, de Ruiz de Montoya, menciona vários povoados no Rio Grande, de 1600 e tantos. No local da gloriosa Rio Pardo, destinada a ser o baluarte contra o castelhano, e a porta da campanha e do povoamento, erguia-se a missão de S. Cristóbal. Na comarca de Santa Cruz, vizinha a Rio Pardo, o povo de Jesus Maria, fundado pelo Padre Romero, S. J., onde viviam dez mil índios. Ao Norte, os povos de S. Joaquim e Santa Teresa. No local de Cruz Alta, o da Natividade. Todos êsses na bacia do Jacuí, então chamado Igai. Na bacia do Ibicuí elevavam-se os núcleos de S. Tomé, S. José, S. Miguel e S. Cosme e Damião. O destino dêsses povos foi triste. Destruíram-nos as bandeiras de Antônio Raposo. Data dessa época a mudança das Missões para a margem ocidental do Uruguai. *Teria sido tal destruição necessária à incorporação do Rio Grande ao Brasil? Nada mais duvidoso.* (O grifo é nosso.)

A atividade dos jesuítas, civilizando os índios e criando um tipo de comunismo branco, que lhes assegurava a existência com um mínimo de esforço, desconhecido aos proletários de hoje, foi completamente destruída pela bronca política de Pombal. O refinado intrujão, o falsificador impenitente que até hoje faz pesar sobre as Missões Jesuíticas a odiosidade de suas invenções, o infatigável empreiteiro da campanha de mentiras, que semeou por toda a Europa as suas torpes invenções e os seus ódios, criou, por meio de seus escritos e de seus panfletos, a lenda de um império jesuítico, fundado no Sul para combater Portugal e Castela. A sua política vingou. As suas mentiras venceram. E ainda hoje passa por um benefício o ter o Rio Grande do Sul ficado limpo de povoações indígenas. O que já era a publicidade naqueles tempos!

Curioso é que o melhor documento contra as invenções de Pombal nos seja fornecido por uma fonte absolutamente insuspeita, por D. Pedro de Ceballos. Nenhum militar castelhano nos fez tanto mal como êle. É fôrça, porém, confessar que êsse homem rude e fragueiro era um caráter. Ao passo que o Padre Altamirano não se pejava de conspirar contra a verdade e negar a evidência, dando os jesuítas das Missões como açuladores da sublevação dos índios contra os seus algozes, Ceballos

confessa lisamente a verdade do que viu e era exatamente o contrário. Não teme arrostar as cóleras do poderoso ministro a quem servia, implacável inimigo dos jesuítas, e deixa em um relatório as invenções de Pombal reduzidas à mais completa inanidade.

Povoamento do Rio Grande. Quanto não atrasou o Rio Grande essa política! Quanto mais cedo não se teria incorporado à civilização!

Por que se povoeou tão tarde? *Portugal não reclamava as terras abaixo da capitania de S. Vicente. Espanha só se ocupava do Rio da Prata.* (O grifo é nosso.)

O Rio Grande defendia-se das incursões pelo inóspito do seu costilhão, que parece o de um deserto, a quem o perlonga. O mar que lhe bate as dunas é agressivo e perigoso. Abras, golfos, enseadas, baías, embocaduras não as há propícias e remançosas. As de Tôrres e Rio Grande, esta cheia de bancos movediços, mal se distinguem da terra, segundo a curiosa observação de Gabriel Soares no *Tratado do Brasil*. Vingando-as, conseguindo penetrá-las e entrar em contato com a terra, dava o forasteiro com o indígena, e um indígena cuja tradição de ferocidade se consolidara desde a trucidação de Solis e seus companheiros, vítimas dos Charruas. Essa abordagem difícil preservou por muito tempo de invasões forasteiras a Terra dos Tapes. Só a pouco e pouco, quando as primeiras penetrações foram desvendando as maravilhas da sua uberdade, a beleza dos seus campos, a riqueza das suas florestas, a distribuição providencial das suas águas, a salubridade dos seus ares, é que o Rio Grande entrou a ser conhecido e povoado.

Laguna e a Colonização. Laguna, onde se fixou Brito Peixoto, foi o ponto de partida dos primeiros povoadores da campanha do Sul. Ele e seu genro João de Magalhães são os patriarcas da família rio-grandense. A estrada da Laguna ao chamado Continente era preferível aos perigosos desembarques em Tôrres e no Rio Grande. Alexandre de Gusmão, a maior cabeça talvez do seu século, na opinião de Camilo Castelo Branco, foi quem incorporou, pelo Tratado de Madrid de 1750, obra exclusivamente sua, toda a região austral do Brasil ao domínio lusitano. Santa Catarina e Rio Grande do Sul, se são brasileiros,

devemo-lo ao grande santista, a quem a perseguição de Pombal cortou a mais luminosa das carreiras. Por sua conta não correu a execução do Tratado: o espírito, porém, que o traçou foi somente o do grande santista, que então firmou para a nossa diplomacia o princípio do *uti possidetis*." (Osvaldo Aranha — *A revolução de 35 e a unidade nacional*, in *Província de São Pedro*, Edição Globo, Pôrto Alegre, N. 5, Ano de 1946.)

Ora, se de Santos para o Sul e para o Ocidente tudo era território espanhol, já vê o meu caro amigo Dr. Moysés Vellinho que não é lícito falar em desbordamento dos regulares da Casa de Assunção sobre os campos do Rio Grande. O contrário é que é verdadeiro.

Não ignoramos que, embora a linha ideal de Tordesilhas, a partir da foz do Amazonas, passasse, de fato, pelo pôrto de Santos, outros, para chicanar, a deslocavam mais para o Sul, para o pôrto de Laguna; outros, para o pôrto do Rio Grande, e outros ainda mais cubiçosos, para a foz do Rio da Prata, de sorte a compreender na esfera de jurisdição portuguesa toda a margem esquerda daquele imenso caudal. Mas nós preferimos fazê-la passar, como de fato passava, pelos portos de Santos-São Vicente, não só porque "uma elementar honestidade mental" manda que assim procedamos, mas também porque, não a tirando dali, fazemos mais honra aos portugueses, gaúchos e bandeirantes que, pouco a pouco, a foram empurrando para o Sul e para o Oeste, incorporando desta forma ao Brasil a maior parte do seu atual território.

Se, pelo contrário, como fazem outros, nós fizéssemos passar o meridiano de Tordesilhas pelo meio do Rio da Prata, então os brasileiros de hoje teriam o direito de perguntar aos seus ancestrais: "Que fizestes das ricas províncias de Entre-Rios, de Corrientes e do Uruguai?"

Não basta a opinião do ex-presidente da Onu, Osvaldo Aranha? Aí vai outra, a do venerável José de Anchieta, que nunca fez política, nem andou metido no jôgo de empurra do meridiano de Tordesilhas, pois que só se preocupava com a "conquista espiritual" dos índios para o Reino de Cristo.

Escrevendo em 1554, de Piratininga, mas referindo-se a toda a região compreendida entre o Rio Amazonas e o Rio da Prata, diz Anchieta:

“Aqui estamos nesta *Índia Brasília*, sob a obediência do Reverendo em Cristo Padre Manoel da Nóbrega.” (Joseph de Anchieta — *Cartas*, Civilização Brasileira, Rio, 1933, pág. 35.)

E após descrever os silvícolas que habitavam São Vicente e o planalto, referindo-se aos índios *Carijós*, que povoavam a costa, de São Paulo para baixo até o Rio da Prata, junta textualmente: “Além destes (índios de São Vicente e São Paulo), há outra casta de índios grandemente disseminados por toda a parte (à qual chamam *Carijó*) (Cário, tape, carijó ou guarani, é tudo a mesma cousa, advertimos nós) em nada diferentes destes no alimento, no modo de viver e na língua, todavia muito mais mansa e mais propensa às cousas divinas, o que claramente conhecemos pela conversação de alguns que conhecemos aqui entre nós, bastante firmes e constantes. *Êstes estão sob a jurisdição dos Castelhanos, cujas casas fazem de boa mente*”. (Idem, ibidem, págs. 46 e 47.)

No ano seguinte, escrevendo aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, acentua novamente o venerável apóstolo: “Esta nação de índios daqui (Piratininga) cremos que se estende muito por a terra a dentro.

Fora destas nações que hei dito, há outra nação em o Brasil (toda a região até o Rio da Prata era então genêricamente considerada Brasil e os seus habitantes naturais *brasis* ou *brasílicos*) mui estendida que se chama *Carixos* (Carijós) mui mais mansa e capaz das cousas de Deus; êstes já estão debaixo do poder do Imperador (Carlos V, Rei de Espanha e Imperador da Alemanha).” (Idem, ibidem, pág. 74.)

Quer, finalmente, o Dr. Moysés Vellinho outra prova administrativa ainda mais concreta? Quando, em 1554, o *adelantado* Alvar Núñez Cabeça de Vaca veio tomar posse do seu cargo, no Paraguai, plantou um marco com as armas de Espanha em Cananéia e, ao chegar ao pôrto dos Patos (hoje de Santa Catarina) desembarcou e, sem pedir licença a nenhuma autoridade portuguesa, seguiu por terra até Assunção. Não houve, por conseguinte, “desbordamento” algum dos regulares da Companhia de Jesus da Província do Paraguai para o território que, depois, foi de Portugal e agora é nosso.

Isto, para falarmos, em termos de possessão colonial europeia, convindo, porém, não esquecer que, de 1580 a 1640,

Portugal não existiu politicamente, incorporado, como foi, ao Reino de Castela. E foi exatamente nesse período, a principiar de 1626, que os filhos de Santo Inácio penetraram no Rio Grande do Sul.

— No que tange ao qualificativo de “bifronte”, aplicado aos escritores que querem incorporar à história do Rio Grande os fastos das Missões Orientais, pediríamos ao nosso prezado confrade e amigo Dr. Moysés Vellinho que tivesse de outra feita um pouco mais de cautela na expressão do seu pensamento e na defesa dos seus pontos de vista, porquanto, quem diz o que quer, arrisca-se, às vezes, a ouvir o que não quer.

Nós poderíamos, com efeito, responder-lhe, a propósito, que antes parecer-se a gente com o primeiro, em hierarquia, dos deuses do Olimpo romano, e possuir quatro olhos, a fim de melhor presidir à abertura e ao fechamento das portas, inclusive naturalmente as portas da história, do que proceder como o peixe linguado, o qual por ser caolho, só enxerga de um lado. (Poderíamos dizer, mas não dizemos, porque sabemos que revides, acritudes e imputações não resolvem controvérsias históricas.)

— No tocante ao gauchismo ou brasileirismo de Sepé, reafirmamos que, etnicamente, ele era muito mais gaúcho e brasileiro que os próprios membros da Comissão do Instituto.

Cumpré, em verdade, não olvidar que, nos primórdios do descobrimento e exploração deste hemisfério, toda a América do Sul e especialmente aquela região compreendida entre o Rio Orinoco e o Estreito de Magalhães, se denominava *Brasília* e que, conseguintemente, só os nativos podiam legitimamente gloriar-se do apelativo de *brasis*. Sepé Tiaraju era, portanto, genuinamente, autenticamente *brasil*, *brasílico* ou ainda *brasiliense*, no sentido racial da expressão.

E no que respeita ao gauchismo, quem será mais gaúcho do que ele? Pois não é o verdadeiro gaúcho sinônimo de centauro? E não morreu Sepé como um verdadeiro centauro?

Reputamos a morte de Tiaraju, por exemplo, a mais expressiva cena gauchesca da História do Rio Grande, a reclamar o pincel de um Diogo Rivera, ou de um Cândido Portinari ou o escopro de um Vitor Brecheret ou de um Antônio Caringi.

Aí está, com efeito, empolgante e palpitante, o centauro dos pampas, o homem como prolongamento e complemento do ca-

valo, caídos ambos, e ambos acidentalmente feridos, mas, embora caídos e feridos, e sangrando, e morrendo, ainda procurando erguer-se, e o braço do homem ainda atirando um golpe de lança contra o seu agressor!

Que estupendo mural, ou tela, ou grupo em bronze não daria êsse episódio bélico, transposto para o domínio da arte!

Em 1927, encomendámos ao pintor Lucílio de Albuquerque o esboço de dois grandes quadros representando a entrevista com Gomes Freire e a morte de Sepé. Mas os esboços não nos agradaram e a idéia morreu na casca, assim como tantas outras.

Entretanto, o projeto merece ser executado, para figurar no Palácio Piratini ou na futura sede do Poder Legislativo Rio-Grandense.

— Não é verdade, repetimos, que Sepé se fizesse matar defendendo o Império Teocrático das Missões contra os portugueses.

Ele sucumbiu, sim, em defesa da sua terra e do seu povo, exatamente pela razão precípua de não querer “emigrar” para outras bandas que lhe haviam sido designadas. Baqueou combatendo, ao mesmo tempo, contra Portugal e contra Castela. Tombou gloriosamente, para não deixar o seu berço, para não sair do seu pago, para não abandonar a sua querência, em suma, para permanecer *brasil!*

Êsses, os primitivos habitantes desta gleba, eram, então, etnicamente, os únicos, verdadeiros e genuínos gaúchos e brasileiros, não passando o resto da população de uma turbamulta de adventícios e filhos de adventícios.

VIII

A Comissão, as Missões e o Padre Anchieta

Insiste a Comissão de História em apresentar os pró-homens do ciclo missioneiro, leigos e religiosos, como “antibrasileiros”, só porque viviam e agiam em terras sujeitas então à jurisdição de Castela, e obedeciam às leis dêsse país, e colaboravam com as suas autoridades.

Pelo estranho critério dessa Comissão, tôdas as nações sul-americanas, que confinam com o Brasil, deveriam também considerar a Companhia de Jesus como “antiespanhola”, pela simples razão de haver uma de suas províncias, a da Assistência de Portugal, evangelizado as selvas à sombra do pavilhão lusitano, tendo eventualmente favorecido, com isso, a expansão dêste país, com grave prejuízo dos interesses de Castela.

Segundo exemplo. Conforme noticiou a imprensa, a ilha de Tenerife está erguendo um monumento ao seu grande e ilustre filho, o venerável José de Anchieta, Apóstolo do Brasil.

Adotando a prática da Comissão, o Instituto de Cultura Hispânica deveria manifestar-se contrário à homenagem, sob o fundamento de que Anchieta exerceu o seu ministério em terras do domínio português e precisamente entre aquêles terríveis mamalucos que, com tanto ímpeto, contribuíram para deslocar para o Ocidente o meridiano de Tordesilhas, com profunda e irreparável lesão da Coroa de Espanha. E aqui com a agravante de ser Anchieta um súdito castelhano, equivalendo por êsse motivo, no parecer da Comissão, a sua convivência e entendimento com o inimigo a um verdadeiro crime de traição à pátria.

Teve, porventura, alguém na Espanha a extravagante idéia de alegar êsse fato? Absolutamente ninguém. Pois qual o coração bem formado que negaria a sua homenagem àquele homem de oração, candidato à glória dos altares?

Entretanto, nem todos enxergam no cantor da Beata Virgem um espelho de perfeição cristã, porque, se procurarmos bem, com o auxílio da lanterna da Comissão Anti-Sepé, nós descobriremos na vida íntima do Padre Anchieta cousas deveras estranhas, e até horripilantes, sob o ponto de vista cívico e moral.

Descobriremos, por exemplo, que, enquanto, como espanhol, êle se aliava e colaborava com os portugueses, em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, exercendo, portanto, aparentemente, "uma ação negativa e adversa" à Espanha, por outro lado, como superior provincial, regalava-se em mandar para o Paraguai o primeiro núcleo de inacianos, fundadores da Casa de Assunção, donde, acrescidos logo de outros, pouco a pouco "desbordariam" para as Províncias do Guairá e do Tape, com o intuito político e absconso de doutrinar indígenas e estabelecer aldeamentos, incumbidos de hostilizar aquêles mesmos portugueses, de quem se fingia aliado e amigo no Brasil!

O projeto de conquista do Paraguai pelos regulares de Santo Inácio da Província do Brasil era antigo. Data de 1551. Acariciaram-no, sucessivamente, dentre outros, os Padres Manoel da Nóbrega, Leonardo Nunes e Luís da Grã. Mas foi somente Anchieta, durante o seu provincialato, que, afinal, o pôde realizar.

"Foi, pois, de certo modo, o Apóstolo do Brasil — acusa Eduardo Prado — o fundador das Cristandades Jesuíticas do Paraguai." (Vide, para maiores detalhes, Eduardo Prado — *Conferências anchietanas*, pág. 53. Serafim Leite, S. J. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, págs. 333 a 358 e Aurélio Pôrto — *História das Missões Orientais do Uruguai*, págs. 10 a 17.)

É êsse, justamente, o solerte plano denunciado pelo Dr. Moysés Vellinho no seu artigo, "o plano que, sob o patrocínio dos Reis de Castela, a Companhia de Jesus procuraria (vir) realizar aqui, antes da instalação oficial da Capitania do Rio Grande."

E dizer-se que faziam parte da primeira leva de missionários enviados ao Paraguai, para aquêle tenebroso fim, dois tráfugas portugueses, os Padres Manuel de Ortega e Estêvão da Grã, e que todos iam a instantes pedidos de outro renegado luso, o dominicano Francisco Victoria, bispo de Tucumã!.,,

Nessa conformidade, é bem de ver que não nos é mais lícito cultuar a memória do roupeta canário, não só porque "isso seria incompatível com a veneração devida aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande", mas também porque e sobretudo porque, em face do exposto, não passava o sedizente Apóstolo do Brasil de um perfeito quinta-coluna, vestido de catequista!

Basta, pois, de contemplações com êsse agente secreto espanhol! Para longe a idéia de dar o seu nome suspeito a cidades, estradas e colégios! Fora com o "bifronte"! Não se abram mais para êle as páginas da História do Brasil!...

Terceiro exemplo. Quando Hernán Cortés invadiu o México, quem logo saiu, armado, a embargar-lhe o passo, foi o Imperador Guatimozim, que os astecas chamam Cauahtemoc. Pelo critério da Comissão, os mexicanos de hoje deveriam tratá-lo como inimigo dos seus antepassados, aos quais se opôs ardorosamente, a tal ponto que os invasores o deitaram num leito de brasas, a fim de lhe extorquir a confissão do esconderijo dos seus tesouros.

Pensam os senhores que os mexicanos descendentes de espanhóis tratam Guatimozim como adversário ou inimigo? Pelo contrário. Quando o governo daquele país decidiu oferecer ao Brasil um símbolo do valor pessoal, do heroísmo, da altivez, do apêgo à terra, do espírito de resistência e de sacrifício do seu povo, o vulto escolhido foi exatamente o do índio Guatimozim, cuja estátua lá figura no Rio de Janeiro, na confluência da Praia do Flamengo com as Avenidas Osvaldo Cruz e Rui Barbosa.

Assim cultuam os mexicanos, descendentes de espanhóis, os seus heróis nativos. Mas como é diferente o amor em Portugal!

IX

Monumentos Eretos e a Erigir

Durante a solene inauguração do Monumento ao Imigrante, em Caxias do Sul, no ano de 1950, perguntou-nos um conhecido se não achávamos um desfôro que os alemães e os italianos já tivessem um monumento comemorativo de sua vinda e do seu trabalho e não tivessem merecido até hoje o mesmo tributo de homenagem e gratidão os colonos portugueses, que os haviam precedido de quase um século.

Respondemos não achar nisso desfôro algum. Julgávamos, isto sim, e o dizíamos francamente, que os descendentes de lusitanos é que haviam, a nosso ver, negligenciado no cumprimento do seu dever. E que já era tempo de cumpri-lo.

Por que não se aproveita agora a ocasião para preencher essa lacuna? Por que, por exemplo, a Comissão de História, em vez de malbaratar o seu tempo, a sua cultura e a sua inteligência com questiúnculas de campanário e negativismos discriminatórios e estéreis, não promove a redação de uma seleta galeria de perfis dos nossos governantes do tempo do Brasil-Colônia, que jazem quase ignorados, mau grado dentre os mesmos se encontrarem vultos de acendrado espírito público e grandiosa estatura intelectual e moral, vultos que são verdadeiras reproduções de certas efígies consulares romanas?

Muito mais lucraria, sem dúvida, a comunidade rio-grandense com um conhecimento mais íntimo da vida e das obras dêsses soldados e dêsses administradores do que com o espetáculo do injusto e infrutífero empreendimento, a que se entregaram alguns estudiosos, de enxotar do campo da nossa história homens repletos de méritos e serviços, os quais, se alhures nasceram, aqui desenvolveram tôda a sua fecunda atividade, aqui se devotaram à obra ingente da assistência econômica e espiritual à população nativa, aqui muitos dêles estão sepultados e aqui ainda outros chegaram a colher a palma do martírio.

Por que asseverar que Sepé nada tem que ver com o Rio Grande e com o Brasil, se êle é muito mais rio-grandense e muito mais brasileiro que todos nós?

Não! Nós não participaremos jamais de semelhante cordão, nem seguiremos jamais semelhante critério, que só tem, na órbita externa, a virtude negativa de sombrear as nossas relações com os países vizinhos e, na esfera interna, o demérito de envenenar as nossas relações gremiais e sociais.

Excluir os heróis civis missioneiros e os apóstolos e mártires jesuítas pelo simples fato de haverem exercido a sua atividade apolítica sob o lábaro de Castela, afigura-se-nos um erro, uma injustiça, uma crueldade, uma ingratidão. Dizemos mais: um impossível. Porque, no dia em que lhes fechássemos as portas da nossa história, êles entrariam pelas janelas, êles penetrariam, — fluidos sutis, — através das paredes das nossas casas, para virem se exhibir e impor à contemplação dos nossos olhos, tão impregnado está, pela radioatividade de suas almas, o ar que todos respiramos.

Capacite-se a Comissão de História: muito mais que a circunstância accidental do nascimento, ou da origem portuguesa, a benemerência de certas vidas e o heroísmo de certas mortes podem conferir cartas de naturalização e até mesmo títulos de nobreza.

Nessa conformidade, por que — repetimos — a Comissão de História e Geografia do Instituto não promove a ereção de um grandioso monumento — Aos conquistadores do Rio Grande do Sul?

Dizemos deliberadamente “Conquistadores” e não colonizadores, porque à imigração civil portuguesa precedeu, nesta extremadura austral, a conquista armada. E o que houve no Rio Grande do Sul foi conquista militar, no duro, antes do povoamento pacífico. Conquista efetuada com disciplina militar prestante, passo a passo, com derrame de muito suor e de muito sangue, com lanças, tiros e patas de cavalo, até a fixação definitiva das fronteiras em pontos mais ou menos naturais.

Cremos que essa noção deve ser bem incutida na consciência da mocidade e do povo, o qual terá, por certo, muito mais confiança e orgulho em pisar um solo adquirido à custa

de muitos sacrifícios, cruentos e incruentos, do que possuir e gozar uma terra que fôsse produto de uma barganha diplomática ou de um donativo papal.

Monumento à "Conquista Portuguesa do Rio Grande do Sul", por conseguinte.

Dito monumento poderia ser custeado pelo Erário Estadual, em parcelas anuais, durante oito a dez anos e com substanciais auxílios da União e de todos os municípios rio-grandenses, o que não seria nada difícil de se obter.

Seria o mesmo de proporções grandiosas e a erguer-se na futura Avenida Beira-Rio, que se denominaria *Avenida Alexandre de Gusmão*, em homenagem a um dos deuses Terminus da sistematização dos nossos limites. (Os outros dois são Joaquim Nabuco e Rio Branco.)

No ápice do monumento seria colocada a estátua do genial negociador santista-português, que mais tfabalhou pela fixação definitiva das nossas fronteiras com os países vizinhos, e pelo povoamento da capitania de São Pedro do Sul. Abaixo da estátua principal, viriam colocados, em ordem decrescente, as estátuas dos outros integradores: Gomes Freire, Silva Pais, Cristóvão Pereira de Abreu, Rafael Pinto Bandeira, Brito Peixoto, João de Magalhães, David Marques Pereira, Patrício José Corrêa da Câmara, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, D. Diogo de Sousa, José Marcelino de Figueiredo, Soares de Andréa, Cêrro Largo, Manoel Marques de Sousa, Tomás Luís Osório e os Dragões, os conquistadores das Missões, os Generais Bohm e Funck, e outros que não mencionamos aqui, porque não estamos fazendo uma relação, mas uma simples sugestão.

O Secretário de Educação e Cultura seria o presidente nato da comissão incumbida da ereção do monumento, bem como da escolha dos figurantes.

Sem prejuízo de sua comparência no monumento a ser erigido na capital do Estado, os Conquistadores das Missões deveriam merecer outro, a ser oportunamente erguido em Ijuí, Santo Ângelo, São Miguel ou qualquer outro ponto adequado.

Tudo isso sem olvidar que houve duas conquistas das Missões: uma espiritual, originalmente efetuada pelos jesuítas e outra militar, realizada, dentre outros, pelos gaúchos José Bor-

ges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso e pelo paulista Gabriel Ribeiro de Almeida, poderosamente auxiliados debaixo do poncho, pelo comandante da fronteira de Rio Pardo, Coronel Patrício José Corrêa da Câmara e pelos próprios índios guaranis, sem cuja adesão e ulterior concurso a gigantesca empresa de certo não teria sido tão rápida.

Como êstes três heróis representam a conquista armada, três sacerdotes inacianos poderiam simbolizar a conquista espiritual: Roque González de Santa Cruz, Antônio Ruiz de Montoya e Antônio Sepp. E isso também sem esquecer um merecido tributo individual ao índio Sepé, que é vinho de outra pipa, ou, antes, mate amargo, sob todos os pontos de vista.

Na futura Avenida Alexandre de Gusmão, que deveria ter, pelo menos, 40 a 50 metros de largura, com duas mãos, seriam efetuados os desfiles cívicos, de paisanos e militares, no Dia da Independência, passando escolares e tropas em continência diante do Monumento dos Conquistadores, onde seria construído o palanque oficial permanente, de granito, para as autoridades.

O monumento, contendo baixos-relevos em bronze representando o Comércio, a Indústria e a Agricultura, as Letras, as Artes e as Ciências, o Poder Temporal e o Poder Espiritual, e uma Capela votiva na cripta, ao mesmo tempo que representaria o resgate de uma dívida coletiva de gratidão, teria por escopo apontar e recomendar, para todo o sempre, os nossos homens representativos ancestrais ao culto, estudo e aprêço das gerações vindouras.

Por que motivo a Comissão de História do Instituto, em vez de gastar o seu precioso tempo, catando lêndeas na cabeça dos mártires e heróis missioneiros, no inglório empenho de impedir ou pelo menos de retardar a inscrição dos seus nomes no livro de ouro dos Fastos Rio-grandenses, não toma a iniciativa da construção dêsse Templo-Monumento que, estamos certos, alcançaria um apoio imediato e completo?

Aí fica a nossa humilde sugestão. Se porventura ela fôr aceita, mãos à obra sem detença, porque já estamos bastante atrasados.

X

Aurélio Pôrto e as Reduções

A propósito da inclusão ou exclusão dos vultos e fatos missioneiros nos textos da nossa história, quem, com mais brilho e fundamento, se pronuncia pela inclusão é o saudoso e generoso Aurélio Pôrto na sua magnífica *História das Missões Orientais do Uruguai*, a qual, a par da *Viagem às Missões e Trabalhos Apostólicos*, do Padre Antônio Sepp, deveria figurar em todos os lares rio-grandenses, não só como utensílio de cultura intelectual, mas também como instrumento de formação moral da juventude. Eis o voto de Aurélio Pôrto sobre esta questão: "Entre os que passaram pelas reduções do Uruguai e do Tape, há uma plêiade de verdadeiros filólogos: os Padres Roque González de Santa Cruz, Marcial de Lorenzana, José Cataldino, Simão Mazzeta, Antônio Ruiz de Montoya, Pedro Romero, Francisco Diaz Taño e muitos outros, que são expressões de verdadeiro saber lingüístico. Quase todos aliavam ao conhecimento das línguas indígenas profundas raízes humanísticas e noções das várias ciências das mais adiantadas épocas. E, coroando o saber humano, todos êsses homens, excedendo-se a si próprios em abnegação e virtudes, bem merecem da posteridade pelo bem que praticaram, pelos exemplos cristãos que andaram espalhando, pelo sangue que derramaram nos martírios que os santificaram, elevando-os a Deus, circundados de um halo imperecível de glória.

O trabalho dêsses homens em tôdas as atividades temporais e espirituais, que tiveram de exercer entre os nossos aborígenes, causa verdadeiro assombro. Humildes e simples, abnegados e heróicos, retratam-se em todos os seus gestos, percebidos nos relatórios — *Ânuas* — com que levavam a seus superiores o conhecimento das cousas atinentes às aldeias que fundavam e dirigiam. Há, em todos êles, uma ânsia de perfeição moral. Uma aspiração à santidade. Um desejo incontido de sacrifício.

Multiplicam-se para atingi-los, semeando o bem. E morrem nos descampados, olhos fitos em Deus, e corações cheios de bênçãos, sem um grito de revolta, porque sabem que sobre suas cinzas Deus construirá para os pobres índios um mundo melhor, iluminado pela sua caridade infinita.

Os monumentos grandiosos que nos legaram, nessas *Ânuas*, que são um tesouro histórico do Brasil, em sua maior parte desconhecidas e inéditas, permitem que se os veja, dia por dia, nessa larga trajetória em que fincam os esteios de uma civilização cristã, que a política estreita dos tempos e as ambições dos homens não permitiram atingisse o seu apogeu.

Há algumas que são verdadeiros compêndios de etnologia, geografia, história, ciências e artes. Outras nos revelam o caráter íntegro dêsses homens formidáveis, singularizados, aqui e ali, por um traço psicológico, por uma feição moral ou pelo sentimento universal de amor ao próximo, em que fundam os alicerces mais fortes da sua catequese. Através dessas *Ânuas*, como procuramos fazer, se podem escrever trabalhos ainda originais, sobre quaisquer aspectos por que se encarem os jesuítas dêsses tempos afastados e gloriosos.

Integrando-os à História do Brasil, de que são excluídos, porque em território depois brasileiro fundaram uma civilização, que se reflete nas populações meridionais do extremo sul, não só pela incorporação dêsses índios, que educaram, à família brasileira, como pelos monumentos de arte que nos legaram e que constituem elevado patrimônio histórico — senão pela universalidade da própria Companhia de Jesus — cumprimos um dever de justiça." (Aurélio Pôrto — *História das Missões Orientais do Uruguai*, Rio de Janeiro, 1934, págs. 136 e 137.)

XI

Sepé e os Intelectuais rio-grandenses

No meio do seu parecer, a Comissão de História formula, por linhas travessas, uma proposta muito engraçada. Ela rejeita, com arrepios de horror, o Sepé histórico, militante e social, mas estaria disposta, — para o fim de “enriquecer o seu patrimônio cultural”, — a ficar com o Sepé lendário, pseudo-santo, umbrátil e nefelibata.

Recusamos liminarmente a maliciosa proposição. Ou os Comissários aceitam o Sepé inteirinho, com sua lança de ponta de ferro, suas setas e suas boleadeiras, com sua carne, seus ossos e seu lunar, ou não lhes deixamos nada. E não lhes deixamos nada, porque aceitar o Sepé irreal, larvar e fantástico e recusar o Sepé revolucionário e guerreiro, estuante de humanidade e preocupação social, seria, de certo modo, matar o índio macho pela segunda vez, no que nós, seus padrinhos e defensores, absolutamente não estamos dispostos a consentir.

Esse Tiaraju lábil e fictício, mítico e misterioso, filho da credence e da superstição popular, seria, no dizer do Dr. Moysés Vellinho, o preferido pelo escritor Manoelito de Ornellas, que o revive “no belo poema em prosa que com justiça lhe consagrou.”

Não é verdadeiro o asserto do nosso douto contraditor, como logo se verá.

De saída, no *Pórtico* do seu poema, declara o brilhante escritor Manoelito de Ornellas: “Foi Sepé o primeiro caudilho rio-grandense. Morreu na batalha de Caibaté, na primeira refrega, na tarde de 7 de fevereiro de 1756. Sepultaram-no à margem de um rio que, como a terra, se chamou, depois, São Sepé. Porque a imaginação popular canonizou o índio, a quem emprestou um fulgor de santidade. Foi assim que o herói nativo entrou para a lenda e para a história.

A verdade foi respeitada nestas páginas. Apenas o romance a imaginação preencheu.”

Mas, adverte em seguida, para evitar quaisquer possíveis sofisticações e mal-entendidos futuros: “Sepé não é uma criação da fantasia. É um herói de carne e osso. Hoje, um símbolo tão alto como aqueles que Zorrilla e Alencar criaram na legenda. É o primeiro grito de amor à terra do Rio Grande. Uma figura que pede um monumento. O nune racial que deve ser proclamado e glorificado no espírito das novas gerações.” (Manoelito de Ornellas — *Tiaraju, Pórtico*, Edição Globo, Porto Alegre, 1945.)

Já no volume *Tradições e Símbolos*, estampado em 1940, acentuava Manoelito de Ornellas: “O tratado de Madrid de 1750, celebrado entre os reinos decadentes de Espanha e Portugal, impunha o abandono das Missões Orientais pelos jesuítas e índios catequizados. Na consciência dos primeiros rio-grandenses, nasceu, como uma predestinação, o sonho e o anseio da liberdade. Nem com os exércitos de Espanha, nem com os exércitos de Portugal. Eles queriam a terra, contra uma imposição externa. Deviam abandonar suas aldeias, suas searas, e suas igrejas, tudo, às mãos dos invasores. Foi em Santa Tecla que os nossos primeiros irmãos, pelo sangue e pelo ideal, sentiram a enormidade do sacrifício da injustiça humana.

Naqueles espíritos incultos, um tropel de sentimentos se agitou, os sentimentos pujantes e profundos que prendem o homem — culto ou bárbaro — ao trato da terra que ama instintivamente.

Foi aí que Tiaraju surgiu, como o gênio da terra selvagem, lutando pelo pedaço de chão onde erguera a sua taba, onde riscara com seus pés os primeiros caminhos na selva inviolada, onde colhera os primeiros frutos e onde desvendara, maravilhado, os primeiros mistérios da fé.

Tiaraju morreu à frente de seus índios, brandindo seu arco de guerra, como um símbolo: o símbolo inderrocável de uma raça, que se havia de prender à querência, com o amor fetichista do primeiro clã.”

E pergunta, outra vez: “Se enchamos de bustos de bronze os recantos silenciosos e mágicos dos nossos parques urbanos,

por que não levantamos ainda, como um símbolo do próprio Rio Grande, o monumento ao Índio Tiaraju, o grande Sepé, no verso de Basílio da Gama, uma figura autêntica de herói, nem o Tabaré da lenda oriental, nem o Peri da criação romântica de Alencar, nem o Anhanguera da imaginação bandeirante, mas o índio de carne e osso, que lutou e deu o seu sangue por amor do Rio Grande?" (Manoelito de Ornellas — *Tradições e Símbolos*, Pôrto Alegre, 1940, págs. 15 e 16.)

Manoelito de Ornellas consagra ainda a Sepé Tiaraju um capítulo inteiro dos seus *Símbolos Bárbaros*, no qual o índio formidável é qualificado "santo e herói das Tabas". (Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1943, págs. 119 a 134.)

Como se vê, a posição de Manoelito de Ornellas em relação a Sepé Tiaraju é radicalmente oposta à da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

— Não pensa igualmente como a Comissão de História o notável escritor e sociólogo Alcides Maya, conforme evidenciamos em nosso artigo *Evocação de Sepé Tiaraju*.

— Nem concorda com a Comissão de História o nosso máximo narrador regionalista, o grande João Simões Lopes Neto, que escreveu, transcreveu ou subscreveu as brônzeas estrofes do *Lunar de Sepé*.

— Discorda também completamente da Comissão de História o maior romancista rio-grandense e brasileiro da atualidade, Érico Veríssimo que, em *O Tempo e o Vento*, tece um verdadeiro hino de glória às Missões Orientais e especialmente a Sepé Tiaraju.

Conversando, não faz muito, com uma senhora missioneira, despida de qualquer veleidade literária, mas excelente musicista, perguntamos-lhe se gostava das obras de Veríssimo.

Respondeu-nos que não gostava muito das histórias anteriores desse escritor, porque lhe pareciam algo fictícias e algo decalcadas sobre trabalhos congêneres ingleses e norte-americanos, porém que, com *O Tempo e o Vento*, Érico Veríssimo não só a havia conquistado, de assalto, mas até mesmo a empolgara, por completo. Reputo esse romance cíclico meridional — acrescentou nossa interlocutora — uma verdadeira sinfonia wagneriana.

— E qual a parte que mais lhe agradou dessa sinfonia?

— A segunda, denominada *A Fonte*.

Ora, é justamente no capítulo segundo da sua extraordinária criação que o consagrado romancista descreve e exalta o florescimento das Missões, bem como a vida e a morte do santo e guerreiro Sepé Tiaraju.

Na sua linguagem simbólica, é como se Érico dissesse: "O ponto de partida, a origem, o manancial, a fonte, a gênese da história e das tradições rio-grandenses reside nas Missões e quem não beber da água dessa fonte, e não se lavar com a água dessa fonte, claudicará nos seus juízos e mutilará o registro e o relato de nossa existência coletiva.

— Diverge radicalmente da Comissão de História o erudito historiador Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J., autor de *Os Três Mártires Rio-grandenses* e de *Os Heróis do Caaró e Pirapó* e outras meritórias contribuições ao estudo, esclarecimento e ressurreição do Rio Grande primitivo, o qual, no próprio seio do Instituto, com lisura e vantagem refutou as premissas, conclusões e asserções do voto ali emitido contra Sepé Tiaraju.

Para aquêle ilustre inaciano, cujo parecer reproduzimos na íntegra, em apêndice dêste volume, "Sepé foi a alma da resistência indígena ao cumprimento do Tratado de Madrid de 1750", sendo hoje "um símbolo definitivamente incorporado à vida histórica do Rio Grande do Sul". "Esse morubixaba se me afigura — acentua ainda o mesmo historiador — com tôdas as boas virtudes que nós rio-grandenses tanto admiramos, indomável nas suas resoluções, de uma intrepidez sôbre-humana perante a própria morte.

Ergue-se soberano, cresce resoluto, avulta feroz e se agiganta como um soberbo caudilho, um lídimo centauro, modelo e símbolo perfeito para quantos lhe sucederam.

Um gaúcho dessa têmpera está a reclamar de todos os filhos desta terra um monumento, como Tasso Fragoso já o reivindicou em seu livro: "A Batalha do Passo do Rosário." (*Jornal do Dia*, Pôrto Alegre, 8-12-1955, 2.º caderno, págs. 9 e 10.)

— Não pensa como a Comissão de História o reputado historiador, economista e sociólogo Félix Contreiras Rodrigues,

o qual, com todo o peso de sua vasta cultura e de seu imparcial espírito de brasilidade, ainda há pouco proclamou que "Sepé exige uma estátua no Cêrro de Bagé."

Eis as palavras textuais do seu valioso pronunciamento: "Sepé se tornou um vulto rio-grandense desde o momento em que se atirou contra os Portugueses, que nós, depois, expulsamos, para fazer a nossa independência, e contra os Espanhóis, que nesse tempo sempre guerreávamos.

Sepé encarna a aurora da nossa história e merece um monumento equestre e no Cêrro de Bagé, que era a sua vigia. Aí se fará um parque dominado por sua figura ameríndia, a cavalo, de em pêlo, com a aljava cheia de setas, o arco na mão esquerda e a palma da direita acima dos olhos, fazendo sombra para bem ver Andonaégui, que vinha do Aceguá, e Gomes Freire, que vinha do Seival buscando a incorporação que se efetuou nessas imediações, sobre a Coxilha Grande.

Sepé é uma fonte, uma origem, uma força emanada dos primórdios do Rio Grande.

Sepé exige uma estátua no Cêrro de Bagé, reservando o Cêrro de Santa Tecla para outra estátua a Rafael Pinto Bandeira." (*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 23-12-1955.)

Meus cordiais parabens pelo seu peremptório e oportuno pronunciamento, meu caro amigo e confrade Félix Contreiras Rodrigues. Assim é que se faz história e sobretudo justiça histórica, dando a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. A idéia das duas estátuas, a serem erguidas nos cimos dos Cerros de Bagé — uma ao valente corregedor e capitão revolucionário ameríndio e outra ao brigadeiro colonial continentino, leal e intrépido, é larga, generosa, edificante e completa. Futuramente há de ser concretizada.

— À semelhança de Félix Contreiras Rodrigues, outro laureado poeta e prosador gaúcho, Homero Prates, emparelha no altar de seu culto cívico Rafael Pinto Bandeira e Sepé Tiaraju, colocando, porém, cronologicamente, em primeiro lugar, o campeador missioneiro.

No seu livro *Ao sol dos pagos*, premiado no concurso de poesia aberto pela Sociedade Sul-Rio-grandense, do Rio de Janeiro, por ocasião do centenário da Revolução dos Farrapos,

aquêle escritor, uma das mais altas expressões da intelectualidade sulina, insere um admirável poema intitulado: "Ronda dos Heróis", no qual evoca os arquétipos gaúchos que

Tendo por teto o Céu, os arreios por leito
e o poncho, quando cai a chuva, por barraca,
basta-lhe inda hoje um pinga, um trabuco e uma faca,
para pelear em prol do que é justo e direito.

Entre "os centauros do Sul, monarca das coxilhas", exclama, a certa altura, de sua ode, o inspirado poeta:

Vejo aqui sobre um cêrro, impassível, de pé,
— qual se já fôra o bronze em que o esculpiu a História —
o guapo Tiaraju, que se cobriu de glória
nos dramas da invasão espanhola, Sepé.

Vejo, após, Rafael Pinto Bandeira, à frente
de cento e vinte heróis, investindo, sem medo,
El Señor Juan José de Vértiz y Salcedo,
destroçando-o, afinal, de um golpe, herôicamente.

— E passava de mil, fora os índios e escravos,
a audaciosa legião do exército invasor,
que é batido e que foge ante a bravura e o ardor
do luzido esquadrão dêsse grupo de bravos. —

Como se vê, não há necessidade de excluir e expatriar Sepé Tiaraju para cingir de louros a frente de Pinto Bandeira. O sol da glória tem raios para dourar a efígie dos dois, ao mesmo tempo.

— Não pensam como a Comissão de História os escritores e historiadores Roque Callage, Dante de Laytano, Walter Spalding, Clemenciano Barnasque, Valdomiro Sousa, Tarcísio Tabora, e Fernando Luís Osório, o qual, na sua obra *Sangue e Alma do Rio Grande*, insere até um esboço do monumento que o Estado deveria erigir à memória do "denodado e nobre Sepé, o primeiro caudilho do Rio Grande". (Pág. 76.)

A maquete dêsse monumento foi executada, há muitos anos, por encomenda de Fernando Osório filho, pelo escultor brasileiro Eduardo de Sá e encontra-se, hoje, na Prefeitura Municipal de São Sepé, estando já o herói aborígine sem braços, como a Vênus de Milo. Outra maquete de monumento a Tiaraju, mas esta de natureza equestre, foi elaborada, em 1934, para a Ponte da Azenha, pelo admirável artista conterrâneo Antônio Caringi, autor do grandioso Monumento ao Imigrante, erguido em Caxias do Sul.

O voto de Fernando Luís Osório é particularmente valioso, seja pelo alto espírito de justiça, seja pela rara imparcialidade que o ditou, pois o saudoso escritor pelotense, além de ser infenso aos jesuítas missioneiros, ainda conta entre os seus antepassados, alguns oficiais participantes, e até feridos, na Guerra das Reduções.

XII

Ainda Sepé e os Intelectuais

O prof. Walter Spalding, diligente cultor da História Pátria e apaixonado folclorista, incisivamente assim se pronuncia: "Se fôr verdadeira a assertiva de que "elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro dentro da História" e, portanto, da Humanidade, negar a Sepé Tiaraju o papel preponderante que teve como filho das selvas rio-grandenses no movimento que culminou, quase cinquenta anos mais tarde, com a incorporação das Missões ao território gaúcho, portanto, brasileiro, depois de ter sido português, — será, simplesmente, "desonestidade mental".

Admitimos que o Rio Grande do Sul na sua parte missioneira tenha duas histórias: uma espanhola, que vai até 1750, — o povoamento organizado com silvícolas rio-grandenses pelos jesuítas espanhóis, e outra portuguesa, a partir de 1750 até 1822. Mas jamais poderemos admitir que o contexto dessas duas Histórias não pertença, exclusivamente, ao Rio Grande e que não façam, assim, parte integrante da grande História do Rio Grande do Sul, que continua brasileira de 7 de setembro a nossos dias, inclusive, sem favor, os longos anos da Revolução Farroupilha.

Assim sendo, tudo quanto é hoje sul-rio-grandense, sempre foi sul-rio-grandense, desde a pré-história, desde que, através dos tempos, se foi formando êste coração, ao pescoço do Brasil, não para enfeitá-lo, mas para dar-lhe maior grandeza, mais galhardia e maior vitalidade.

Porque, se formos negar que as Missões do Uruguai, os Sete Povos — sejam rio-grandenses e brasileiros, teremos, ipso facto, que negar — porque da pré-história, porque da formação da terra — seja rio-grandense todo êsse mundo fóssil que possuímos, parte do qual já foi estudada por Carlos de Paula Conto, para somente referirmos nosso moderno e mais jovem paleontologista.

E se, geralmente, forem parte integrante da História do Rio Grande na sua vida primitiva, nos seus primórdios como terra, todos êsses fósseis, por que negarmos às Missões que, por curto tempo, relativamente, estiveram sendo dirigidas por espanhóis, o direito de serem também parte integrante da História do Rio Grande do Sul?

Mas, se uns e outros forem, como na verdade são, genuinamente rio-grandenses, tudo quanto existiu, viveu, lutou e sofreu nas terras missioneiras era e é rio-grandense, se ali permaneceu e se por elas e em defesa delas morreu.

Ora, Sepé Tiaraju nasceu nas Missões, em São Luís Gonzaga, telúricamente ligado, portanto, ao Rio Grande do Sul, que os espanhóis denominavam "Adjacências do Paraguai" e "País do Tape" e os portugueses "Capitania d'El-Rei". Negar-lhe, como a todos os seus companheiros de terra e de lutas, o direito de serem rio-grandenses, é o mesmo que negar aos poloneses, por exemplo, o direito de serem poloneses, antes de 1918, só porque, antes daquele ano, a Polônia fôra sacrificada a três potências maiores: Alemanha, Rússia e Áustria. E seria isso justiça?

Sepé Tiaraju é, portanto, genuinamente rio-grandense. É o protótipo do gaúcho, o condutor de homens que, em defesa da terra, contra portugueses e espanhóis, levou os seus irmãos de tribo até os serros de Bagé, até São Sepé, que lhe recolheu o nome telúrico no rio que, conta a lenda, se formou com suas lágrimas partidas do coração esmagado pela pressão hispano-portuguêsa, que pretendia não somente as terras para as entregar, conforme estabelecia o Tratado de Madrid, a Portugal, mas também, e isso era o mais doloroso — e isso foi o que levou à revolta e ao sacrifício de Cabiatié — mas também expulsá-los da sua terra, jogá-los do outro lado do Uruguai. Se, portanto, Sepé não tivesse o sentimento — não diremos de pátria, mas de amor à terra nativa — pouco se teria importado em viver aqui ou ali. Foi o artigo XVI daquele Tratado que o revoltou e o fez gritar pelas plagas rio-grandenses: "Esta terra tem dono! Esta terra é nossa!"

E que era dêles, e que êles eram seu dono, êle o provou, banhando-a com seu sangue e com o sangue dos seus irmãos. E tanto foi o seu valor, e tão grande foi o seu poder de atração,

que os seus, não querendo perdê-lo, o elevaram ao céu, canoizando-o, para que continuasse a sua luta ingente em defesa dêles e das terras que eram suas, que eram do Rio Grande, como rio-grandenses eram êles e fôra — e continua sendo — seu inolvidável chefe e condutor — Sepé Tiaraju." (*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 18-12-1955.)

— Dissente da Comissão de História o historiador militar, Coronel Henrique Oscar Wiederspahn, o qual, em *A Guerra das Reduções*, assevera ter tido início, com ela, "a primeira luta dos filhos do Rio Grande pelos seus direitos contra a fôrça. A Guerra das Reduções representa um esforço desesperado dos indígenas rio-grandenses contra os mais ilustres generais portugueses e espanhóis. Defenderam sua terra com denôdo admirável. Aprecia-se então a indústria bélica da civilização jesuítica. Fabricaram-se canhões e mesmo alguns conjugados que poderiam ser tomados como precursores da metralhadora.

Em 1754, foi o forte de Rio Pardo, pôsto avançado do domínio português no interior, atacado por fôrças missioneiras de São Luís. Numa sortida feita pela guarnição, esta foi recebida por uma chuva de setas, que matou 16 homens, sendo ferido o Tenente-Coronel Tomás Luís Osório e, num braco, o Tenente Francisco Pinto Bandeira. Graças à artilharia do forte e ao auxílio eficaz de Cristóvão Pereira, foram os índios repellidos.

Novo ataque realizaram, contudo, os missioneiros em maior número e com artilharia, cujas peças, segundo Southey, constavam de grossas taquaras cobertas de couro cru e atarraxadas com arcos de ferro. Vinham comandados por Sepé.

Graças a um pedido de entendimento dos portugueses, foram Sepé e mais 30 homens apreendidos por aquêles em Rio Pardo. Mas esta flagrante violação dos direitos dos parlamentares não foi de longo efeito, pois conseguiu o chefe índio fugir de sua escolta, lançando-se a nado num rio que o separava do acampamento dos seus." (Henrique Oscar Wiederspahn — *A Guerra das Reduções*, in Rev. I. H. G. R. G. S., ano de 1936, 3.º trim., págs 11 e 12.)

— Dissente da Comissão de História e Geografia o projecto historiador civil Alfredo Varela, o qual, no importante volume *Rio Grande do Sul*, depois de descrever o Continente

de São Pedro sob o ponto de vista geológico, paisagístico, astronômico, climatérico e etnográfico, entra na relação histórica e, ao apreciar a origem e o desenvolvimento das Missões, chega ao Tratado de Madrid, à primeira tentativa de demarcação das novas fronteiras e, finalmente, ao início da marcha da Expedição Punitiva contra os índios, diz: "Ao enfrentarem (os exércitos de Portugal e Espanha) Santa Tecla, deparou-se-lhe a sinuosa linha da coxilha apinhada de guerreiros. Eram os Índios. A tirânica ordem de despejar os lares sublevara-os: ei-los dispostos a pelejar até a morte pelo torrão amado, contra as hordas *civilizadas*, que tinham nos lábios o nome de pátria, mas que não sabiam respeitar êsse puro sentimento de apêgo ao lugar em que fomos nados, em outras criaturas, entendendo que não podia existir no coração dos incolas americanos e era privilégio de europeus somente! No entretanto, mais do que êstes, sentia-o êle, o indígena, na frescura virgem da sua alma, onde o fetichismo inicial revestia o solo natalício dos atributos humanos!

Desistiram os comissários de levar adiante o seu intento, dando parte do ocorrido aos Governos de Buenos Aires e Rio de Janeiro. O atrevimento dos índios surpreendeu a todos; o patriotismo de que davam prova, foi julgado um crime. Decidiu-se vencer a ferro e fogo a natural resistência ao infando despotismo injustificável.

Dispostos elementos mais que bastantes, marcham espanhóis e portugueses, operam junção nas origens do rio Negro, em número de 2 500 aliados, abalando em busca do inimigo. O exército missioneiro dispunha de número igual, mas inferior em muito no armamento, e inexperiente na arte bélica. Não fraqueou, no entanto; veio ao encontro dos agressores e em renhida peleja perdeu seu chefe principal, alferes do povo de São Miguel, Sepé Tiaraju, cujo nome heróico imortalizou-se num curso d'água vizinho ao pôsto de seu sacrifício em defesa da liberdade natal, e que lembrará, por todo o sempre, o execrável atentado de que foram vítimas os aborígenes desta parte da América!" (Alfredo Varela — *Rio Grande do Sul*, Echenique & Irmãos, Editôres, Pôrto Alegre e Pelotas, 1897, págs. 34 e 35.)

Na *História da Grande Revolução*, estampada em 1933, nas oficinas gráficas da Livraria do Globo, de Pôrto Alegre, sob

os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e a expensas do Governo do Estado, voltando a apreciar a mesma questão, confirma Alfredo Varela, com palavras ainda mais fortes o juízo expendido sobre Sepé 36 anos antes, escrevendo: "Ciente da poderosa ofensiva dos brancos, o cabo supremo dos vermelhos esperava-os ao fundo da "estância" do seu "povo", nas acidentadas cabeceiras de um arroio, cujo nome atual imortaliza o do valoroso missioneiro. Nas colinas que se dilatam numa e outra margem, estendeu, êle, as suas linhas de guerreiros muito estranhos para os nossos. A hoste dos índios convertidos à doutrina cristã montava a 2500 combatentes. A da aliança contava número igual, mas lhe era muito superior, tanto no armamento, quanto na perícia. A imponência dos últimos não esmoreceu, no entanto, a ingênua, forte alma dos autóctones. Ousados, confiantes, iniciaram a peleja, que foi renhida e infausta para êles. Com muitos dêles, muitos, ficou exânime sobre o campo de batalha, Sepé Tiaraju, o alferes do povo de São Miguel e, nessa quadra, o alferes-mor de seus pares.

Foi o primeiro que tombou, entre nós, com lustre singular, *pro aris et focis*, e mantém-se inapagável o épico, lendário, simpático recôrdo do intrépido "tapejara". Perpetua-se, como um símbolo do enérgico sentimento predominante na raça primitiva, sendo notório o "desmedido amor que os índios, mais que Nação alguma, têm por sua Pátria", hoje nossa; terra onde o civismo desde então arde, sem consumir-se, como a sarça mítica. (A expressão entre aspas é do historiador Pablo Hernández.)

O nome do primeiro dos heróis, na ampla lista continental, persiste glorificado, num arroio que corta o próprio chão nativo que, brioso, altivo, buscou resguardar." (Alfredo Varela — *História da Grande Revolução*, Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1933, vol. I, pág. 141.)

— Divorcia-se por completo da Comissão de História o historiador e romancista Castilhos Goycochêa, o qual, ao estudar a formação étnica do gaúcho, escreve: "O segundo elemento étnico da formação gaúcha foi o silvícola, que era o dono natural da terra. Não há duas opiniões sobre êle. Era o melhor dos que aqui encontraram os europeus, à parte naturalmente os fixados na costa do Pacífico, que já tinham atingido um

grau superior de civilização (Incas e Astecas). O simples fato de sua indomabilidade demonstra a altivez do próprio caráter. Não há notícia de que o *charrua* e o *minuano* hajam sido escravizados.

A guerra guarani, isto é, a defesa heróica chefiada pelo silvícola José Tiaraju — alferes do povo de São Miguel — contra quem (fato virgem na história) tiveram de se unir portugueses e espanhóis, depois de derrotados uns e outros separadamente, demonstra o valor da raça de que proveiu o gaúcho." (Castilhos Goycochêa — *A alma heróica das coxilhas*, Editorial Alba, Rio de Janeiro, 1935.)

— Não concorda com a Comissão de História, quando pretende excluir as Missões Orientais do Uruguai e, por conseguinte Sepé Tiaraju, da história rio-grandense, o General Álvaro de Alencastre, o qual ensina: "Três grandes correntes moveram o cenário rio-grandense: a influência nacional, a influência platina e as correntes emigratórias.

Foram elas que criaram o ambiente pampiano. O ponto de partida inicial é simples. São bem conhecidas e definidas as nossas origens.

O Padre Roque González penetrava para a catequese dos índios em 1626. Em 1637 começaram as incursões dos bandeirantes. Um século depois dessa época o General Pais, desviando-se da Colônia do Sacramento, para onde marchava, funda no Rio Grande o primeiro acampamento militar. Não tardaram a aparecer os primeiros casais de açorianos que povoaram o pôrto dos Casais (Pôrto Alegre).

Aí estão os primeiros dias do Rio Grande do Sul. Daí nasceu o gaúcho. Nesse meio formou-se a sua individualidade.

Elementos étnicos exóticos adaptaram-se ao meio pampiano, modificados por ele. Trabalhado por agentes especiais, não se pode negar que o gaúcho tem uma fisionomia especial particular na vida do país.

Temos os nossos costumes, as nossas tradições guerreiras, a nossa originalidade, o nosso feitio especial, o nosso clima, o nosso pampa. É natural, é lógico que queiramos ter alguma coisa adaptada a esse cenário, inteiramente particular ao nosso Estado.

Para que havemos de ir buscar lá fora o que sobeja cá dentro? Podemos avançar que o material, que nós temos, é nosso. Não é copiado.

Procuramos, como uma obra de justiça, como ação de reconhecimento para aqueles que representam o trabalho de engrandecimento que nos honra, aproveitar a herança que nos deixaram.

Dir-vos-ei agora uma cousa que está na consciência de todos e que ainda ninguém disse. "Nós não temos ainda no Brasil uma alma nacional, mas temos no Rio Grande uma alma rio-grandense." (Álvaro de Alencastre — *O Regionalismo no Rio Grande do Sul*, Papelaria Velho, Rio de Janeiro, 1932, págs. 18 e 19.)

Para a formação dessa "alma rio-grandense" — acrescentamos nós — contribuiu primordialmente o alento que animou, até 7 de fevereiro de 1756, o protomártir civil das Missões, o centauro Sepé Tiaraju.

XIII

Sepé e a Poesia Épica

Histórica e etimologicamente, a vida exemplar de Sepé Tiaraju constitui uma verdadeira epopéia, isto é, uma série fulgurante e meteórica de ações merecedoras de registro e celebração poemática.

Se, lamentavelmente, ainda não alcançou, o índio magnífico, a consagração do bronze perene, através da escultura, sobejam-lhe, todavia, as coroas de louros, entretecidas pelas mãos de poetas e prosadores de prol.

Atribuindo, especiosamente, uma dupla personalidade ao herói missioneiro, estranha e deplora a Comissão de História que o Sepé lendário ou São Sepé tenha prevalecido, até agora, na imaginação coletiva, sobre a pessoa do Sepé histórico ou seja do corregedor miguelista José Tiaraju.

Equivoca-se, mais uma vez, a douta Comissão. Absolutamente não há dois Sepés, mas apenas um, monolítico, inteiriço, infrangível e que o povo admira e venera sob dois aspectos distintos: o natural e o sobrenatural. Porque, no fundo, o Sepé mártir, o Sepé que se deu em holocausto à liberdade de sua terra e de sua gente, o Sepé aureolado de um brilho divino, "que no céu tomou posição", numa palavra, o São Sepé, nada mais é do que a projeção moral do Sepé histórico, do Sepé guerreiro, do capitão Sepé, entrevisto, num plano mais alto, pelos claros olhos do Espírito.

E se aquêle prevaleceu, até agora, sobre êste, é porque a Poesia o compreendeu e lhe fez justiça mais depressa do que a História, a qual, por via de regra, é dorminhoca e tardígrada. A Poesia voa, ao passo que a História se arrasta dificultosamente. A Poesia vislumbra, adivinha e intui, de um golpe, onde a História pesa, repesa, analisa, explora, tateia, compõe e decompõe, para, não raro, claudicar e se iludir nas suas conclusões.

É por isto que o velho Aristóteles já dizia, ao comparar as duas artes, que — "A Poesia tem sempre razão. A História não consegue ter nem o seu alcance nem a sua grandeza. É pequenina diante dela."

A celeridade da Poesia no julgamento e exaltação de Sepé se manifestou, a bem dizer, logo após a sua morte, ocorrida em 1756, porquanto, menos de três lustros depois, em 1769, já o poeta mineiro José Basílio da Gama — tão encomiável e admirável pelo seu estro quão detestável e desprezível pela sua falta de caráter — dedicava ao drama colonial de que Sepé foi o ator mais simpático e relevante, *O Uruguai*, reputado pelo dúctil Ronald de Carvalho "o mais perfeito e melhor poema aparecido no Brasil", antes de nossa emancipação política.

"O sentimento da terra americana foi êle (Basílio) que teve a honra de o mostrar, antes de mais ninguém, revelando assim a grandeza de nossos cenários e a opulência de nossos aspectos naturais."

"Algumas imagens de (*O Uruguai*) são ainda, pela formosura dos contornos e perfeição do desenho, das mais deliciosas de quantas possuímos em nossa poesia." (*Pequena História da Literatura Brasileira*, 2.^a ed., Brigueit, Rio, 1922, págs. 157, 159 e 160.)

O Uruguai, composto em decassílabos espontâneos e sonoros, de grande beleza plástica e lídima inspiração, teve em mira exaltar a conquista dos Sete Povos das Missões pelos exércitos coligados de Portugal e Espanha, em 1756, e especialmente um dos comandantes daquela campanha devastadora, o General Gomes Freire de Andrada.

Para êsse fim, Basílio da Gama não trepidou em falsear, sem nenhum escrúpulo, a verdade histórica, que devera informar o poema, a cujas estrofes após, além disso, uma série de notas refertas de tanta acrimônia, e tanto intuito de difamação e injúria contra os inacianos, que, já no fim de sua vida, ao que informam os seus biógrafos J. M. da Costa e Silva e José Veríssimo, deitou ao fogo quantos escritos antijesuíticos possuía, ainda inéditos. "E igual destino quis êle dar ao seu poema *O Uruguai*, comprando quantos exemplares achou, para os sacrificar em holocausto à Companhia de que fizera parte e a quem tinha então remorso de haver ofendido naquela composição."

Apesar de escrito com o fim subalterno de lisonjear os Europeus e especialmente o ministro todo-poderoso Sebastião José de Carvalho, *O Uruguai* resultou, afinal, — tão certo é que Deus escreve direito por linhas tortas — uma verdadeira glorificação dos Americanos.

As falas dos seus índios — pondera José Veríssimo — respiram tal gôsto de liberdade, que críticos da estatura de Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga e Mendes dos Remédios chegaram a se enganar sobre os propósitos do poeta, presumindo que êle houvesse tido em mira enaltecer os guaranis. (José Veríssimo — Prefácio às *Obras Poéticas* de José Basílio da Gama, Livraria Garnier, Rio, págs. 44 e 67).

É que o subconsciente poético de Basílio da Gama falou, no caso, mais alto e mais forte do que o seu cálculo político, e interesse pessoal, que era não ir degredado para a África e conquistar, com as boas graças do Marquês, um pôsto bem remunerado na burocracia lisboeta, o que, de fato, conseguiu.

Não obstante êsse mesquinho objetivo, o que estremece e sobrevive ainda hoje nas estrofes de *O Uruguai* é a indiada primigênea e sofredora. É Cacambo e Caitetu, é Tatú-Guaçu, Kobbê e Pindô, é Lindóia e Sepé, em frente dos quais o futuro Conde de Bobadela e seus comparsas não passam, postichos, de uns irrisórios bonecos de palha.

Eis, com efeito, como falam uns e outros no canto segundo dêsse poema épico, em que são descritas a entrevista dos chefes índios com Gomes Freire, e a morte de Sepé:

CACAMBO

“Gentes da Europa, nunca vos trouxera
o mar e o vento a nós. Ah, não debalde
estendeu entre nós a natureza
todo êste plano espaço imenso de águas.”

SEPÉ

..... “E todos sabem
que estas terras, que pisas, o céu livres

deu a nossos avós; nós também livres
as recebemos dos antepassados.
Livres as hão de herdar os nossos filhos.
Desconhecemos, detestamos jugo,
que não seja do céu, por mãos dos padres.
As frechas partirão nossas contendidas
dentro de pouco tempo; e o vosso mundo,
se nêle um resto houver de humanidade,
julgará entre nós; se defendemos
tu a injustiça, e nós o Deus e a pátria.”

GOMES FREIRE

“— Enfim quereis a guerra? Tereis guerra,
..... podeis partir-vos,
que tendes livre o passo.”

E assim dizendo

manda dar a Cacambo rica espada
de tortas guarnições de prata e ouro,
a que inda mais valor dera o trabalho.
Um bordado chapéu e larga cinta
verde, e capa de verde e fino pano,
com bandas amarelas e encarnadas.
E mandou que a Sepé se desse um arco
de pontas de marfim, e ornada e cheia
de novas setas a famosa aljava;
a mesma aljava, que deixara um dia,
quando, envolto em seu sangue, e vivo apenas,
sem arco e sem cavalo foi trazido
prisioneiro de guerra ao nosso campo.

Lembrou-se o Índio da passada injúria
e sobraçando a conhecida aljava,
lhe disse:

“— Ó general, eu te agradeço
as setas, que me dás, e te prometo
mandar-tas bem depressa uma por uma
entre nuvens de pó no ardor da guerra.

Tu as conhecerás pelas feridas
ou porque rompem com mais fôrça os ares.”

.....

Fêz proezas Sepé naquele dia.

Conhecido de todos, no perigo
mostrava descoberto o rosto e o peito,
forçando os seus co'exemplo e coas palavras.

Já tinha despejado a aljava tôda.

E destro em atirar e irado e forte,
quantas setas da mão voar fazia,
tantas na nossa gente ensangüentava.

Setas de novo agora recebia,
para dar outra vez princípio à guerra
Quando o ilustre Espanhol que governava

Montevidéu alegre, airoso e pronto

as rédeas volta ao rápido cavalo

e por cima de mortos e feridos

que lutavam coa morte, o Índio afronta.

Sepé, que o viu, tinha tomado a lança

e atrás deitando a um tempo o corpo e o braço,

a despediu. Por entre o braço e o corpo

ao ligeiro Espanhol o ferro passa:

rompe sem fazer dano a terra dura

e treme fora muito tempo a hasta.

Mas de um golpe a Sepé na testa e peito

fere o governador, e as rédeas corta

ao cavalo feroz. Foge o cavalo

e leva involuntário, e ardendo em ira

por todo o campo a seu senhor; e ou fôsse

que regada de sangue aos pés cedia

a terra, ou que pusesse as mãos em falso,

rodou sôbre si mesmo, e na caída

lançou longe a Sepé.

— “Rende-te ou morre!”

grita o governador; e o Tape altivo,

sem responder, encurva o arco, e a seta

despede, e nela lhe prepara a morte.

Enganou-se esta vez. A seta um pouco

declina, e açouta o rosto a leve pluma.

Não quis deixar o vencimento incerto
por mais tempo o Espanhol e arrebatado
com a pistola lhe fêz tiro aos peitos.

Era pequeno o espaço e fêz o tiro
no peito desarmado estrago horrendo.

Viam-se dentro pelas rôtas costas
palpitar as entranhas. Quis três vêzes
levantar-se do chão: caiu três vêzes.

E os olhos já nadando em fria morte
lhe cobriu sombra escura, e férreo sono.

* * *

Já salientamos a importância histórica e literária da canção heróica “O Lunar de Sepé”, transcrita ou escrita por João Simões Lopes Neto, no ano de 1902, e inserta na primeira parte dêste volume.

* * *

Outro poeta rio-grandense, entretanto, se deixou empolgar pela história e a legenda de Sepé Tiaraju.

Referimo-nos ao edificante poema em prosa que, em 1945, Manoelito de Ornellas consagrou à glória e ao martírio do índio missioneiro, sob o título de *Tiaraju*, cuja leitura deveria ser obrigatória em nossas escolas públicas, tanto as suas páginas são de molde a comover os espíritos e os corações.

Não nos furtamos à tentação de transcrever aqui aquêlê trecho de antologia, em que se narra a morte de Sepé:

“Às primeiras descargas das armas aliadas, uma nuvem de flechas cai sôbre os soldados invasores. O combate é violento e feroz.

Sibilam as flechas no espaço, riscam as distâncias, cravam-se no peito dos cavalos, cimbram no chão duro.

Depois, um tropel de cavalos, com a fúria de uma tempestade, desaba sôbre o campo de luta. Os índios, com os arcos sobrepostos às costas, trazem nas mãos, vibrando nos ares, as lâminas de suas lanças. E o entrevêro é um drama, é uma orgia, é uma loucura de sangue. Gritos abafados, imprecações,

brados de comando, gemidos agudos, entre o estrepitar do fogo, dão ao encontro o espetáculo de uma chacina selvagem.

Sobrepondo-se a todos, a figura de Sepé Tiaraju é a do gênio da guerra. Sua lança, coberta de vermelho, embebe-se nos corpos portugueses, nos corpos espanhóis, levanta-se nos ares como uma bandeira rubra, deixa escorrer pelo cabo liso o sangue humano, ainda animado do calor da vida. As penas do seu cocar são rubras. Vermelhas as suas mãos. A cara rude do índio tem manchas róseas. Suas narinas dilatam-se e seus olhos fuzilam, dando à agilidade dos braços a certeza dos golpes mortais.

Dois, três, quatro guerreiros, aos grupos, enfrentam aquela lâmina demoníaca e atiram suas armas contra aquêle corpo de bronze. A lança de Sepé é como um garfo infernal, levantando na leveza dos ares os corpos pesados e jogando-os à distância.

A volúpia do combate, o desespero da luta, não parecem cansar aquêle físico acostumado aos mais rudes e pesados encontros.

O campo está coberto de cadáveres. Mas os índios ficam reduzidos. Só Tiaraju parece, êle só, conter o poderio esmagador da legião luso-espanhola.

Uma dezena de soldados enfrenta-o, numa penetração ousada ao âmago das fôrças inimigas.

Sepé luta como um ser sobrenatural. Mas chega-lhe, pelas costas, um dragão português, que lhe joga um golpe profundo, de lança.

Sepé abraça-se ao pescoço do cavalo. E tenta retirar. Quase pendurado aos estribos, não resiste. Cai mais longe. Mas, o inimigo persegue-o de perto. Cai, mas ainda distende o arco de guerra e atira uma flecha em plena face do dragão português. Tombado e ferido, mortalmente, ainda lhe temem o braço vigoroso.

Mas o sangue lhe escorre aos borbotões pela ferida, empapando o chão que êle defende, embebendo a terra que êle ama, assinalando de rubro a porta dos Sete Povos, onde fica a sua cabana abandonada e onde os campos das Missões, agora, serão prêsa fácil dos invasores.

Viana chega ao local onde o entrevêro esmaece como a vida de Tiaraju e, do alto da sela de carona bordada, despeja a sua pistola sôbre o corpo já quase inerte de Sepé."

* * *

Tanto ou mais que qualquer monumento em bronze, mármore ou granito, êsses escritos em prosa e verso sublimam e perpetuam a memória de Sepé.

Bem que o advertiu o sábio de Estagira. A Poesia consagra. A Poesia imortaliza. A Poesia não se engana. A Poesia tem sempre razão.

EM DEFESA DE SEPÉ TIARAJU

pelo Prof. Hugo Ramirez

Em parecer, de que o CORREIO DO POVO, a 26-11-55, deu a lume um excerto, assinado pelo Sr. OTHELO ROSA, nega esse historiador a identidade de Sepé Tiaraju com o patrimônio histórico sul-rio-grandense.

Data venia, apesar do respeito que nos merece essa ilustre personalidade, não podemos deixar de manifestar nosso mais vigoroso protesto contra o que nos parece um extremismo de exegese em nome da história do Rio Grande do Sul.

Cremos que a palavra do eminente senhor Othelo Rosa não traduz nem a verdade nem a visão e interpretação serena dos acontecimentos que serviram de moldura à figura imensa de Sepé, constituindo até um perigoso excesso que não pode ser aceito sem agravo à contribuição indígena, ao amálgama étnico e à tradição de amor e defesa do chão do Rio Grande que nos vêm da atitude de quem se opôs aos castelhanos de Valdelírios e aos lusos de Gomes Freire para defender o torrão natal ameaçado.

Ao lado do poeta WALDOMIRO SOUZA e de inúmeros tradicionalistas, lançamos aqui nosso formal protesto à tese esdrúxula do Sr. Othelo Rosa, cuja voz somente poderia passar em branca nuvem se ainda vivêssemos nesse letargo miserável de há alguns lustros, quando assistimos de braços cruzados à queima de nossos símbolos mais queridos. Hoje ninguém aceitará um tamanho atentado ao nosso patrimônio histórico e às nossas tradições, em que pesem os rebuscados argumentos que torcem os fatos e visam diminuir o legado de um povo.

A História não é monopólio de nenhum sábio nem de um sodalício; ela pertence aos estudiosos, cuja palavra nunca é definitiva, tendo sempre a aguardar revisões esclarecedoras.

SEPÉ TIARAJU desperta
Do sono da imensidão...
Eis que vem um índio irmão
OTHELO ROSA chamado
Dar um golpe inopinado
Na raiz da tradição!

Tombaste empapado em sangue
Defendendo a tua terra,
A que o ibérico se aferra
— Seja luso ou castelhano
Pra ti são do mesmo pano
Nessa missioneira guerra.

Era teu chão adorado,
O chão dessa brava indiada
Que Sepp trazia aldeada,
Que tu então defendias,
Naquelas lutas bravias
De nobreza consagrada!

Tu recebeste o jesuíta
Que veio trazer-te a luz
Do evangelho de Jesus,
Sem te manear ou prender,
Sem mal nenhum te fazer,
Como o emissário da Cruz.

XIV

Sepé e a Poesia Gauchesca

Nem só a poesia épica vem celebrando, desde o século XVIII, a vida heróica de Sepé Tiaraju.

Também a poesia gauchesca se apoderou do tema, decantando-o com especial e perseverante carinho.

O poeta gabrielense Valdomiro Souza, por exemplo, abre o seu livro de versos intitulado *Chimarrão*, impresso em Pôrto Alegre no ano de 1951, com a seguinte referência ao príncipe guarani, que representa, no escrínio das nossas tradições, o mais belo diamante missioneiro lapidado pela joalheria cristã:

Eis o que a cuia me ensina:
Quando chegou Silva Paes,
já Sepé entre os ervais
tomava o seu chimarrão,
feliz, na paisagem guasca.
Sepé que soberbo e ousado
sucumbiu, despedaçado,
por amor dêste Rincão.

E, ao ser divulgado, em fins de 1955, o intempestivo parecer da Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, contrário à ereção de um monumento ao protomártir civil da Guerra das Missões, o poeta e sociólogo Hugo Ramirez lançou, em Erechim, o vibrante manifesto que a seguir reproduzimos.

O padre te protegia
Do assalto bandeirantista,
Da castelhana conquista
E da ambição portuguesa.
Que com terrível fereza
Queriam dobrar-te a crista.

Flor varonil das Missões:
Tu não nasceras pra escravo,
Nem pra sofrer êsse travo
Do roubo do que era teu...
Por isso o invasor perdeu
Teu desespero de bravo!

E a êsses padres caluniados
Que tanto bem te alcançaram,
Que tua raça salvaram
Desvendando-lhe o valor,
Tu deste respeito e amor,
Em troca do que ensinaram.

Para FREIRE e VALDELIRIOS
Pouco importava o selvagem:
Comprometendo a paisagem
Devia ser retirado
E sem clemência empurrado
A estranha e alheia paragem.

Os padres se submetem
Porém tu te rebelaste
E com teu gesto mostraste,
Indiferente aos estragos,
Que amavas teus lindos pagos
Em que livre te criaste.

E então protestas, veemente,
Contra as decisões tiranas
Dessas côrtes soberanas
Lá das Europas distantes
Que querem botar-te guantes,
Livre filho das savanas!

Não obedeces ninguém!
E assim tu deixas confusos
Tanto a espanhóis como a lusos
Que as reduções atacando
Aos índios vão massacrando
Na qualidade de intrusos.

Tu foste apenas de ti!
Nunca foste de Castela...
Amavas a terra bela
Que era o teu berço querido
E onde por chefe eras tido,
Alma viril e singela!

Tu és do nosso Rio Grande
A pré-história imortal,
O fabuloso fanal
Que o sangue indígena traz
A essa mescla que nos faz
O melhor sovêu racial.

A ter em conta êsse crime
De histórico desalinho,
Não precisa ser adivinho
Pra ver a quanto extremismo
Conduz êsse barbarismo
De preconceito mesquinho.

Amanhã farão o mesmo
Com os teutos e italianos
E outros povos araganos
Que imigraram lá da Europa
Vindo aumentar nossa tropa
De índios... lusos... castelhanos!

Do rodeio sacrossanto
Das tradições da querência
Apartar-te é uma violência:
Teu sangue e teu nobre exemplo
Perdurarão neste templo
Da gauchesca consciência!

Quanto a negar monumentos
A ti, monumento vivo,
Continuas sempre ativo
Em nosso civismo e fé:
Há a cidade de Sepé.
Com teu nome redivivo...

A ingratidão passará
E há de passar a miopia
Que mesmo a sabedoria,
Às vezes, por sortilégio,
Tropeça no sacrilégio,
Da incompreensão que extravvia!

E aí, como noutras eras,
Quando em luta contra o estranho
Não lhe temeste o arreganho
Da perfídia militar,
Morto, hás de ressuscitar
Como nos tempos de antanho!

Nesse dia, como agora,
Hás de agüentar o repuxo
Que te talhou o debuxo
De uma estátua missioneira.
— E a História, então, justiceira,
Dirá que foste gaúcho!

Erechim, 1955

RIO DAS LÁGRIMAS

Contam...

No tempo em que os castelhanos procuraram se ajeitar com os portugueses nestes confins do Brasil por causa da tal Colônia do Sacramento, resolveram, lá entre êles, na Europa, arreglar as cousas com relação às terras que deviam pertencer a um e a outro, mas sem consultar ninguém. Não pensaram no índio que nelas vivia e que, por direito de posse e direito divino, era o único e verdadeiro dono de tôdas elas.

O caso foi assim:

Já se havia perdido a conta das luas desde o dia em que os padres, atravessando o rio Uruguai, construíram ocaras e tabas grandes onde reuniam os indígenas de diversas tribos, ensinando-lhes a arte da agricultura e da criação de gado, da escultura e da música, da arquitetura e da pintura, a ler, e a escrever, e a moral social e a religião de Cristo e, também, lhes ensinaram que tôdas aquelas terras até se perderem de vista eram dêles, sòmente dêles, e que por isso podiam nelas trabalhar à vontade.

E os índios, missionados e orientados pelos bons padres, começaram a plantar, criar, construir, esculpir, cantar e rezar... E tudo ia muito bem, apesar dos sustos que de vez em quando brancos ousados lhes pregavam, quer atacando-os, quer chamando-os para as guerras no Prata, guerras que com êles, de verdade, nada tinham que ver. Mas iam... Iam porque assim também aprendiam a brigar como os brancos e o manejar as armas dos brancos e, ao mesmo tempo, se enfronhavam das artimanhas e das balas daqueles barbudos europeus e conquistavam suas graças e boa vontade.

Um dia, porém, surgiu o imprevisto: um bando de espanhóis, vindos de Buenos Aires, intimaram-nos a abandonar as terras e as criações, as ocaras e tabas grandes, e rumarem, sem nada, para a outra banda onde nada havia, onde tudo faltava...

XV

Sepé e o Rio das Lágrimas

As mais belas e expressivas lendas sul-rio-grandenses são de lúdima origem cristã, o que demonstra quão profundamente o sentimento do sobrenatural vincou a alma dos ancestrais pampianos.

Haja vista, por exemplo, o Negrinho do Pastoreio, afilhado de Nossa Senhora, cujo culto foi introduzido nas Missões Orientais do Uruguai pelos discípulos de Santo Inácio, nos primórdios do século XVII.

Haja vista a Salamanca do Jarau, que representa a luta da consciência humana entre as solicitações do demoníaco e do divino. E mais a Mãe do Ouro, e a Casa do Bororé. E os Zaoris. E o Angoera. E sobretudo o maravilhoso Lunar de Sepé, cujo autor vai ao extremo de atribuir a um episódio da Guerra Guaranítica a gênese da constelação do Cruzeiro do Sul, a qual, segundo uma de suas sextilhas, só a contar de 1756 é que "no céu tomou posição".

Afora a lenda referente a São Sepé, canonizado por um decreto espontâneo do povo anônimo, outra efabulação muito interessante perpetua a memória do guerreiro guarani, no tabulário das tradições gaúchas. É a alegoria do Rio das Lágrimas.

Dedicou-lhe Clemenciano Barnasque algumas linhas do seu livro *No pago*, impresso em 1925. Mas reproduziu-a recentemente, na íntegra, o incansável folclorista Walter Spalding, que assevera tê-la ouvido, em maio de 1955, durante uma viagem feita por terra, de Pôrto Alegre a Bagé, da boca de pessoa muito conhecedora de toda a região compreendida entre os rios Vacacaí e Candiota e os Cerros de Aceguá e Batovi. Ei-la:

Deixar as suas casas, as suas igrejas, os seus santos, os seus cabaiús, as suas vacas, as suas ovelhas, as suas galinhas, as suas plantações... as suas terras queridas que os padres haviam garantido que eram suas, exclusivamente suas!... Não. Não deixariam. Antes morrer, morrer lutando ferozmente, do que render-se vencido sem luta à prepotência do branco traíçoeiro que, sem consultá-los, dispunha do que não lhe pertencia como se fôsse senhor absoluto, sacrificando os pobres missioneiros dos Sete Povos por mero capricho. Que arreglassem as contas como quisessem, mas que os deixassem em paz. Eles é que nada tinham que ver com as diferenças e pendências de Castela e Portugal.

Mas a ordem veio. Ordem violenta, terrível, arrasadora!...

Foi então que, altivo e resoluto, se levantou o jovem e destemido Sepé Tiaraju, o índio querido das Missões jesuíticas:

— Eu vos guiarei na luta em defesa desta terra que é nossa.

Despedindo-se de Juçara, a noiva idolatrada, organizou sua legião de missioneiros e marchou à frente deles, sorriso nos lábios, ouvindo seu povo cantar o hino telúrico, seu cântico de guerra:

Esta terra tem dono
e ninguém no-la tira!
Esta terra tem dono
e ninguém no-la tira!

A natureza cantava em festa e a legião de Sepé seguia, alegre e convencida, disposta a vender caro o direito de posse àquele chão sagrado que desde tempos imemoriais lhe pertencia.

Cruzaram o Ibicuí, o Vacacaí e chegaram, afinal, aos campos de Santa Tecla, sede de uma de suas estâncias, a mais meridional de todas. Aí pararam. Dias depois, com notícias exatas da situação dos espanhóis, seguiram para o Norte, ao encontro das hostes inimigas acampadas não longe do passo do

Vacacaí, próximo ao local por onde haviam cruzado os legionários de Sepé.

— É chegado o momento, — disse o bravo missioneiro. — E reunindo sua gente, engrossada por mais algumas centenas de índios do valente Ibagé, senhor das terras desde Santa Tecla até a foz do Pirai, no rio Negro, contramarcharam em busca do invasor.

Um dia, porém, quando o sol brilhava com todo o seu esplendor fazendo tremer com seus raios de vida a campina ondulante entre o Jacuí, o Vacacaí e a serra do Batovi, as duas forças se encontraram.

Peleia dura! Gigantes com simples flechas, contra homens vulgares bem entrincheirados, vomitando fogo e ferro! A luta, apesar da valentia dos indígenas, tornou-se impossível!

Sepé foi vencido.

Cheio de raiva e de dor, tocou em retirada, indo acampar na encosta do Batovi. E aí, reclinado sobre uma rocha da coxilha do Maricá, chorou copiosamente o heróico Tiaraju, enquanto os seus soldados, acampados por perto, se refaziam, preparando novos arcos e novas flechas...

Um dia inteiro e toda a noite seguinte passou ali o chefe Sepé, que trazia na testa, como símbolo de predestinação, o sagrado lunar. E as lágrimas que de seus olhos escorriam, molharam a rocha e embeberam a terra. E a terra, cada vez mais molhada, foi se encharcando... encharcando cada vez mais... Tornou-se um filête... um regato... E quando o sol novamente brilhou era já um arroio! Arroio cristalino e puro. E os índios da legião vencida ao verem aquela água límpida e boa que na véspera não existia, ajoelharam, contritos e crentes, e beberam dela. Beberam muito e notaram que tudo, em torno deles, se modificava. Brotavam árvores da terra e pássaros aos milhares ali vinham cantar. E o quero-quero, com sua voz potente de sentinela, parecia dizer-lhes:

— Avante! que esta terra é nossa... que esta terra é nossa!...

E todos se animaram. Todos.

A legião se formou de novo. Mas Sepé, o índio destemido que trazia na testa o lunar sagrado, antes de partir quis batizar aquêle arroio que nascera dos seus olhos, que choraram lágrimas de fogo e de amor por sua terra e por sua gente. E disse:

— Chereça i apacui... — Chereça i...

— Rio das Lágrimas que verti... — Rio das Lágrimas...

E o rio das Lágrimas, pequeno afluente do rio São Sepé, ainda percorre o mesmo trajeto murmurando no seu suave e delicioso marulhar:

— Lágrimas de Sepé... Lágrimas de Sepé...

(Da *Revista do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, n.º 6, Pôrto Alegre, 1956, págs. 95 a 98.)

XVI

Sepé Tiaraju e os Militares

Não pensa como a Comissão de História um dos mais cultos e brilhantes chefes militares brasileiros, o saudoso General Augusto Tasso Fragoso, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ex-ministro da Guerra e ex-chefe do Estado-Maior do Exército e autor, dentre outras obras, da *História Militar da Revolução Farroupilha* e da *Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai*.

Em *A Batalha do Passo do Rosário*, diz o emérito cultor das letras históricas, referindo-se ao episódio da morte de Sepé: “Na segunda campanha (1755-1756) portugueses e espanhóis juntam-se com antecedência em Sarandi, nas cabeceiras do Rio Negro, fortes de 3 000 homens, e avançam contra o inimigo. Nas margens do Vacacaí logram matar, numa pequena escaramuça, o morubixaba Tiaraju, chamado Sepé, (7 de fevereiro de 1756), ao que parece, principal chefe dos guaranis na resistência heróica que ofereciam a seus encarniçados perseguidores. É essa, incontestavelmente, a figura mais simpática destes acontecimentos!

Quanto êsse índio sobreleva, na singeleza de sua vida e na pobreza de seus recursos materiais de resistência, bem como no seu incomparável devotamento patriótico, à sanha incoercível dos seus adversários, a quem não mingüavam saber guerreiro, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição!”

E depois de descrever a chacina de Caibaté, acrescenta, em nota, ao pé da página: “Faço votos ardentes por que o heróico Estado do Rio Grande do Sul festeje o centenário de nossa independência (o General Tasso Fragoso escrevia em 1921) erguendo em uma de suas belas coxilhas um monumento ao índio Sepé, e dêsse modo renda merecida homenagem aos primeiros povoadores do território e lance, com o bronze imorredouro, um pregão

de amor que eles lhe dedicavam e que, por ventura nossa, se transmitiu às gerações que os substituíram." (General Tasso Fragoso — *A Batalha do Passo do Rosário*, Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1921, págs. 65 e 66.)

Como estamos longe, em todos os depoimentos civis e militares que vimos transcrevendo, do Sepé apátrida, do Sepé herói paraguaio, do Sepé "que nada tem que ver com o Rio Grande e com o Brasil", do Sepé que se fez matar em defesa do Império dos Jesuítas, que sorrateiramente desbordaram da Casa de Assunção para vir disputar aos portugueses a posse do Continente de São Pedro!

Graças a Deus, outra é, aqui, a perspectiva histórica. Outro o critério de aferição de valores. Outro o ar que se respira.

Já não estamos numa planície estéril ou num túnel fumacento, mas num clima de altitude, onde é possível sorver, a grandes haustos, o oxigênio dos cimos de montanha!

— Não pensa igualmente como a Comissão de História o conspícuo General do Exército Ptolomeu de Assis Brasil, quando, ao descrever o episódio culminante da Guerra das Missões — *A Batalha de Caiboaté* — numa de cujas escaramuças preliminares "tombaria tão heróicamente o grande caudilho Tiaraju", acentua:

"No estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, é imprescindível levar em linha de conta e exaltar, como merece, a individualidade e os feitos marcantes, quase desconhecidos do resto do país, dêsse índio sem par.

A reação oposta à evacuação e entrega a Portugal dos Sete Povos das Missões fundadas ao Oriente do Uruguai, a partir de 1687, pertencentes à Província do Paraguai, foi dirigida diretamente por ele.

Desde o primeiro passo para o despejo daquelas terras, *que lhes foram dadas por Deus e São Miguel*, com a agravante de se impor aos possuidores legítimos a transferência para indesejáveis paragens — objetivo de Luís Altamirano quando partiu para Japeju — Tiaraju, resoluto, sem perder tempo, montando a cavalo, dirigiu-se, a toda brida, à frente de 300 companheiros, ao encontro daquele padre, com o intuito preconcebido de aba-

tê-lo e à força armada que, precavidamente, o escoltava, como sabemos.

Dessa cavalgada inicial, quase se poderia dizer só apeia dois anos depois, quando da funesta *rodada* que o prostrou, nas proximidades da sanga da Bica, para sempre!

Com alguns intervalos, proporcionados pela sua tática ardilosa e destemida execução, se manteve sobre o lombo do pingo todo êsse tempo.

De São Migue a Japeju, de Japeju a Santa Tecla, ao Rio Pardo (três vezes), às Missões e, novamente, a Santo Antônio, o novo, a Batovi, Jaguari, Vacacaí, Trilha, — o valente guerrilheiro não cessava a pervicaz resistência aos invasores, conservando-os em ininterrupto sobressalto, atropelados, em permanente xeque e, mais de uma vez, moralmente derrotados, coagiu-os a recuar, abandonando, desprestigiados, o teatro das operações e o serviço que deviam executar.

E quando a gente se lembra de que êsses relevantes acontecimentos, realizados por aborígenes por assim dizer desarmados, eram vitoriosamente dirigidos por um dos seus pares — de autêntica linhagem tape — contra exércitos regulares de duas fulgurantes côrtes européias, sob o comando de conspícuos generais e orientação de titulares diplomáticos, cumpre reconhecer que o condutor dêsses incautos centauros possuía singulares qualidades que o destacam, sem a menor dúvida, como o primeiro grande caudilho revelado nas plagas rio-grandenses.

Nas patas do seu bagual e no manejo da lança inseparável, abroquelava eficiente, invulgar ação, oriunda das suas qualidades ingênicas, pois era, ao mesmo tempo, audaz e cauto, valente e ardiloso.

Comparadas as épocas, os recursos e os acontecimentos que permitiram tecer a coroa para exornar-lhe a fronte vitoriosa, Tiaraju nada deve, em valor, a Borges do Canto, Canabarro, Andrade Neves, Gumercindo e Honório Lemes, para citar somente entre os mortos, um nome civil de cada etapa marcada na história do caudilhismo rio-grandense." (General P. de Assis Brasil — *A Batalha de Caiboaté*, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1935, págs. 97 e 98.)

Depois do substancioso laudo acima transcrito, que sintoniza com tantas outras opiniões a respeito emitidas por uma

legião de homens de estudo e de pensamento, leigos e religiosos, militares e civis, ainda terá o meu caro amigo, fino poeta e crítico literário Augusto Meyer a coragem de afirmar, como fez na sua excelente *Prosa dos Pagos*, que Sepé é uma figura "tão vaga, tão sumida no conflito formidável de interesses", que não passa "quando muito, de um episódio pitoresco" da Guerra das Reduções?

Não! Engana-se redondamente o ilustre escritor. Sepé Tiaraju foi não somente "a figura mais simpática dos acontecimentos que ensanguentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII", conforme afirmou o General Tasso Fragoso em 1921, e repetiu o Major Nobre da Veiga em 1955, senão também o vulto mais nobre, mais vigoroso e mais relevante.

É verdadeiramente uma personalidade magnética, centrípeta, nuclear. É o defensor e o paladino da liberdade guarani.

Vago, evanescente, inconsistente e espectral — um verdadeiro conto do vigário — é o São Sepé da lenda, que a Comissão, com luciferina malícia, simula aceitar, e inculca à veneração do povo, justamente porque sabe que semelhante Sepé não passa de uma aparência, de uma ficção, de um fantasma, em suma, de uma vazia irrealdade humana, religiosa, política e social.

Não. Verdadeira encarnação de uma energia telúrica, o Sepé Tiaraju que emerge do fundo da cena histórica, segundo os documentos idôneos já transcritos, é um varão de corpo inteiro, desnudo e primitivo, galhardo e generoso, incansável e imperturbável, empolgante e resfolegante, a contrastar com homens e elementos, à feição de uma estátua viva de Miguel Ângelo ou de Rodin.

Outro engano comete Augusto Meyer, ao dizer que foi o General Assis Brasil quem primeiro "apontou (em Sepé) o nosso primeiro tipo de caudilho".

Quem exumou e caracterizou, pela primeira vez, Sepé Tiaraju como "o primeiro caudilho rio-grandense" foi o modesto signatário destas linhas, em conferência proferida e impressa em 1926, ao passo que *A Batalha de Caiboaté*, — em cujo texto aliás o autor nos confere a honra de nos citar expressamente, — foi estampada em 1935, nove anos depois, por conseguinte.

E a caracterização — perdoem-nos o dizê-lo — logrou alcançar o consenso geral, o que muito nos conforta e orgulha.

— Na obra acima referida, consegue o General Assis Brasil operar, com rara competência técnica, senso patriótico e conhecimentos topográficos especiais, uma verdadeira reconstituição histórica. Passo a passo, desde as cabeceiras do rio Negro, onde se efetuou a junção dos exércitos aliados, o eminente soldado e cidadão acompanha a marcha da Expedição Punitiva até a capital das Missões, tendo conseguido descobrir e indicar com matemática precisão os lugares em que tombou Sepé e se realizou a matança de Caibaté.

Graças a uma carta geográfica, existente no Museu e Arquivo Público do Estado e levantada em 1772 pelo astrônomo e geógrafo Miguel Antônio Ciesa, a serviço do Rei de Portugal, conseguiu o General Assis Brasil, após longas e pacientes pesquisas, não só localizar o campo em que se feriu a desigual batalha, mas também o sítio exato em que o corregedor D. Miguel Mayná mandou levantar pelos seus soldados, em 4 de março de 1756, uma grande cruz, comemorativa do sangrento episódio, cruz essa, cuja haste principal o benemérito pesquisador ainda encontrou cravada no solo "para testemunhar o local em que teria havido, outrora, um grande cemitério". (Obra citada, pág. 115.)

Dita cruz trazia, em caracteres guaranis, a seguinte inscrição: "Ano de 1756. A 7 de fevereiro morreu o corregedor guarani Tiaraju, num combate que houve num sábado. A 10 de fevereiro, numa terça-feira, feriu-se uma grande batalha em que pereceram, neste lugar, 1500 soldados e seus oficiais, pertencentes ao Sete Povos do Uruguai. A 4 de março mandou D. Miguel Mayná fazer esta cruz pelos soldados."

Por motivo dessa cruz — informa o Barão do Rio Branco — o campo de batalha de Caibaté passou a ser mais conhecido e vulgarmente indicado pelo nome de "Campo da Cruz." (*Efemérides Brasileiras*, Imprensa Nacional, Rio, 1918, pág. 81.)

Contrapõe-se à Comissão de História o reputado historiador e general do Exército, De Paranhos Antunes, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, que assim se manifesta sobre a idéia de um monumento a Sepé:

“No momento em que pelo Rio Grande afora tanto se prega a volta ao passado, quando tanto se prega o culto às tradições dos pagos, é mister acentuar a figura destemida de Sepé Tiaraju, o herói de Caibaté. Na realidade, foi ele a primeira manifestação do gauchismo em solo do Estado do Rio Grande do Sul.

Sepé era tape e, pela sua bravura e destemor, foi o primeiro gaúcho do pampa, na luta contra os ádvenas. Esse amor à terra, demonstraram também os farrapos em 1835 contra os imperiais.

Por que não homenagear a Sepé Tiaraju? Ele não agiu acobertado por nenhuma bandeira estrangeira. Sepé é o autóctone contra o intruso que queria expulsar os seus irmãos.” (*Jornal do Dia*, Pôrto Alegre, 12-2-1956.)

Estava já datilografado este trabalho, quando recebemos duas novas e valiosas manifestações de apoio e aplauso à iniciativa do monumento à memória de Sepé. Trata-se dos brilhantes oficiais generais do Exército Amaury Kruehl, Chefe do Estado-Maior da Zona Militar do Sul e Rinaldo Pereira da Câmara, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado e ex-comandante da Escola Preparatória de Cadetes, de Pôrto Alegre.

Escreve-nos o primeiro, em data de 6 de abril de 1956: — “Conforme tive ensejo de lhe manifestar pessoalmente, é com grande interesse que leio seus artigos no “Correio do Povo”, a respeito do primeiro caudilho rio-grandense, Sepé Tiaraju. A tese defendida pelo ilustre amigo é das mais simpáticas, traduzindo perfeitamente uma conclusão lógica de quem pesquisa a história do Rio Grande.

Conte, pois, com os nossos aplausos e solidariedade pela sua feliz iniciativa: — um monumento ao índio Sepé, que encarnou a bravura, a lealdade e o patriotismo gaúcho.”

— Estudando a personalidade e a vida de Sepé, afirma, em resumo, o segundo:

“I — que Sepé era brasileiro, gaúcho, nascido em São Miguel e que tanto amou esta terra, que por ela realizou o sacrifício supremo de sua vida. Assim, ele personifica também um símbolo de amor a estes pagos, que tanto amamos.

II — que, sob o ponto de vista racial, ele representa um dos três elementos componentes de nossa formação étnica, participando, ao demais, do grupo dos primeiros povoadores e colonizadores do Rio Grande do Sul.

III — que Sepé não se opôs ao destino histórico do Rio Grande, nem à sua incorporação na civilização lusitana, por isso que se defendeu apenas, reagindo, eventualmente, contra a prepotência e a injustiça dos homens.

IV — que existem entre nós e Sepé tantos elementos de afinidade, naturais e culturais, característicos do conceito de civilização, que não se pode dizer que sua ação tenha sido “negativa e adversa à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana e no Brasil.”

V — que, em consequência, não só não há inconveniente algum em que se erga o pleiteado monumento em homenagem a Sepé, mas, pelo contrário, tal ereção constituirá um ato de justiça que o Rio Grande deve prestar-lhe.”

O parecer do combativo descendente do Visconde de Pelotas vai inserto na íntegra, no fim deste volume.

XVII

Sepé Tiaraju e a Cruz de Caibaté

Se, depois das pacientes indagações e verificações efetuadas pelo General Assis Brasil ainda pairasse no espírito de alguém alguma dúvida acêrca da localização do campo de batalha de Caibaté ou Campo da Cruz, poderia derimi-la facilmente confrontando as cartas e conclusões aduzidas por aquêlê militar com os dados constantes do *Diário Resumido da Demarcação da América Meridional*, escrito em 1787 pelo engenheiro-geógrafo, matemático e astrônomo lusitano José de Saldanha, bem como com o magnífico mapa que traz apenso. Ambos constituem um manancial precioso de informes referentes à toponímia, etnografia, geologia, história, astronomia, zoologia e botânica do Continente de São Pedro, naquela época.

Na parte do *Diário* que nos interessa (têrça-feira, 13 de março de 1787), diz o esclarecido perito português:

“Apartando-se do rio Bacacaí, e do seu passo de S. Jerônimo, depois de caminhararmos meia légua pela várzea da banda do Norte, principiamos a subir por uma ponta de coxilha composta de diversas colinas, e cujos vales são todos de barrancas, e algumas bem profundas, cheias de arbustos e macegas (tal tem sido o efeito das correntezas das águas da chuva, em um terreno bastantemente inclinado, brando, e de pura terra cretácea ou angilosa).

Dali baixando, atravessamos a canhada de Caaibaté, e tornando a subir, saímos enfim no Albardão Grande, junto a Caaibaté, ou Alto Capão de Mato, junto do qual acampamos, e da banda ocidental.

Latitude observada A 30° — 6' — 15”.

Caaibaté, pronunciado pelos índios tapes, guturalmente, como se fôsse escrito entre nós — Ca-ai-guaté — quer dizer Bosque Alto.

É um dos mais bem apropriados, jamais temos nós até aqui visto algum capão de elevadas árvores, sôbre a Coxilha Grande, e talvez ou pela falta de água nativa, ou porque a terra não teria uma fôrça interior para a criação delas: aqui, não obstante ser o Albardão formado de montanhas maiores, se divisa de longe êste capão de mato, do qual a origem é superior a tôdas elas, e segue por uma caída para a canhada de Caaibaté.

A Nordeste 57° i. 1. 2.m.7. dêste alto Capão de mato estão as cabeceiras ou caídas mais distantes da presente canhada, no recanto que faz com o Albardão Grande a coxilha, que sai para Leste para o Rincão chamada de Santa Catarina.

(Quarta-feira, 14 de março de 1787). Se nos bastasse sômente o ligar os pontos já situados, sôbre o terreno à vista, tínhamos o Cêro de Mbatobi, a 16°, êle nos é também necessário à particular configuração: assim pôsto em marcha voltamos para o Sul pelo próprio Albardão Grande, onde vimos, no fim da primeira légua, o campo de Choque de Caaibaté, onde foi o encontro das nossas tropas, e das dos espanhóis com os índios das Missões no tempo da Demarcação de 1755, sendo generais e principais comissários o exmo. Conde de Bobadela, e o Marquês de Valdelírios.

Ainda ali se distinguem umas pequenas alturas de terra, das que serviram de trincheiras. Uma antiga cruz de madeira ali persiste por monumento de mais de mil e setecentos índios que os efeitos sentiram das mortíferas, e para êles desconhecidas balas.

Para a banda do nascente baixa (para) a canhada de Caaibaté uma sanga, que de sepultura serviu a tantos infelizes. As águas, do seu sangue tintas, ao Mar chegariam, depois de terem corrido pelo Bacacaí, Jacuí, Lagoa dos Patos e Rio Grande.”

Ao pé desta página do *Diário Resumido*, insere o autor a seguinte nota: “Junto desta Cruz plantaram os Índios Tapes, haverá três anos, a um pessegueiro, do qual principiam outros a procriar, alguns pés de milho e de limoeiros.

Açucenas brancas, e mogangas cobrem o limitado espaço imediato à Cruz, e cercado de uma curta estacada, em quadro que o livra do dano da eguada, e gado xucro.” (*Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Vol. LI, págs. 228 a 230.)

Com referência a esta Cruz, cujo estípite ainda em 1935 se conservava cravado no solo e que os descendentes dos mortos de Caibaté ritualmente circundavam outrora de flores e de frutos, assim se manifesta o General Assis Brasil.

"Agora é preciso, penso que até imprescindível, providenciem os poderes públicos na ereção de um monumento que ateste para sempre onde se consumou a talvez maior e quicá mais esquecida hecatombe verificada na história rio-grandense.

Atendendo à necessidade cívica de materializar o local da batalha de Caiboaté, ora reconstituído, consegui do atual prefeito de S. Gabriel a promessa do monumento simbólico que sirva de ensinamento às gerações futuras.

É provável mesmo que o monumento seja prontamente executado, em vista da boa vontade expressa por aquela autoridade.

Seria talvez acertado, entre outros caracteres gravados no monumento histórico, restaurar a cruz ali cravada pelos jesuítas àquela época e cujo desenho é o seguinte." (Segue-se o desenho da Cruz ali posta, não pelos jesuítas, mas pelos índios tapes, como informa o engenheiro José de Saldanha e confirma a própria inscrição, com os respectivos dizeres em português e guarani, o que tudo consta do manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde o copiou para o General Assis Brasil o historiador Coronel J. C. do Rêgo Monteiro). (Assis Brasil — Obra citada, pág. 113.)

Nós concordamos plenamente com a piedosa e patriótica sugestão do conspícuo autor de *A Batalha de Caiboaté* e como não consta que tenha sido cumprida até agora a promessa do ex-prefeito de São Gabriel, apelamos para o Governo do Estado no sentido de que, aproveitando a verba de 30 000 cruzeiros, de boa mente votada pela Assembléia dos Representantes, mande restaurar no Campo de Caibaté a grande cruz rememorativa do sangrento morticínio ali verificado em 1756.

Talvez fôsse mesmo ainda possível recolher muitos restos dos tapes que ali tombaram, em defesa das suas propriedades, da sua pátria e das suas famílias, recolhendo-os todos num ossário comum, a ser construído no embasamento da cruz.

Esta, a nosso ver, devia ser de granito ou concreto armado, tendo os braços estendidos no sentido Norte-Sul.

Na base do singelo monumento seriam postas as duas placas de bronze lembradas pelo General Assis Brasil, uma contendo a inscrição em idioma guarani, a outra em português.

Aquela devia ser colocada do lado ocidental, para significar que o guarani é para nós uma língua morta, ao passo que o lusitano figuraria do lado em que o sol nasce, para simbolizar o surto da língua portuguesa no Brasil.

Ainda na base do monumento, do lado Norte, seria gravado este grito histórico de Sepé, vestido de poesia pelo épico representante da Escola Mineira:

*Estas terras, que pisas, o céu livres
deu a nossos avós; nós também livres
as recebemos dos antepassados.*

Livres as hão de herdar os nossos filhos.

grito que milhares de rio-grandenses estão repetindo neste momento e que poderão repetir, em qualquer emergência futura, ao passo que do lado Sul uma placa também de bronze traduziria o nosso julgamento histórico acêrca da natureza daquela deplorável luta: *Pro aris et focis*, legenda antiga, que Cícero, em *De Natura Deorum*, interpreta — *Pela Pátria e pela família*.

Temos razões para acreditar que a guarnição federal, sediada neste Estado, se associaria de bom grado à cívica e cristianíssima demonstração, cumprindo assim os votos formulados, com impressionante seqüência, por tantos militares, à frente dos quais se destacam sete generais: Augusto Tasso Fragoso, Ptolomeu de Assis Brasil, Estêvão Leitão de Carvalho, Valentin Benício da Silva, Amaury Kruehl, Dioclécio De Paranhos Antunes, e Rinaldo Pereira da Câmara.

* * *

Duvida a Comissão de História que pudesse ter Sepé Tiaraju "um sentido de pátria."

Entretanto, êle possuía êsse nobre sentimento, no máximo grau imaginável. Que é, com efeito, e afinal de contas, o sentido de pátria? Um dos homens de mais peregrino talento, de mais excelsa virtude e mais profundo saber, de que se possam orgulhar, não já o Rio Grande e o Brasil, mas a própria cultura sul-americana, o Padre Leonel Franca, fornece-nos, a respeito, esta definição lapidar:

“Com todos os harmônicos sentimentos que lhe acompanham a sonoridade fundamental e lhe dão timbre acentuadamente emotivo, a noção de *pátria* prende-se imediatamente à de terra, *terra pátria*, e, por ela, aos ascendentes aos quais devemos a vida.

Sem o solo natal, sem o contexto geográfico que emoldurou a existência de nossos pais e que eles contemplaram com seus olhos e aformosearam com os seus trabalhos, não há pátria.” (Leonel Franca, S. J. — *A Crise do Mundo Moderno*, Livraria José Olympio Editôra, Rio de Janeiro, 1941, pág. 35.)

Eis exatamente a pátria, a terra pátria, em defesa da qual e por amor da qual morreu Sepé Tiaraju.

Ele era, por conseguinte, um grande, um sincero, um modelar, um verdadeiro patriota.

Aliás, nem o mercenário Basílio da Gama, ao engendrar, em 1769, o seu poema *O Uruquai*, teve a coragem de dizer que Sepé Tiaraju não tinha um nítido e vigoroso “sentido de pátria”, tanto que lhe põe nos lábios, na célebre entrevista com Gomes Freire, estas palavras sobremodo significativas:

..... Todos sabem
que estas terras, que pisas, o céu livres
deu a nossos avós; nós também livres
as recebemos dos antepassados.

Livres as hão de herdar os nossos filhos.

.....
As frechas partirão nossas contendas
dentro de pouco tempo, e o vosso mundo,
se nêle um resto houver de humanidade,
julgará entre nós; se defendemos
tu, a injustiça, e nós o Deus e a Pátria.

Aí temos, no campo da luta, conforme a confissão indireta do próprio apologista dos lusitanos, as armas estrangeiras combatendo injustamente contra o Deus e a Pátria dos guaranis.

No ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1955, somente a Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, haveria de assumir o ingrato e escandaloso encargo de asseverar e ensinar o contrário!

XVIII

Sepé e os Cultores das Tradições Gaúchas

Não pensa, graças a Deus, como a Comissão de História do Instituto, a Assembléia dos Representantes do Estado, a qual, judiciosa e patrioticamente, votou, não há muito, uma verba de 30 000 cruzeiros, como auxílio para um monumento ao caudilho guarani.

— Não pensa como a Comissão de História o “Centro de Tradições Gaúchas Índio Sepé”, da cidade de São Sepé, o qual, em ofício dirigido ao Governador do Estado, protesta fortemente contra “o inconseqüente, incoerente e absurdo” parecer emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ao mesmo passo que solicita que o monumento a Sepé Tiaraju seja erigido naquele município, em cuja prefeitura revela existir, faz uns quarenta anos, uma maquete representativa do caudilho tape, morto gloriosamente em defesa do seu pago e da sua nação. (*Jornal do Dia*, Pôrto Alegre, 5-2-1956.)

Dita maquete, como vimos, é de autoria do escultor Eduardo de Sá e deve-se à patriótica iniciativa do historiador Fernando Luís Osório.

— Desaprova formalmente o parecer da Comissão de História o “35 Centro de Tradições Gaúchas”, de Pôrto Alegre, o qual, em ofício aprovado por unanimidade de votos e dirigido ao ilustre governador Ildo Meneghetti, assim se manifestou a propósito da controvérsia suscitada em torno do monumento a Sepé Tiaraju:

“Sr. Governador. O “35 Centro de Tradições Gaúchas do Rio Grande do Sul” sente-se no dever de manifestar a V. Excia. sua desaprovação ao parecer emitido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no caso da personalidade histórica do Índio Sepé, em que pese a respeitabilidade daquela nobre instituição.

E desaprova o parecer pela convicção segura de que a epopéia do Índio Sepé foi, sem dúvida, a primeira manifestação de uma consciência de pátria nos fastos da História Rio-grandense.

Embora distanciados no tempo, não devemos esquecer, porque não ignoramos nem nos farão ignorar, que a condição de Colônia, a que nos submetiam as Coroas Imperialistas da Europa, em nada nos lisonjeava, tivesse ela a origem que tivesse. Nem Espanha nem Portugal, Sr. Governador, agiam ou lutavam dentro destas terras continentais para formar aqui a pátria livre dos gaúchos, que nos pertencesse e nos fôsse dado governar, como hoje. Lutavam pelos seus próprios interesses e aí daqueles que ousassem levantar a cabeça contra seu poderio e sua autocracia! A história brasileira está cheia de exemplos nesse sentido, pois a tragédia dos Padres Miguelinho e Mororó até hoje nos comove e até hoje sacode o nosso coração sensível, de patriotas o fim trágico e bárbaro, cruel e desumano, que teve a Inconfidência Mineira, com o trucidamento monstruoso do alferes Joaquim e o exílio dos poetas mineiros da Arcádia.

Era êsse o preceito mínimo do sonho de uma pátria livre, sob o domínio imperialista dos países da Europa. Mesmo no glorioso episódio da Reconquista das Missões, Portugal auxiliou e consolidou o feito dos heróis, não porque tivessem eles renunciado a formação de uma pátria, mas porque a causa servida era dêle, de Portugal.

Não seria essa a reação portuguesa, se Pinto Bandeira, Manoel dos Santos Pedroso e Borges do Canto tivessem ousado imaginar um Rio Grande livre das bandeiras escravagistas, independente e soberano.

Ora, Sr. Governador, a nosso ver, Sepé Tiaraju levantou-se em armas e morreu à porta das Missões, não para defender interesses imperialistas de Espanha ou Portugal, mas a terra em si, a terra que era dêle e de seus índios, dando, dessa arte, o primeiro exemplo de uma consciência telúrica de pátria. E ninguém teria, como Sepé, direito mais nítido e mais claro dêsse pronunciamento, pois eram eles — Sepé e os seus índios — os *senhores naturais da terra*.

Se nós nos consideramos hoje rio-grandenses e rio-grandenses tradicionalistas, nem todos de nós poderemos, apesar

dêsse sentimento e dessa afirmação, provar em nossas remotas origens a existência de um bisavô das tabas rio-grandenses. Somos descendentes de europeus ou africanos que vieram tentar na terra virgem a aventura de uma vida nova e opulenta. Não somos, portanto, mais rio-grandenses do que Tiaraju, que nasceu na terra e que dela era o *senhor natural* e que por ela lutou e deu o seu sangue nos campos de Caibaté. E lutou e morreu por vê-la livre, não sob a opressão de um governo imperialista, mas livre no mais amplo sentido do termo, quer de portugueses como de espanhóis. E morreu com um tiro de misericórdia que lhe foi desfechado pelo espanholíssimo governador de Montevideu. Se o Índio Sepé morreu para ver livre a sua terra e seus índios da pressão invasora e autoritária, Sepé é um símbolo e um símbolo imortal. Símbolo, Sr. Governador, da nossa afirmação de independência, como Pátria livre, sem senhores feudais. Nêle esteve a primeira galhardia e a primeira altivez do gaúcho rio-grandense.

O norte do Brasil criou um índio de ficção na literatura de Alencar e o Uruguai criou a fantasia de Tabaré. Somos privilegiados, como o foi o México, com a figura do seu herói nacional, em possuírmos na nossa História um índio dêsse porte, de carne e osso, que nos legou uma epopéia que foi o primeiro grito selvagem e instintivo de Pátria que as coxilhas do Rio Grande receberam e guardaram.

Por isso, como o México, queremos perpetuar a figura do nosso Índio, dando-lhe um monumento e um grande monumento, que seja a glorificação do *dono natural desta terra*, e que por ela morreu." (*Jornal do Dia*, 21-12-1955.)

— Discorda também da Comissão de História o historiador e juiz de direito Dr. Tarcísio Taborda que, em entrevista a um matutino de Pôrto Alegre, assevera:

"Defensor primeiro de vasta extensão que hoje constitui o território do nosso Estado, Tiaraju tem uma presença impressionante na história rio-grandense." (*Jornal do Dia*, Pôrto Alegre, 18-12-1955.)

— Dissente da Comissão de História o professor Dr. Ruy Ruben Ruschel, que, interrogado pelo professor de História, campeão rio-grandense do monumento a Sepé, Dr. Astrogildo Fer-

nandes, respondeu: "Sou favorável ao monumento a Sepé. Considerar esse índio como figura marginal à nossa História, seria restringir demasiadamente o campo de nossa formação humana. O Brasil não é apenas português. Nem a nossa História pode ser considerada como a expansão conquistadora de uma nação ibérica contra outra, ou contra a população nativa. Temos uma cultura plural, resultante de um complexo movimento de forças sociais, centrífugas e centrípetas, lusitanas e não lusitanas, européias, africanas, americanas e asiáticas... Os mexicanos não ergueram monumentos a Guatimozim? Os rebeldes araucanos não são prezados pelos chilenos como símbolos da própria liberdade nacional? Não cultuamos nós personalidades opostas, como um Tiradentes conspirador antilusitano e um D. João VI português da gema?"

Sepé Tiaraju não é apenas uma figura histórica. Como lenda popular, é um símbolo. Representa o gaúcho, que se formaria do sangue dos seus e do conflito de culturas do índio, do castelhano, do açorianó, do beduíno.

Construir um monumento à figura de "São Sepé" demonstra amplo espírito de compreensão humana, que sobrepõe às interpretações limitadas de nossa história e formação." (*Jornal do Dia*, Porto Alegre, 16-2-1946.)

— O Prof. José Hansel, membro do Instituto Histórico do Paraná e autor de diversas obras interessantes sobre as Missões do Uruguai, publicou em 1955 um curioso ensaio sobre Sepé Tiaraju, a quem chama de "lança imortal das coxilhas gaúchas."

Considerando "uma vergonha para o Estado do Rio Grande do Sul e a região missioneira em especial que Sepé Tiaraju ainda não tenha conseguido que o povo ou o Governo lhe levantasse ao menos uma herma, a fim de que a mocidade tivesse um exemplo brioso a seguir", compôs o Prof. Hansel esta comovente oração, para seu uso, que demonstra que o culto de São Sepé já transpôs o círculo da credence galponeira, para ingressar na esfera das classes cultas:

"Glorioso Sepé Tiaraju, apesar de não teres sido canonizado pela Igreja, tenho a firme convicção de que gozas da visão beatífica da Divina Majestade, pois sacrificaste tua vida pelos direitos eternos do homem. O povo te glorificou, trocando

teu nome com o do Espôso virginal de Maria Santíssima, São José. Peço-te que me alcances de Cristo uma grande sinceridade como a tua, um acendrado amor às cerimônias litúrgicas, como tu o tiveste nas festas encantadoras dos Sete Povos e a graça de escrever sobre a história missioneira para a maior glória da Igreja Católica, cuja obra mais estupenda foram as Reduções.

Seja a minha pena como a tua lança, empenhada sem cessar para defender a verdade, o direito, a pátria e as diretrizes da Espôsa do Cordeiro. E que eu tenha a graça de morrer como tu na paz do Senhor para te encontrar nas coxilhas eternas. Assim seja." (Da revista "*Estudos*", Porto Alegre, 1955, N.º 3 e 4, pág. 82.)

Reputando Sepé Tiaraju "sem dúvida alguma, o primeiro caudilho da terra pampiana", o jornalista e romancista J. C. Cafruni escreveu, em fins de 1955 e princípios de 56, diversos artigos, em revidar ao parecer da Comissão de História. Dentre as agudas e oportunas considerações do jovem intelectual gaúcho, destacamos a seguinte:

"Que defenderia Sepé — com inegáveis coragem e valor — em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória?" — pergunta a Comissão.

"O argumento dos ilustres historiadores parece forte, como um rochedo, contra o qual todas as demais arguições entretanto, se desfariam como espumas. Justamente na sua argumentação reside a fraqueza. Os ilustres historiadores perguntam: "que defenderia Sepé em 1750?" E mais: "Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória?"

Pois bem. Não é esse o critério legítimo. Não é, precisamente, porque então perguntaríamos aos mesmos ilustres historiadores, que realizaram obras magníficas, imortalizando os heróis farroupilhas, cuja memória todos veneramos — perguntaríamos: — Qual seria a consequência histórica, se os nossos heróicos farroupilhas tivessem vencido em 1835?

Apenas isso: o desmembramento do Brasil, que tanto desejamos seja uno; o nascimento de mais uma república na América do Sul. Repúblicazinha, aliás, como tantas outras. Bem podia ter acontecido que o Rio Grande do Sul, então "República de Piratini", se tornasse um país economicamente forte, rico e feliz,

pois hoje é considerado "celeiro do Brasil". Quebraríamos, entretanto, a nossa tradição de brasilidade, nosso vínculo por esse Brasil grandioso e imenso, que amamos sobre todas as coisas.

Não é um critério justo o apresentado pelos ilustres historiadores. Os heróis da raça, não importa os princípios que nortearam a sua conduta, desde que nobres e desprendidos, não deixam nunca de merecer o apreço dos pósteros.

Enaltecemos os feitos dos negros de Palmares. Formavam, no entanto, um quilombo, um quisto, uma republiqueta independente, no coração do Brasil. Vamos condenar os quilombolas palmarinos? Não. Foram bravos. Merecem exaltação e admiração. A figura de Zumbi reveste-se de um halo de glória imorredoura.

Os índios brasileiros defenderam, palmo a palmo, a sua terra nativa, contra a agressão portuguesa, e mesmo holandesa, francesa e espanhola. Não vamos perguntar agora: "se os índios tivessem vencido, em que pé estaria ainda o Brasil?" Seria, talvez, ainda, um país de bugres, sem progresso, sem conhecimentos, etc. Mas não é esse o critério que devemos adotar. O que cumpre perguntar é isso: — tiveram valor? Foram levados por um ideal justo e nobre? Ora, justamente isso ninguém o nega.

Por tudo isso, julgamos inaceitável o parecer da douta comissão de historiadores porto-alegrenses. Sepé Tiaraju merece um monumento, como seu companheiro de raça, Guairacá, que já está imortalizado em bronze. E Sepé não foi menos nobre, nem menos valoroso que o destemido Guairacá, orgulho do povo paranaense." (De *O Nacional*, Passo Fundo, 13-12-1955.)

XIX

As Missões e os Mestres da História Pátria.

Diverge radicalmente da Comissão de História, no tocante à apreciação dos vultos e fatos do ciclo missioneiro, o eminente historiador e crítico literário João Ribeiro, o qual, ao noticiar o aparecimento da *História do Rio Grande do Sul*, do Padre Carlos Teschauer, S. J., escreve as seguintes palavras que constituem uma verdadeira preleção, magistral e irretorquível:

"À pena e à erudição do Padre Carlos Teschauer devemos os dois primeiros volumes consagrados aos dois primeiros séculos e às origens morais, econômicas, etnográficas e políticas do grande Estado, que hoje se impõe por um equilíbrio sem exemplo de forças construtivas da nossa civilização.

A terra feliz do Rio Grande começou com a civilização interna, indiana, do extremo ocidente, com as suas missões do rio Uruguai, logo cedo perturbadas pela ambição predatória dos mamelucos. (O grifo é nosso.)

Aquêles redutos tranqüilos, onde, sob a direção paternal dos jesuítas, prosperavam o cristianismo, as artes mecânicas, a agricultura e a pecuária, e as primeiras indústrias alimentares, tinham já logrado um grau de civilização invejável. O livro do Padre Teschauer, nesse volume, começa com o famoso êxodo dos expatriados, que volvem, após trinta anos de exílio, aos seus antigos pagos, já quase desmoronados e extintos, reduzidos a taperas pelo ferro e o fogo dos sanguinários conquistadores.

Esse dia memorável (2 de fevereiro de 1687) em que três mil exilados transpõem o rio, hoje limítrofe, com as suas famílias e animais domésticos, em carrêtas e em canoas, desafia a inspiração de um poeta americano de gênio igual ao daquele que escreveu a *Evangelina* e o poeta de *Hiswatha*.

O Rio Grande do Sul, de hoje, deve muito ainda, apesar de sua civilização litorânea, aos primeiros semeadores, e o que há e subsiste entre algumas de suas riquezas primordiais, os

seus campos de gado, o trigo e o vinho, ou a erva-mate: tudo começou na cultura missioneira do Oeste, anterior à conquista política do litoral. (O grifo é nosso.)

Como numa concha bivalve, vemos, nessa formosa contribuição, o contato progressivo entre a civilização indiana, que começou internamente e a civilização litorânea, que só mais tarde, pelos meados do século XVIII, se estabeleceu nas praias.

A *História do Rio Grande do Sul* do Padre Carlos Teschauer é um trabalho consciencioso à altura do erudito que já tem prestado ao país numerosos serviços intelectuais.

Pudessem os Estados da União ter, cada um deles, um historiador do seu feitio e da sua escrupulosa exatidão e fácil seria a tarefa da história geral da nacionalidade. (O grifo é sempre nosso.) (João Ribeiro. Apêndice ao III Vol. da *História do Rio Grande do Sul* do Padre Carlos Teschauer, S. J., Livraria Selbach, Porto Alegre, 1922.)

E para rematar este pálido aparato de defesa, queremos reproduzir aqui, dentre muitos outros autores que, por falta de espaço, deixamos de citar, as palavras de longo alcance com que o iluminado historiador Aurélio Pôrto desmantela e pulveriza em definitivo a irrisória Linha Maginot que alguns epígonos locais do Marquês de Pombal tentam, a todo transe, contrapor ao ingresso dos mártires, apóstolos e heróis civis missioneiros na História do Rio Grande do Sul.

Após descrever o início e a expansão da catequese cristã na Província do Tape e referir, de relance, os dados biográficos dos missionários que nela tomaram parte, e dentre os quais figurava o português P. Paulo Benavides, companheiro do P. Cristóvão de Mendonça na fundação da aldeia de São Miguel, sentencia o íntegro juiz e beneditino pesquisador:

“Operários humildes da vinha do Senhor, obscuros obreiros de um monumento imperecível de Fé, na renúncia de todos os bens terrestres, sem ambições, praticando o bem entre selvagens e procurando, com o sacrifício das próprias vidas, trazê-los ao redil de Cristo, eles avultam nesse cenário grandioso, circundados por um halo glorioso de santidade.

Não importa a nacionalidade a que pertenceram. Americanos do sul, espanhóis, franceses, italianos, belgas, alemães e portugueses, eles representavam a universalidade da Companhia

e não tinham predileções nacionalistas. O império da Cruz, universal e eterno, pelo conhecimento de Deus e pela fraternidade humana, a que incorporaram as chusmas de índios que mais tarde foram expressões da civilização cristã, era o único escopo desses heróis e desses santos que exerceram a sua atividade em terras do Rio Grande do Sul.

Entram, assim, na História do Brasil. Integram-se à nossa vida inicial, pelo benefício que nos legaram, pelas sementes que lançaram, pela beleza dos seus gestos, pela glória imortal das suas ações. Seus catecúmenos entraram na formação primitiva das populações brasileiras do sul e seus monumentos de arte, ruínas de um passado grandioso, constituem o mais alto patrimônio artístico e histórico brasileiro, e a razão de ser da admiração que lhes votamos.” (Aurélio Pôrto — *História das Missões Orientais do Uruguai*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943, págs. 151 e 152.)

NOTA — Da *História das Missões Orientais do Uruguai*, a obra-prima do maior e mais documentado historiador que o Rio Grande do Sul produziu até hoje, acaba de sair, em Porto Alegre, a segunda edição, em dois volumes, com os tipos da Livraria Selbach e os comentários do Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.

XX

Conclusão

Em face da massa compacta e concorde, bem como do peso e valor dos pronunciamentos pré-transcritos, fica reduzida a muito pouco a significação do parecer da Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tanto mais que o aludido parecer foi aprovado apenas por meia dúzia de seus membros, que só levaram em conta, conforme lhes foi perguntado, um único aspecto da questão em tela: o sentimento de brasilidade de Sepé.

Ora, sob esse ponto de vista, a resposta tinha que ser forçosamente negativa. Em 1750, não havia no Brasil sentimento de brasilidade, no sentido atual e político da palavra. Não havia, nem podia haver. Haja vista o que sucedeu ao alferes Tiradentes e aos seus infelizes companheiros da Inconfidência Mineira.

O problema não foi, portanto, equacionado e resolvido como fôra mister, mas advocaticamente ladeado.

Entretanto, mesmo que o parecer da Comissão de História, emitido sobre Sepé, tivesse sido examinado também sob outros aspectos, e destarte aprovado, ainda assim negaríamos que o voto de meia dúzia de sócios do Instituto represente o pensamento da maioria dos membros dêsse ilustre areópago, como inequivocamente o demonstra o número de manifestações contrárias, já surgidas na imprensa.

Em segundo lugar, fica igualmente demonstrado, em face da matéria exposta, que o Major José Carlos Nobre da Veiga não estava sozinho, quando foi ao Palácio Piratini sugerir ao chefe do Estado, a ereção de um monumento ao herói cristão missioneiro Sepé Tiaraju, no louvável intuito de resgatar uma dívida de gratidão e de render, ao mesmo tempo, um preito de reverência e justiça.

Não era, a sua, uma voz isolada clamando no deserto. Nem ia com ele uma cáfila de "ambíguos" e de "bifrontes", como temerariamente se ousou afirmar.

Acompanhava-o, isto sim, constante e imutável no tempo e no espaço, um verdadeiro còro de expoentes do pensamento rio-grandense e brasileiro, uma brilhante e numerosa plêiade de pró-homens do mais alto quilate cívico, intelectual e moral, dentre os quais naturalmente não merecemos nem pretendemos figurar.

* * *

Na conclusão dêste capítulo, queremos consignar aqui o nosso formal protesto contra o parecer emitido pela Comissão de História do Instituto, desfavorável a um monumento a Sepé Tiaraju.

Protestamos também, com veemência, contra o mesquinho e injusto critério de quantos pretendem fazer da História das Missões Orientais do Uruguai um episódio estranho, um compartimento estanque na História do Rio Grande, da qual as Reduções constituem, pelo contrário, o capítulo inicial. Protestamos contra quantos propositadamente confundem, por motivos talvez de ordem sectária, os interesses e fins da Monarquia de Espanha na bacia do Rio da Prata com os interesses e fins da Companhia de Jesus nas Reduções do Uruguai.

No conflito de interesses sul-americanos, que o Tratado de Madrid procurou resolver, a Espanha deve ser considerada uma cousa — uma potência política e militar, expansionista e rival da portuguesa; a Companhia de Jesus outra cousa — uma ordem religiosa, apolítica, docente, assistencial e universal; e finalmente os guaranis uma terceira cousa — uma nação silvícola, mas de certo modo autônoma, e titular de direitos inalienáveis e imprescritíveis, porque inerentes à pessoa humana.

"A mais elementar honestidade mental" impõe que, no exame desta questão, se distinga e separe nitidamente o joio do trigo.

E se o ajuste diplomático luso-espanhol consagrava o princípio do *uti possidetis*, ninguém mais do que os tapes tinha o direito de o invocar em seu favor de vez que os mesmos vinham

possuindo e cultivando a terra, ameaçada de esbulho iminente, não desde alguns trintênios ou séculos, mas desde milênios, “desde o dilúvio”, como afirmaram no seu protesto.

Protestamos ainda contra o empêro de se querer impedir a todo custo, que, a par dos nomes dos nossos heróis litorâneos, em nossas tábuas históricas figurem também outros, de vultos civis e religiosos missionários, dos quais somos, direta e indiretamente, herdeiros e beneficiários.

E protestamos, finalmente, contra a atitude de quantos pretendam fazer da História, — mestra da vida, — instrumento de educação coletiva, dispensadora imparcial de justiça — um lamentável laboratório de guerra toxicológica.

* * *

A quantos, com bondosa paciência, nos tenham lido até o fim e especialmente aos nossos estimáveis confrades e amigos da Comissão de História, pedimos sinceras escusas pela vivacidade de certas expressões que, por acaso, nos tenham escapado na lavra desta defesa. É que o texto do seu parecer nos surpreendeu e chocou sobremodo. E particularmente dois vocábulos empregados pelo Dr. Moysés Vellinho, — ambigüidade e bifrontismo — soaram como impertinências, senão como agravos, não só ao nosso ouvido, mas também à memória de diversos amigos nossos pessoais, cujos lábios a morte emudeceu e que, por isto mesmo, nos sentimos na obrigação moral de defender.

Quanto aos outros assertores de Sepé, ainda vivos, estes não precisam de advogado. Eles possuem armas muito mais brilhantes e eficazes do que nós, com que poderão rebater, se assim o entenderem, aquela rude e insólita increpação, tanto mais estranhável quanto partida de um escritor assaz conhecido pela sua fidalguia pessoal e mental.

Veranópolis, março de 1956.

A P Ê N D I C E

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL CONTRA SEPÉ TIARAJU

O cidadão João Carlos Nobre da Veiga, major do exército, dirigiu-se ao Sr. Governador do Estado sugerindo a ereção de um monumento ao índio Sepé, figura de saliência na chamada “Guerra das Missões”, ou “Guerra da Demarcação”, travada em território ulteriormente incorporado ao Rio Grande do Sul, no decurso da execução do Tratado de Madrid, em 1750, convencionado entre as côrtes de Portugal e de Espanha. O monumento seria levantado no local em que se deu a escaramuça, em que morreu Sepé, ou nas suas adjacências, em 7 de fevereiro de 1756.

* * *

O fundamento da proposta está nos tópicos que vamos transcrever, para exata compreensão da matéria em exame:

“Ao que tudo indica, era este verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra, o principal chefe dos guaranis, na resistência heróica que estes ofereceram ao cumprimento dos artigos do Tratado de Madrid, assinado por portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750.”

“Este índio simboliza na singeleza da sua vida, na pobreza de seus recursos materiais e no incomparável devotamento patriótico, o valor pessoal do brasileiro, que em tôdas as épocas de nossa história, sempre se opôs à sanha incoercível de seus adversários, aos quais não faltava orientação guerreira, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição.”

“Sr. Governador, creio que nada mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar na pessoa do índio Sepé, seu passado de lutas, de glórias e de sacrifícios, mandando erguer, em homenagem ao bicentenário de seu desaparecimento em holocausto à pátria, um monumento que lembre e personifique o denodado valor e o acendrado apêgo à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensangüentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII.”

Vê-se dêsses conceitos, que não é fácil o encargo da Comissão de História e Geografia: opinar sobre o brasileirismo de um indígena, que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses...

* * *

Sob o ponto de vista histórico, é difícil a caracterização da figura de Sepé Tiaraju. Há, sobre ele, dominante e generalizada, uma visão mítica, que altera e deforma, em suas linhas essenciais, a personalidade real, única a ser vista e compreendida pela exegese da história.

É simples comprovar o asserto: mal o tipo do índio, valente e astuto, surge nos acontecimentos que se desenrolaram na guerra das Missões, a lenda dêle se apossa, envolvendo-o em um halo de fantasia e mistério que o levará, dentro de curto prazo, à canonização popular.

O guerreiro se faz santo: cabe melhor nos agiologios do que nos frios relatos históricos. Mais do que a sua bravura, o que nêle resplende é o lunar — o lunar que o levará ao céu, conferindo-lhe prerrogativas mais divinas do que humanas.

Não se farraria a própria história ao fascínio dêsses atributos transcendentais, as andanças e atitudes de Sepé, mesmo no raconto de crônicas e memórias, apareceriam desfiguradas. A prova concludente disso estará na conhecida descrição do encontro de Sepé e Gomes Freire de Andrada, quando da prisão daquele nas imediações de Rio Pardo, em que Sepé dialoga dramaticamente com o chefe do exército português, com assomos inauditos de altivez, com linguagem alevantada e excelsa...

Vejamos, agora, a nota de Aurélio Pôrto, à página 436 da "História das Missões Orientais do Uruguai":

"Foi intérprete dessa entrevista o Padre Tomás Clarke, capelão da Demarcação e depois vigário do Rio Pardo, que relatou o fato, em documento existente na Biblioteca Nacional, manuscrito, sem o aparato e fantasias em que se ressalta o orgulho com que Sepé teria tratado a Gomes Freire."

Sobre o fato histórico existe um documento autêntico; há o depoimento valioso de uma testemunha ocular, que o acompanhou e seguiu em todos os seus momentos e aspectos, pois que foi o intérprete da celebrada conferência: nada disso importa. A descrição é mantida, mesmo por historiadores, no tom grandiloquo, crivado de inverossimilhanças, pois que só êle se adapta, não ao tipo real, mas à figura mítica. E o mito, em Sepé, é sempre o que predomina, e a tudo vence e a tudo se superpõe.

Acentuemos de logo, que essa figura de Sepé, ou melhor, de São Sepé, que a imaginação popular criou, nos é de todo interessante

e simpática. Incorporada ao acervo das nossas lendas, das nossas crendices, das nossas superstições, ela deve ser considerada como um dos elementos que configuram e enriquecem o nosso patrimônio cultural.

No rigor histórico porém, o caso é diferente. Uma elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro, desnudada de fantasias e mistérios, encarada na sua expressão legítima analisada em face dos motivos determinantes das suas atitudes e de seus atos.

Não nos atemoriza à certeza de que vamos contrariar idéias feitas e preconcebidas, mil vezes repetidas, à margem de qualquer exame dos fatos, e cuja força advém apenas, precisamente dessa repetição a infiltrar-se sorrateiramente em espíritos despreocupados e desatentos, encadeados ao fascínio do mito. Quando lemos que Sepé foi "o primeiro caudilho rio-grandense" a nós mesmos perguntamos que noção êle poderia ter do Rio Grande do Sul, e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço criou e consolidou êsse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil?

Que defenderia Sepé — com inegáveis coragem e valor — em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se êle tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? As terras, que Deus havia dado aos índios e a S. Miguel, na frase que lhe é atribuída, pertenceriam a quem? Aos próprios índios, ou à Companhia de Jesus? A nós é que elas não tocariam, podemos afirmá-lo seguramente. A ação de Sepé no sentido dos interesses e do futuro do Rio Grande e do Brasil foi uma ação negativa, ou melhor, uma ação adversa.

A "Guerra das Missões", causa permanente de tantas controvérsias, está hoje mais claramente explicada. A publicação dos documentos referentes a ela, feita pela Biblioteca Nacional, em dois grossos volumes, trouxe esclarecimentos que se podem considerar definitivos.

E a conclusão a que chegou Rodolfo Garcia, no preâmbulo dêsses volumes, expressa nessas palavras: "a intervenção, justa ou injusta dos Jesuítas na insubordinação de seus jurisdicionados, apura-se isenta de quaisquer dúvidas", está hoje fortalecida pelo juízo insuspeito do Padre Serafim Leite, historiador oficial da Companhia de Jesus, que no volume VI de sua notável obra "História da Companhia de Jesus no Brasil" sustentando que a mesma Companhia como corporação, não esteve contra o tratado de Madrid, admite a desobediência de alguns padres Jesuítas "que se solidarizaram com os índios, invocando razões jurídicas, de Direito Na-

tural, acima de compromissos nacionais ou associativos" (Págs. 557 e 558).

O reconhecimento desses fatos coloca a questão em termos cristalinos: não seriam os índios que iriam dirigir e orientar os padres jesuítas, que com eles se tornaram solidários, nos termos usados por Serafim Leite: eles, os catequisadores, os orientadores, os diretores mentais desses índios é que exerceriam, natural e fatalmente, a função principal. E isso, é de extrema relevância, na matéria, pois torna clara e límpida a determinante da ação de Sepé que, repetimos, nada tem a ver com o Rio Grande do Sul e com o Brasil.

Reagindo contra as estipulações do tratado de Madrid — cuja justiça ou injustiça não é o momento de considerar — Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada "Província do Paraguai", a que pertenciam os sete povos das Missões: defendia, portanto, em última análise, a Coroa espanhola, pois como ensina o P. Serafim Leite, referindo-se às Missões: "Aqui houve apenas a organização da catequese, adaptada às condições sociais e mentais dos índios e do isolamento da selva, numa experiência particular de comunidade, na verdade surpreendente para o tempo, tudo porém enquadrado dentro do regime político da Monarquia Espanhola".

A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o "brasileirismo" de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses, da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa.

É de acentuar-se, ademais, que o Rio Grande do Sul ainda não resgatou a sua dívida cívica com inúmeros de seus filhos ilustres de significado histórico, estreme de qualquer incerteza e dúvida e de papel relevante e expressivo no curso de sua evolução.

Somos, assim, de parecer contrário à proposta feita, no processo junto, ao Sr. Governador do Estado.

(Ass.) — Afonso Guerreiro Lima, Othelo Rosa (relator), Moysés Vellinho.

(Correio do Povo", 26-11-1955.)

DEFESA DO PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

pelo escritor Moysés Vellinho

Como membro eventual da Comissão de História do nosso Instituto Histórico e Geográfico, tive a honra de subscrever o notável parecer elaborado pelo ilustre historiador Othelo Rosa a propósito de uma sugestão referente à ereção de um monumento a Sepé Tiaraju, o herói missioneiro que se fez matar em defesa do Império jesuítico que desbordara do Paraguai sobre as terras do Rio Grande. Mas se assinei esse documento, peça que dignifica os anais do nosso Instituto pela seriedade e liquidez de sua argumentação, não o fiz apenas para suprir uma formalidade senão porque já há muito me convenci de que precisamos nos curar, de uma vez por todas, de certa ambigüidade em face do plano que, sob o patrocínio dos reis de Castela, a Companhia de Jesus procurou realizar aqui, antes da instalação oficial da Capitania do Rio Grande.

Tenho grande respeito pela Ordem de Santo Inácio, a cujos mestres devo o melhor de minha formação. Muito me prezo de ter sido aluno do Anchieta e não me esqueço de que foi por empenho de um jesuíta, o saudoso Padre Enrique Book, que, ainda ginasião, vi publicado o meu primeiro artigo no "Correio do Povo".

Mas este sentimento de respeito e gratidão não me obriga a aceitar passivamente a tese que pretende capitular os feitos missionários entre os fatores que contribuíram ativamente para a formação rio-grandense. Tal atitude conduz a certo bifrontismo histórico incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande.

Ora, se tivesse vingado a audaciosa utopia dos jesuítas, que aqui se fixaram sob a proteção ostensiva dos inimigos tradicionais de Portugal, é evidente que bem pouco, ou mesmo nada, teria sobrado do Rio Grande para a integração do Brasil meridional. Outra seria hoje a nossa configuração geográfica, desfalcada pelo menos de toda a região missioneira, da Campanha e até dos campos de Cima da Serra.

Não discuto o abominável episódio do despejo das reduções nem as violências praticadas do nosso lado, mesmo porque em matéria de abominações e violências, na história dos povos e até na história

das religiões, ninguém pode atirar a primeira pedra. O que não é passível de dúvida ou controvérsia é que os jesuítas do Paraguai, irradiando da Casa de Assunção sobre as terras que constituiriam depois o Rio Grande, se lançaram a uma empresa que se contrapunha à empresa luso-brasileira da ocupação do velho Continente de São Pedro. Atravessaram o Uruguai, anos depois de terem ajudado os castelhanos, de maneira decisiva, a esmagar o baluarte português da Colônia do Sacramento, e se é verdade que vieram para o remédio e salvação das almas, também é verdade que os animava a disposição de entrar em concorrência com os luso-brasileiros na disputa das terras do Rio Grande. Quer dizer que a expansão do império teocrático sobre a margem esquerda do Uruguai figura ostensivamente entre os fatores que nos foram adversos, entre os fatores contra os quais tiveram que lutar os fundadores do Rio Grande para dar-lhe os contornos que ele hoje apresenta.

No mesmo sentido depõe um grande jesuíta português, o P. Serafim Leite, cuja autoridade Othelo Rosa invoca em seu magnífico parecer. Mas não foi só naquele passo que o infatigável autor da monumental "História da Companhia de Jesus no Brasil" reconheceu o caráter antibrasileiro da ação jesuítica irradiada de Assunção. Em seu livro: "Novas Cartas Jesuíticas", à página 134, referindo-se à ação dos milicianos de Santo Inácio no Rio Grande do Sul, o P. Serafim Leite distingue o que ele chama o "ciclo português e portanto brasileiro" do "outro ciclo que às vezes foi antibrasileiro, o ciclo paraguaio." Antibrasileiro quando transpôs o rio Uruguai, isto é, quando entrou na corrida imperialista contra os luso-brasileiros.

Evidentemente, não é nesse ciclo antibrasileiro, quando os feitos jesuíticos entram em conflito com a expansão portuguesa, que iremos encontrar os nossos heróis autênticos, aqueles que realmente concorreram para a construção da nossa unidade histórica e cultural.

Podem nos comover as façanhas de Sepé, podem e devem nos comover, mas a verdade é que o bravo chefe missioneiro se bateu e morreu por uma causa que não era a nossa, que era, pelo contrário, abertamente oposta à causa que teve como efeito histórico a integração do Brasil meridional em suas divisas atuais. Que Sepé continue no domínio da lenda, de onde a pena de Manoelito de Ornellas foi buscá-lo para o belo poema em prosa que com justiça lhe consagrou. Daí não devemos tirá-lo.

Se fôssemos cidadãos de um mundo impossível, o mundo que os modernos utopistas chamam "um mundo só", seria admissível encarar com isenção ou neutralidade os atos ou fatos que direta ou indiretamente se opuseram ao processo da nossa formação. O certo, porém, é que todos nós que vivemos dentro de uma nacionalidade,

temos uma tradição cultural, um passado em comum que não podemos renegar sem mentir à própria contingência humana. O homem é mais fiel à sua Geografia e à sua História do que desejariam os devaneios de certos ideólogos.

Em conclusão: por mais piedosos que tenham sido, em si mesmos, os intuitos do sonho jesuítico em terras do Rio Grande do Sul, não resta a menor dúvida que eles aqui operaram como elemento de desintegração nacional, não podendo figurar, portanto, entre os fatores de afirmação da nossa história.

REFUTAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

pelo historiador P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.

Em 18 de outubro de 1955, após a leitura da ata e do expediente, numa sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a que assistiram sete sócios do mesmo sodalício, foi lido o PARECER da Comissão de História, a que longamente se referem as páginas precedentes. Pôsto em votação o PARECER, 6 confrades o aprovaram sem restrição, sendo que o 7.º, o signatário deste Apêndice, o aprovou "com restrições". Apenas não votei manifestamente "contra", por deferência ao terno que o elaborara e assinara.

É que, desde as primeiras frases, tive a impressão invencível de que alguma coisa não estava certa ali, fôsse por falta de conhecimento claro do assunto da parte dos signatários, fôsse por prevenção preconcebida, ou outra razão. Assim declarei que não aceitava a conclusão, qual era negar um monumento a Sepé Tiaraju. Um colega e o próprio presidente me animaram a elaborar uma réplica, que eles esperariam por meu contraparecer. Declarei-lhes que sentia não dispor de tempo indispensável para este trabalho, que demandaria demasiado tempo, do qual não dispunha de momento. Por isso pedi que déssemos o negócio por terminado com a minha ressalva quanto ao monumento, porque Tiaraju o merecia.

Entretanto, ia-se-me gravando no espírito a nítida sensação de se haver cometido um ato de covardia da minha parte, e dos meus confrades uma flagrante injustiça contra um índio altamente benemérito do nosso velho Rio Grande, que dera a sua vida por uma causa das mais nobres e que eu deveria sair a defendê-lo.

Fazendo pois, "das tripas coração", mexi na minha papelada e desempoerei a minha memória elaborando e apresentando na sessão seguinte, de 25 de outubro, a minha **Defesa do intrépido gaúcho, o Capitão José Tiaraju, o lendário S. Sepé.**

Assistiram à sessão dez ou onze sócios. A insistente pedido do nosso confrade e amigo Mansueto Bernardi, reproduzimos aqui o que naquela ocasião foi dito no Instituto Histórico e Geográfico.

Teschauer, em geral, conforme alguns críticos, se mostra complacente para com os espanhóis, aos quais defende na maioria dos casos, ao passo que se manifesta mais rigoroso no julgamento dos luso-brasileiros. É que o ilustre historiógrafo se abeberou precipuamente em fonte de origem hispânica, além de ele próprio pertenc-

cer à Companhia de Jesus, tão sacrificada pela política expansionista dos portugueses e a ação hostil dos bandeirantes. Por sua vez Aurélio Porto carrega as cores no campo oposto pelas razões contrárias e ainda por seu acendrado nacionalismo. Daí a indiscutível conveniência de um futuro historiador que tenha a capacidade e a coragem de pôr tudo nos seus justos termos, sem conduzir a nau nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Todavia, sendo as opiniões tão antagônicas, contagiadas pelo chauvinismo de gregos e troianos, duvidamos seriamente venham jamais a um acôrdo completo, sendo que cada qual dificilmente arredará o pé do ângulo de visão em que o coloca o seu patriotismo.

Amicus Plato, sed magis amica veritas. Amigo é Platão, porém, mais amiga é a Verdade. Este princípio me inspirou ao redigir este trabalho... movido pelas insistências de alguns confrades... Digo com franqueza, faço-o com sinceridade, ao passo que me ia mergulhando no assunto, me ia também empolgando a matéria.

Ocorrendo no dia 7 de fevereiro vindouro de 1956 o bicentário da morte do índio guarani José Tiaraju, morto em combate em Caibaté, em luta contra as forças invasoras luso-hispânicas, o Major João Carlos Nobre da Veiga dirigiu-se em carta ao Sr. Governador sugerindo-lhe a ereção de um monumento no local exato em que se deu a escaramuça em que pereceu Tiaraju.

Encaminhado o requerimento ao nosso Instituto, a Comissão encarregada de julgar no caso, deu parecer contra a ereção do projetado monumento.

Alega a Comissão: "Sob o ponto de vista histórico, é difícil a caracterização da figura de José Tiaraju. Há, sobre ele, dominante e generalizada, uma visão mítica que altera e deforma, em suas linhas essenciais, a personalidade real, única a ser vista e compreendida pela exegese histórica." "É simples provar o asserto: mal o tipo do índio, valente e astuto surge nos acontecimentos que se desenrolam na guerra das missões, a lenda dele se apossa, envolvendo-o em halo de fantasia e mistério que o levará, dentro de curto prazo, à canonização", etc.

Aí a douta Comissão precipitou a sua lógica, confundindo inicialmente duas personalidades bem distintas: O Capitão Tiaraju da História dos Sete Povos e o São Sepé da lenda ou do mito.

O Tiaraju da história é uma figura nitidamente histórica. Os documentos mais insuspeitos das fontes jesuíticas, hispânicas e lusitanas o confirmam. (Verbi gratia o Cônego Gay, o Visc. de São Leopoldo, Tasso Fragoso, Aurélio Porto, Mansueto Bernardi, etc.) Foi ele a alma da resistência indígena ao cumprimento do Tratado de Madrid de 1750. A maior parte das 75 testemunhas de caciques ouvidas sob juramento após a luta, corroboram a nossa assertiva. Tendo lutado bravamente foi vencido e morto por tiro de pistola

pelo próprio comandante espanhol, Joaquim de Viana, em 7 de fevereiro de 1756.

Afirma a Comissão: "O mito, em Sepé, é sempre o que predomina, e a tudo vence e a tudo se superpõe". Senhores, estou admirado por semelhante afirmação. Até a morte do indômito defensor das terras guaraníticas, não há sombra de mito. Tudo é realidade, e tão grave que criou para os Missionários da Companhia de Jesus um intransponível empecilho para a realização pacífica da transmigração imposta.

Continua a Comissão a sua crítica com estas expressões: "No rigor histórico, porém, o caso é diferente. Uma elementar honestidade mental determina que a personagem histórica seja situada no seu papel exato e verdadeiro, desnudada de fantasias e mistérios, encarada na sua expressão legítima, analisada em face dos motivos determinantes das suas atitudes e seus atos."

Sim Senhores, para conhecer Tiaraju é de todo ponto indispensável perscrutar-lhe os motivos determinantes das suas atitudes e de seus atos. É o que pretendo expor em rápido escorço aos meus distintos confrades. Sem essa base criaremos um Tiaraju da lenda e do mito, esquecendo a figura soberba do centauro que teve a ousadia de afrontar forças incomparavelmente superiores às suas.

Quanto a Serafim Leite, ele não é "historiador oficial" da Companhia de Jesus, no sentido de a Ordem endossar tudo o que ele publica. Quando muito fica responsável o Provincial, que deu o "Imprimi potest" e os 2 censores, que aplicaram o "Nihil obstat".

Para muitos brasileiros, Serafim Leite não é simpático pela figura que nos traçou de Anchieta em confronto com Nóbrega, deixando o primeiro em condição de inferioridade. Embora eu não possa acompanhar esse ilustre historiador nesse paralelismo nada feliz, aplaudo-o no ingente serviço que prestou ao Brasil, tirando a Nóbrega do esquecimento e da sombra onde a nossa ingratidão o deixara durante quase quatro séculos. Para muitos estrangeiros, Leite é ainda suspeito, em sua História da Companhia de Jesus no Brasil, como excessivamente nacionalista. Ainda nesse particular não ouse censurar a meu confrade lusitano. Quem, como eu, chegou a conhecer pessoalmente a Portugal de 1909/10, e de 1950, sabe que, presentemente, não obstante toda a boa vontade de Oliveira Salazar e o reconhecimento oficial dado à Companhia de Jesus, nos 2 últimos decênios da monarquia, não obstante o estado de exilados, os jesuítas eram mais bem vistos e estimados do que depois. Por essa razão quer-me parecer que o P. Leite aproveita todas as oportunidades para provar a seus leitores e patrícios quanto a Companhia fez pela grandeza de Portugal, carregando nisso, para olhos estrangeiros, demasiadamente as tintas.

Ademais, a douta Comissão errou abertamente, generalizando o que Serafim Leite atribui exclusivamente a alguns jesuítas.

O Tratado de Madrid de 1750 inspirou-se na melhor das intenções: terminar de uma vez para sempre com as discutidas linhas da fronteira. O nosso Território das Missões teve a fatalidade de cair justamente numa zona tenazmente contestada por ambas as Coroas européias. Mas, a meu modo de entender, a razão última do fracasso a devemos procurar numa única palavra do artigo XVI do mencionado Tratado.

Reza ele assim: "Das Povoações ou Aldeias, que cede S. M. C. (Sua Majestade Católica) na margem oriental do rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os seus móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com todas as suas Casas, Igrejas e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno..."

No artigo XV, tratando da Colônia do Sacramento, diziam que os "moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do Domínio Português, com os efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. E no final do artigo XVI: "As (propriedades que cedem por Sua Majestade Fidelíssima (o rei de Espanha) e Católica (de Portugal), nas margens dos rios Pequeri, Guaporé, e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias, que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no Art. XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o háo de poder fazer os moradores daquela Praça, exceto, que os que se forem, perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem." (Alexandre de Gusmão — Jaime Cortesão, Parte IV, Negociações, IV tomo, I parte, pág. 471.)

Senhores, há aqui uma manifesta, intencionada e calculada dupla medida. Uns sairão (O texto castelhano diz: *saldrán*), por bem ou por mal; sendo que os demais poderão escolher, e até vender as suas propriedades, ficando indenizados. Com os índios guaranis não se teve essa consideração.

Nesse Tratado aparecem logo duas questões: 1.º a cessão ou troca de territórios coloniais por parte de duas monarquias; e 2.º a expropriação compulsória das propriedades coletivas e individuais dos índios, unida à mudança de domicílio.

Quanto ao 1.º ponto, na época do absolutismo, as idéias jurídicas dominantes atribuíam aos soberanos a faculdade de poderem renunciar a territórios ou trocá-los a seu talante. (Guillermo Kratz, S. J. — El Tratado Hispano-Portugués de Limites de 1750 y sus Consecuencias. Roma 1954, pág. 61.)

Porém, quanto ao 2.º ponto, surgiu a pergunta: Tem o Rei também o direito de expoliar seus súditos de tantas propriedades privadas, justamente adquiridas, em longos decênios de trabalho e

forçá-los a emigrar a regiões longínquas e isso sem uma indenização proporcional? (Ofereceram a bagatela de trinta mil pesos, quer dizer, um pêso por habitante.)

A opinião mais aceita entre os jesuítas rio-platenses foi esta: a transmigração vai contra a lei natural e por isso é injusta. Os jesuítas, porém, temos um voto, o mais característico de nossa Ordem: o da obediência ao Superior em tudo o que não é manifestamente pecado. O R. P. Geral de Roma ordenara ao Provincial do Paraguai, em virtude da santa obediência, que todos os Padres dos Sete Povos se empenhassem deveras no sentido de se realizar logo que fôsse possível a transmigração. É que Sua Paternidade já previa a medonha borrasca que se estava levantando na Europa e que desabaria em breve sobre a sua Companhia. Alguns — não todos — discordaram dessa opinião, julgando que essa ordem não obrigava, de vez que era pecado manifesto. Mas não me consta de nenhum jesuíta que tivesse instigado os índios a se oporem. Uma coisa é discordar duma ordem, outra é opôr-se a ela. As Côrtes de Madrid e Lisboa, afinal de contas, pouco interessava o que pensavam os Padres, contanto que obedecessem.

E como receberam os índios dos Sete Povos a ordem tão dura de sair das suas terras, herdadas dos seus ancestrais, cultivadas com tanto carinho, com as suas imensas estâncias, suas lavouras tão ricas, seus ervaais e algodoais, que formavam o seu principal sustento, seus grandiosos templos, que não tinham iguais em toda a América, suas casinhas pequenas, segundo o seu gosto, mas tão cômodas, suas oficinas, seus cemitérios com os seus queridos e saudosos mortos? Ora tudo isso o haveriam de abandonar? E por quê? E para onde os queriam expulsar? Para o deserto, para regiões já ocupadas por outros. Mas que crime haviam cometido para semelhante castigo? Numa das respostas dos 7 Caciques principais a Andonaégui lembram que as próprias feras se opõem quando as querem desalojar das suas cavernas, e como não o faremos nós despojando-nos do que é nosso?

Coloquemo-nos uns instantes na realidade do índio missioneiro. É que ele tinha um sentido profundamente pronunciado, se não de Pátria, — como parecem negá-lo os confrades da Comissão, — mas um apêgo insuperável à querência, à gleba que os vira nascer. Prova-o de sobejo a retirada dos índios cristãos perante a investida bandeirante de 1636 a 1641, preferindo muitos esconder-se nas matas virgens e expor-se a cair prisioneiros a emigrar para a outra banda do rio Uruguai, a lugar mais seguro; demonstra-o a volta ao Rio Grande após meio século de saudades dos guaranis gaúchos, quando puderam regressar novamente para dar início à idade de ouro dos Sete Povos; patenteia-o mais do que nada o caso acontecido ao P. Sepp, o qual, tendo construído para a população já demasiada de São Miguel a nova redução de São João Batista, distante apenas 15 km, onde iriam encontrar tudo melhor,

esbarrou contra uma resistência inacreditável de choros e lamentos. E vamos nós exigir dos índios dos Sete Povos uma indiferença, uma insensibilidade estóica perante a mudança tão contrária aos seus sagrados interesses? Que tinha ele a ver com as rivalidades de duas Coroas lá do outro lado do mar, que agora vinham expulsá-lo da suas terras?

Mas regressemos ao Tiaraju da história. Ameríndio de singular perspicácia, desde logo percebeu a manifesta injustiça da ordem. Não pude apurar se já era corregedor de São Miguel, ou se foi então eleito para o cargo que lhe atribuem os documentos coevos de capitão de artilharia, ou simplesmente de corregedor. O chefe supremo era Dom Nicolau Nenguiru, morubixaba de Japeju, temperamento mais calmo e refletido, mas que pouco interveio na resistência.

Através de toda a documentação transluz nitidamente o seu pensamento: Estas terras são nossas e de mais ninguém. Devemos defendê-las por bem ou por mal. E assim Sepé veio a tornar-se um revoltado contra os próprios missionários, a cujas ordens desobedeceu. Mais ainda. Ele declara solenemente: "Estas terras nós a recebemos de Deus e de São Miguel." Portanto, são terras sagradas que devemos guardar. E não foi o próprio rei da Espanha que ainda em documento recente nos garantiu a posse tranqüila destas nossas terras? — Os caciques recordam esse fato a Andonaégui em suas respostas. Era a assim denominada "Cédula Grande", de Filipe V, em favor das Missões, de 1743. (Missionalia Hispanica, Madrid, n.º 18, 550.)

Tiaraju reagiu como legítimo índio, sem calma e sem reflexão, e sem medir as conseqüências. Tivesse ouvido um padre amigo, outra teria sido a sua atitude e a sorte das Missões. Compete-nos, entretanto, compreendê-lo em sua índole de selvagem, sua idiosincrasia de guarani meio civilizado. De todas as maneiras, sua figura é empolgante, dominada por um sentimento inato e espontâneo de reação contra uma clamorosa injustiça.

Resumindo, passarei a ler uma nota que publiquei na segunda edição da História das Missões Orientais do Uruguai, de Aurélio Pôrto, 2.ª parte, págs. 209 e 210:

Após a fuga de Altamirano (enviado pelo Rei da Espanha para urgir a transmigração), Andonaégui fêz promulgar em Buenos Aires a sua próxima ida aos 7 Povos para lhes impor a obediência se não fôsse por meios pacíficos seria pelas armas. Antes, porém, tentou ainda amedrontá-los com ameaças mediante uma carta que enviou ao P. Strobel para ser transmitida aos 7 Povos. Mas os guaranis mais se obstinaram, dando um resultado contraproducente.

Recorreu Altamirano a novo expediente: tirar os curas dos 7 Povos a fim de privá-los de toda assistência espiritual. Calculavam os senhores lá de Buenos Aires que os índios cederiam, sendo

quase certo que não os deixariam partir. Mas nem o Bispo de Buenos Aires, nem Andonaégui aceitaram esse alvitre.

Os Superiores da Companhia fizeram tudo para evitar a guerra que haveria de ser funesta. Escreveram ao Rei da Espanha. Porém o ministro Carvajal confiscava cuidadosamente toda a correspondência jesuítica, mantendo ao monarca numa total ignorância da realidade missioneira.

Alvitrou o P. Comissário um "assalto teatral", em que os missionários mostrassem pateticamente a seus neófitos a necessidade de transmigrarem. Mas todos os Curas votaram unanimemente contra essa medida. Então Altamirano ordenou que todos os Padres abandonassem os 7 Povos, levando apenas o breviário. Para esse efeito passou toda a sua autoridade ao P. Alonso Fernández, Reitor do Colégio de Buenos Aires, como Vice-Comissário. O prazo marcado para a fuga dos missionários devia ser o dia 15 de agosto de 1753. Partiu Fernández, acompanhado de mais dois padres jesuitas com faculdade de até expulsar da Companhia ao missionário que de qualquer maneira se opusesse às ordens reais, ou então de suspendê-lo das ordens sacras.

Mau grado todo o sigilo, os índios, por seus espiões, já sabiam em julho de 1753 da aproximação do P. Fernández e seus companheiros, sobre os quais foram informados que eles eram vendilhões dos 7 Povos aos portugueses, e que lhes vinham tirar os venerados Curas. Resolveram, pois, os de São Miguel, os mais exaltados, apoderar-se dos 3 forasteiros já em São Tomé, antes de terem atravessado o Uruguai. Os Padres, porém, lhes escaparam. Rigorosa vigilância foi posta em todos os passos do rio, impedindo sem consideração a entrada de qualquer pessoa suspeita e de todo e qualquer escrito ou carta, que eram queimados sem piedade. Mais ainda: Fizeram saber a todos os missionários dos 7 Povos que ninguém deles se atrevesse a arredar o pé do lugar onde estavam, que Deus os fizera Padres e os tinha enviado para assisti-los, como haviam feito os velhos missionários do século passado.

O empenho de Fernández de ele mesmo penetrar nos 7 Povos, como ainda 14 tentames de ao menos avisar aos Curas por escrito e lhes impor os seus preceitos, se desmoronaram perante a fiscalização dos guaranis. Uma única carta que chegou ardidamente ao P. Tux, Cura de São Nicolau, foi arrancada das mãos do Padre ao começar a lê-la, com grave desrespeito à sua pessoa.

A suspensão da Missa não só scandalizou aos indígenas como ainda os irritou mais, sabendo-se quanto estimavam o Santo Sacrifício. A tal ponto já lavrava o facho do descontentamento que chegaram a incitar à rebeldia os próprios irmãos de raça da Banda Ocidental, onde de fato começou a reinar a oposição. Como fracassou a missão de Altamirano, não foi mais feliz o P. Fernández, perseguido de morte pelos índios. Os próprios Padres dos 7 Povos começaram a ser tão rigorosamente custodiados que não lhes

foi possível fugir e nem sequer comunicar-se com os outros Curas. Um deles, manifestando que já não podia rezar missa, ouviu que, neste caso, nem lhe davam mais nada de comer. Os meios pacíficos estavam esgotados.

Onde esteve a culpa? O afamado historiador espanhol, P. Francisco Mateos, que estudou a fundo toda a documentação relativa a todos esses sucessos, reduz todo o fracasso a três erros fundamentais:

1.º — ignorância absoluta da realidade americana nas Côrtes européias; 2.º — falta total do necessário tato para realizar a transmigração; 3.º — o incrível atropelo e pressa na execução. Houvesse mais tato, mais calma e o tempo indispensável, os jesuitas teriam levado a bom termo a mudança. Mas como os culpados não quiseram reconhecer o seu erro, os governantes lusohispanos limparam as mãos à parede, lançando a culpa aos jesuitas. (Mateos, in *Missionalia Hispanica*, N.º 23, pág. 290 e Pastells-Mateos, *História de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, VIII, 2.ª parte, pág. 1065-1081, carta do P. João de Escandón, testemunha ocular e autor da maior parte dos sucessos que refere.) Também a idéia alvitrada de deixar os índios dos 7 Povos onde estavam, mudando apenas de soberano, teve pronta repulsa da parte espanhola porque não lhes convinha ter na vizinhança um núcleo tão poderoso.

Contra quem reagiu Tiaraju? Diz a Comissão: contra as armas de Portugal. Não está certo. Opôs-se ao invasor **hispano e lusitano**, e, a julgar pelos documentos, principalmente contra os detestados castelhanos. Não defendeu a terra das Missões nem para a Espanha, nem para Portugal e tão pouco para a Companhia de Jesus. Defendeu-a, sim, para os seus índios de sua raça, com clara manifestação de sentimento telúrico. E não foi um português e sim o próprio governador espanhol de Montevideu, Joaquim Viana que o matou, desfechando-lhe o tiro de misericórdia, quando o índio já estava ferido, devendo-o nesse caso **prender**, e não matar, conforme as leis da guerra. Entregar as suas terras a esses homens, dos quais tantos males haviam recebido os infelizes silvícolas durante mais de dois séculos, era coisa que não entrava na cabeça dum indígena.

O Tiaraju da lenda. Escreveu a sábia Comissão: "acentuemos, de logo, essa figura de Sepé, ou melhor, de São Sepé, que a imaginação popular criou, nos é de todo interessante e simpática. Incorporada ao acervo das nossas lendas, das nossas crendices, das nossas superstições, ela deve ser considerada como um dos elementos que configuram e enriquecem o nosso patrimônio cultural." Excelente parecer.

"Infeliz o povo que não tem, em meio de seus arquivos, uma lenda para contar, uma coisa incrível para dizer!" — proclamou o grande ensaísta e poeta Cassiano Ricardo, no seu discurso de

posse na Academia Brasileira de Letras: "Houve escritores que inventaram gigantes: os nossos gigantes, porém, não foi preciso que nenhum escritor os inventasse. A própria vida se incumbiu de os criar, mais interessantes e mais verdadeiros." E mais adiante continua: "Nenhum historiador tem o direito de desencantar um povo da magia do seu passado"... "nesta última hipótese, o artista adquire mesmo o direito de **corrigir o historiador.**"

Sepé é sem contestação um símbolo incorporado definitivamente à vida histórica e lendária do Rio Grande do Sul. E quem foi que o incorporou? Inicialmente, os próprios conterrâneos de raça, que não puderam esquecer o nome do imortal chefe; logo a seguir entraram na herança os colonizadores que receberam a tradição indígena e a desenvolveram com carinho, como o estão a provar os nomes de São Sepé, dados a um município, a uma cidade, a uma coxilha e a dois arroios, como ainda o nome de uma entidade dos cultores das Tradições do "35", sediada em São Luís. Ademais diversos clubes e edifícios espalhados pelo Estado foram batizados com o nome de Sepé ou Tiaraju. Também por mais essa razão é que o lendário São Sepé se fez credor de um monumento.

O Tiaraju gaúcho. O gaúcho, como tal, não tem nacionalidade determinada. Encontramo-lo nas coxilhas rio-grandenses, no gaúcho uruguaio, argentino e paraguaio. Distingue-se por seu amor à querência, ao torrão natal. Quanto a Tiaraju, vêmo-lo dominado por um grande destemor, uma altivez impressionante, uma abnegação a tóda a prova.

Senhores, esse morubixaba se me apresenta com tôdas as boas virtudes que nós rio-grandenses tanto celebramos, com os nossos poetas e romancistas Simões Lopes, João Maia, Darcy Azambuja e outros, reagindo prontamente, tal qual os farrapos de 80 anos mais tarde, contra a injustiça, indomável nas suas resoluções, de uma intrepidez sobre-humana perante a própria morte. Ergue-se soberano, cresce resoluto, avulta feroz e se agiganta como um soberbo caudilho, um lídimo centauro, modelo e símbolo perfeito para todos quantos lhe sucederam. Um gaúcho dessa têmpera está a reclamar de todos os filhos desta terra um monumento.

E esse gaúcho já foi julgado pelos próprios gaúchos, primeiramente por seus próprios irmãos de estirpe, e logo, pelos colonizadores que entraram em sua herança nas coxilhas, espalhando-se sucessivamente por todo o velho Continente de São Pedro. Esse julgamento achou a sua mais bela tradução na mimosa lenda de São Sepé. (Ver Simões Lopes Neto, "Contos Gauchescos e Lendas do Sul", em Coleção Província, vol. I, pág. 347-353.)

Quanto ao nome Sepé, o P. Enis, em *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LII, 1930, págs. 527 e 529, denomina sempre Tiaraju de José. Sepé é o nome familiar de José, em guarani, como o nosso Zeca, Zezé, Juca, etc., e o espanhol Pepe.

É esta a primeira vez que tão abertamente saio em defesa do habitante primitivo da nossa terra. Estou satisfeito comigo, porque me sinto em boa companhia com todos os jesuitas da América Latina, desde Nóbrega até os nossos dias, e em companhia do benemérito Marechal Cândido Rondon. Não se diga, porém, que recuso a merecida homenagem aos grandes colonizadores do Rio Grande português. E até me ufano agora de haver promovido o merecido tributo de admiração a Cristóvão Pereira de Abreu, cujo bicentenário de morte celebraremos em 22 de novembro vindouro, e demais colaboradores na obra da nossa colonização.

Senhores, guardemos com carinho os valores do nosso passado, ainda relativamente pobre em confronto com as demais Unidades da Nação. Fazendo-o, o nosso Instituto, longe de se diminuir, crescerá na estima do povo rio-grandense. Por isso proponho que seja levantado um monumento, não em Caibaté, ponto afastado das vias de comunicação, e sim em São Miguel, pátria e querência de José Tiaraju, sua terra natal, da qual foi chefe, e por cuja integridade tanto lutou, e cujas ruínas derradeiras, o Governo Federal, com tantos gastos, ainda procura salvar.

Encerro este meu aranzel com uma frase atribuída equivocadamente a Santo Agostinho, em cujos escritos se procura em vão, que reza assim: **In necessariis unitas; — in dubiis libertas; — in omnibus caritas.** (Haja unidade nas coisas necessárias; haja liberdade nas duvidosas; em tudo porém caridade.) Disse.

OBSERVAÇÃO. A resposta final foi que a Comissão de História apenas opinara que o motivo de se erguer um monumento a São Sepé como expressão de **brasilidade** não cabia dentro do nosso modo de sentir. Portanto que a Comissão estava certa não se tendo preocupado do caso, se Tiaraju merecia uma homenagem por **outros títulos**, como p. ex. o de ser gaúcho, um homem estimado na lenda rio-grandense, etc.

Os confrades signatários do "Parecer" contra Sepé, insistem aqui e alhures na assertiva de os índios dos Sete Povos, com Tiaraju, terem ido contra os **nossos** interesses, sendo que os colonizadores luso-açorianos do Rio Grande do Sul trabalharam por **nossa** grandeza. Nossa? Nós ainda não existíamos, e se existíssemos então seríamos meros **colonos portugueses**, obrigados a lutar pelos interesses insaciáveis de uma potência ultramarina, dominada por um incoercível imperialismo.

Querem a prova?

Quando os patriotas brasileiros revelaram os primeiros sentimentos de Pátria, julgando-se já maiores de idade, tentando livrar a terra que os vira nascer do intolerável jugo lusitano, qual foi a reação da Mãe-Pátria?

Que o digam a força e o esquadramento de Tiradentes e o desterro dos seus compatriotas.

E quando o Príncipe D. Pedro soltou o grito do Ipiranga, qual foi a resposta de Portugal?

A declaração de uma guerra sem tréguas nem piedade. E se vencemos após uma guerra desesperada, foi com auxílio de potências estrangeiras. E a rancorosa Mãe-Pátria só reconheceu a nossa emancipação política mediante uma pesadíssima indenização em ouro.

E se Portugal tivesse vencido na guerra da nossa independência?

Ainda hoje seríamos colônia tal qual o são Goa, Moçambique e outros.

Por isso é de estranhar que historiadores de renome venham a identificar os interesses portugueses com os brasileiros.

Tiaraju, êsse sim, morreu pela libertação integral do seu povo. Se tivesse vencido ficaria livre da opressão lusa e do velho protetorado espanhol. E assim ter-nos-ia dado um interessante modelo para a futura República de Piratini.

REFUTAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

pelo General Rinaldo Pereira da Câmara

Pôrto Alegre, 20-4-56.

Ilustre Confrade Sr. Mansueto Bernardi.

Atenciosas saudações.

Acuso sua carta de 16 do corrente na qual solicita o meu parecer sobre o projetado monumento ao índio Sepé.

Seu pedido veio encontrar-me engolfado em um trabalho de história, que estou preparando para o dia 11 de maio.

Não obstante, abro este parêntese para não deixar de atender à solicitação do ilustre confrade.

Na noite em que foi submetido à apreciação do nosso Instituto o parecer da Comissão de História e Geografia, eu não pude comparecer, nem mesmo sabia que se ia tratar, então, de tal assunto.

Comparecendo à sessão seguinte, fui surpreendido com o parecer do P. Jaeger, com o qual, logo, solidarizei-me, reforçando-o com dois apertes.

Em seguida, surgiu pela imprensa a polêmica que deve ter acompanhado. Abstive-me, totalmente, de tomar parte nela, primeiro, por já me ter manifestado em plenário, mas, principalmente, para não pôr "mais lenha na fogueira", pois pareceu-me que a questão estava baixando do plano superior em que devia permanecer. E, prezando como prezo, o nosso Instituto, resolvi permanecer em silêncio. Agora, vem o amigo solicitar a minha desvaliosa opinião, e em que momento de trabalho! Entretanto, em atenção à sua pessoa, bem como ao interesse da questão, vou tentar alinhar algumas idéias, focalizando três pontos, que me parecem os mais interessantes. E, como o tempo é escasso para pesquisas e cogitações mais atentas, aí vão essas observações, das quais o ilustre confrade pode fazer o uso que entender.

Mas, faço questão de deixar bem claro, desde já, com a lealdade que me caracteriza, que ao prestar êste depoimento não me anima outro espírito senão o de interesse puramente histórico. Sem mais preâmbulos entremos, pois, no assunto.

I — Preliminarmente, abordemos a questão do espírito de brasilidade de Sepé.

Para evidenciar que ele não possuía tal sentimento, formulou-se a pergunta: "Que defenderia Sepé que tivesse relação conosco?"

E, em seguida, afirmou-se que "ele se opôs, o quanto pôde, ao destino histórico do Rio Grande, à sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil."

Em síntese, "que sua ação foi negativa e adversa."

Discordo dessa opinião, considerando o próprio conceito de civilização, a qual se invoca. De acordo com a sociologia moderna, este conceito — que já ultrapassou o dos enciclopedistas, como sinônimo vago de luzes, progresso, etc. — é definido como o "complexo de instituições sociais, políticas e econômicas, que caracterizam a vida de uma coletividade, em qualquer fase de sua evolução histórica." (Leonel Franca — *A Crise do Mundo Moderno*.)

E, observando os elementos constitutivos deste conceito de civilização, pode-se verificar que muitos deles eram comuns entre nós e a civilização em que Sepé vivia. Assim, pois, entre os elementos naturais, destaca-se, de logo, o fator geográfico. E quem poderá negar que ele nos era comum, tendo Sepé, nascido, vivido e morrido aqui no Rio Grande do Sul?

E o fato desta região não nos pertencer na época, nada significa, e invocá-lo levaria ao absurdo de negar cidadania brasileira a todas as pessoas aí nascidas, por aqueles tempos. E quem poderá mesmo afirmar com certeza, até hoje, a quem de direito pertenciam, então, aquelas terras? Ninguém ignora que se, inicialmente, a linha divisória era o meridiano das Tordesilhas, esta linha nunca fôra demarcada, transformando-se, como muito bem observa o General Tasso Fragoso, em espécie de linha oscilante, que os contendores ambiciosos ora deslocavam para E., ora para O., ao sabor de seus interesses momentâneos. A verdade é que pela época em que Sepé nasceu, o Rio Grande era "terra de ninguém". E depois, o referido tratado foi substituído pelo de Utrecht, assim como este pelo de Madrid, que foi, em seguida, anulado pela Convenção de 1761, a qual por sua vez deu lugar ao tratado de S. Ildefonso. Um nunca acabar...

Mas, nem há necessidade de entrar a fundo nesta questão para concluir-se que Sepé era brasileiro; basta estar constatado que ele nasceu em S. Miguel.

Em consequência, o fator geográfico, primeiro elemento natural do conceito de civilização, nos é comum. E com que afeto Sepé amou esta terra, pela qual realizou o sacrifício supremo de sua vida! Por isto o Gen. Tasso afirma, em sua "Batalha do Passo do Rosário", com muita razão: "Faço votos ardentes para que o heróico Estado do Rio Grande do Sul festeje o centenário de nossa

independência erigindo em uma de suas belas coxilhas um monumento ao índio Sepé, e dêste modo renda merecida homenagem aos primeiros povoadores do seu território, e lance com o bronze imorredouro um pregão de amor que eles lhe dedicaram, e que, por ventura nossa, se transmitiu às gerações que os substituíram." Desde já convém destacar também, desta citação, o fato de Sepé ter sido com sua gente dos nossos primeiros povoadores e colonizadores, o que abordaremos, entretanto, oportunamente, para não perder o fio da nossa argumentação. Outro elemento natural do conceito de civilização é o homem, fator biológico, que, se conservando e transmitindo através das gerações, constitui um tipo étnico que se denomina raça. E a raça indígena a que Sepé pertencia constitui um dos elementos plasmadores da nossa etnia. Em consequência, eis outro elo de afinidade que nos une a Sepé. Aliás, este elemento é tão importante que foi ele que emprestou ao vocábulo civilização, sua acepção etnológica, como observa o P. Leonel Franca, em sua obra já citada.

Observados estes dois vínculos naturais, registremos agora os elementos culturais, que caracterizam o conceito de civilização, e que nos eram comuns. Se estes elementos, tais como artes, letras, técnicas, etc., não foram incorporados à nossa civilização, a culpa não cabe a Sepé nem à sua gente. Mas, o que se não pode negar é que em matéria de arte, por ex., foram os índios os artífices, pelo menos, daqueles grandiosos monumentos arquitetônicos, hoje ruínas, como a Catedral de S. Miguel, obra gigante que custou mais de 10 anos de trabalhos ingentes, de mil operários. Nas "Missões", observa Ângelo Guido, com toda a sua autoridade na matéria, criou-se uma arte em que o "barroco" recebeu viva influência indígena. É lamentável, acrescenta este nosso ilustre confrade, que tão grande esforço artístico tenha sido reduzido a ruínas, que constituem impressionante e melancólica lembrança daquele grandioso conjunto arquitetônico, fragmentário documento em pedra de uma capacidade criadora surpreendente."

Quanto à escultura, o referido estilo perdura ainda mais largamente, havendo até um caráter todo especial na técnica de esculturas onde se reflete de modo muito expressivo o espírito guarani. Em música, particularmente sacra, foram os índios peritos, orientados inicialmente pelo P. Roque, e levados depois à perfeição pelo P. Sepp, aliás o pioneiro da siderurgia nacional, antecipando de um século, em S. João Batista, a fundição do ferro, realizada em Congonhas do Campo. Relativamente à pecuária, e seus derivados, que passaram a constituir um dos mais sólidos alicerces da economia gaúcha, sua contribuição foi decisiva. Se ela foi uma iniciativa do R. Cristóvão de Mendonza, não há negar que os "tropeiros" e "vaqueanos" daquelas extensas "Vacarias do Mar e dos Pinhais", com seus dois a três milhões de cabeças, foram exclusivamente os índios.

E agricultores, também o foram em larga escala, cultivando o mate, o trigo, o milho, a mandioca, etc. Só em S. Miguel existiam 300 granjas-pomares.

Industriais habilidosos, fiaram o pano, fabricaram calçados, instrumentos musicais, relógios, ferramentas, sinos, dedicando-se também à arte tipográfica e à indústria vinícola.

Quanto às letras, ou melhor, à matéria de ensino, se achava êle muito generalizado, no meio, pois é notória a preocupação dos jesuítas neste sentido. Com sua "Ratio Studiorum", cujo método pedagógico foi tão exaltado pela autoridade de Bacon, a instrução primária se generalizara. Ela fazia parte integrante da catequese, como aliás aconteceu entre nós: onde quer que se erigisse uma igreja, a seu lado surgia logo uma "escola de ler e escrever". Assim, pois, todos êstes elementos culturais não nos eram "estranhos" nem "hostis", muito pelo contrário, nos eram comuns. Foi assim, também, que realizamos a conquista pacífica do Amazonas, obra gigante daquele vulto excepcional que foi o P. Antônio Vieira, a qual se estendia de Gurupá ao Peru, com estas mesmas características civilizadoras. E, se tudo isto existia, tanto no Sul como no Norte, e não foi incorporado ao nosso processo civilizador, a culpa foi só de Pombal, o qual, como afirma João Ribeiro, em sua **História do Brasil**, "transviado por falsas informações, ou por arraigado ódio aos jesuítas, deu com sua extemporânea expulsão, sob mais de um aspecto, sensível golpe nas colônias, e no que diz respeito aos índios proporcionou-lhes a ruína e aquela irremediável condição em que, hoje, vemos a raça vermelha entre nós". E com isto, a civilização recuou centenas de léguas, como afirmou Eduardo Prado. E a civilização deu lugar à sifilização...

Nem se objete que todo aquêle precioso acervo cultural aqui do Sul não nos pertencia, ou não estava incorporado à alma nacional, pois a consciência de Sepé e de sua gente devia estar tão pouco saturada da noção de destinos comuns relativamente a Portugal, como relativamente à Espanha. Deviam possuir tão pouco espírito de "Hispanidad" como de "Lusitanismo". Mas isto não quer dizer que lhes fôsse hostil, pois o elemento específico do conceito de civilização lhes era comum como veremos em breve. Sepé vivia integrado naquela civilização surgida no meio dos descampados e argamassada com o sangue dos mártires, e que tamanha admiração causara aos próprios Montesquieu, Voltaire e Comte, onde gozava as vantagens de uma sociedade, sem abandonar a liberdade selvagem, em contato com a natureza, em meio de verdadeiras cidades, "que não eram tão tristes como Esparta, nem tão frívolas como Atenas, na expressão feliz do autor do "Gênio do Cristianismo". O General J. Viana, governador de Montevideu, como refere Bauzá em seu volume III, pág. 135, não esconde sua admiração ao deparar com a grandiosidade de S. Miguel, exclamando:

"E é isto que nos mandam entregar aos portugueses?!" E nem "defendia Sepé, em última análise, a coroa espanhola", como se afirma. Defendia-se, sim, do ataque das duas coroas, a espanhola e a portuguesa, as quais, à força, procuravam escorraçá-lo daquela terra, que êle considerava tão sua, como afirmou, textualmente: "Esta terra recebemos nós de Deus e de São Miguel". Nem tinha, talvez, consciência de que estava vivendo sob o domínio espanhol. O sentimento que o animava não podia ser outro senão o de amor à sua "querência", da qual se via agora enxotado, com armas e bagagens, sem saber ao menos por que, e assim dêste modo tão inopinado e brutal. Então, convenhamos, o telurismo selvagem devia ter brotado naturalmente, por todos os poros daquela natureza rude, tão arrebatada. Mas não que se "estivesse opondo ao destino histórico do Rio Grande", por isto que não podia ter consciência dêste destino. E quem poderia tê-lo? Em consequência, o que êle praticou foi tão só um ato de legítima defesa social, a seu modo, teluricamente. Que poderia êle compreender mesmo de ajustes diplomáticos entre aquelas altas partes contratantes, que lhe estavam sendo hostis? Que tinha êle que ver com o tratado de Madrid?

Tudo isto é que precisamos compreender para julgar com objetividade e justiça. A história é toda ela feita de compreensão e vivência do passado. Já Michelet afirmara que a "História é uma ressurreição". Devemos compreender a reação de Sepé com aquêles mesmo espírito compreensivo com que julgamos hoje, por exemplo, o bandeirismo, fenômeno social e histórico, em si bárbaro, selvagem, impetuoso, semelhante à ofensiva dos bárbaros ao iniciar-se a Idade Média, precipitando-se sobre a Europa meridional na avalanche das tribos nórdicas. Entretanto, considerando as circunstâncias da época, chega-se à conclusão de que se tratava de um imperativo social. Se o sonho era egoísta, na expressão do poeta, se a ambição do vil metal e a prêsas do índio era a mola que acionava o movimento, a necessidade do braço escravo para a tarefa das imensas lavouras se impunha. E êles caíram sobre as reduções com o "vôo do milhafre sobre um ninho de pombas", como observou Oliveira Viana. Pudera! A necessidade era tão grande, a tentação tão forte, a prêsas tão fácil...! E, se crimes horrorosos foram cometidos, o Brasil se multiplicou por três. E nós os compreendemos e os desculpamos. Mas não por isto, tão só porque realizando uma vivência histórica julgamos que "o mal era da época e não de São Paulo", como afirmou-se alhures. Ora, por que não realizar no caso da reação de Sepé, onde, aliás, não houve crime algum, uma introspecção histórica semelhante? Já pensamos bem o que deveria significar a transmigração de trinta mil pessoas e de três milhões de cabeças de gado da noite para o dia?! E o aspecto sentimental do abandono de tudo aquilo que lhes era tão caro e para sempre, para terras já ocupadas que se negavam também a recebê-los?!

Foi realmente uma provocação de fazer perder a cabeça das mais tímidas e pacíficas criaturas. Não há necessidade alguma para se compreender este fato, de se repetir, de boa-fé, talvez, a calúnia pombalina e maçônica de que foram os jesuítas que instigaram os índios à reação, como veremos em breve.

Outro ponto que convém acentuar é ainda a influência do elemento específico, que caracteriza o conceito de civilização, isto é, o seu elemento ético-metafísico da vida. E este não era estranho também, entre nós e Sepé, educado pelos jesuítas no mesmo humanismo cristão em que fomos educados. Este conceito é que molda toda a cultura de uma civilização, por isso que, como muito bem observa o P. Leonel Franca, há sempre e em toda a parte uma solidariedade indissolúvel entre a concepção da existência e a expressão fenomenológica dos costumes e das estruturas sociais.

Não havia, pois, nem podia haver, oposição entre a sua e a nossa civilização, moldadas ambas pelo mesmo espírito cristão, ou melhor, católico, inaciano. Os próprios choques verificados aqui na América entre as colônias portuguesa e espanhola não significam mais do que meros reflexos de lutas de interesses puramente políticos entre as duas coroas que visavam o domínio do estuário da bacia do Prata, denominador comum a que se devem reduzir todas as nossas contendas, desde a fundação da Colônia do Sacramento, o pomo da discórdia, até a emancipação da "Banda Oriental".

Não resta dúvida que só quando um povo ratifica com a sua consciência coletiva a identidade de destinos comuns, é que estamos face ao que se denomina uma nacionalidade. Mas, esta adesão coletiva só se constitui com o tempo. E o "Estado" é o termo final desta evolução histórica, quando a "Nação" atinge a sua maioridade, digamos assim.

É o que se verifica em toda a parte; foi o que verificamos entre nós próprios com o nosso sentimento nativista, cuja evolução política foi longa. Ora, como exigir de Sepé sentimento de brasilidade sob este ponto de vista político, se o Brasil ainda não existia como nação independente? Possuir tal sentimento era até, entre nós próprios considerado um crime, em consequência do qual, Tiradentes e outros foram esquartejados. Por isso não consideramos brasilidade apenas sob este ponto de vista político, mas à luz do conceito de civilização, como, aliás, foi muito bem invocado por aqueles que afirmaram que Sepé "se opunha à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana e no Brasil." Lástima é que não se tenham detido na análise do conceito de civilização invocado, nem no estudo comparativo de seus elementos constitutivos. Se assim se tivesse procedido, chegar-se-ia decerto à conclusão de que os elementos naturais e culturais que caracterizam o conceito de civilização nos eram comuns, a nós e à gente de Sepé. E não se afirmaria que Sepé "se opunha ao destino histórico do Rio Grande, opondo-se à sua inclusão na civilização lusitana", quando

na realidade não se opôs. Defendeu-se apenas, reagindo, eventualmente, contra a prepotência e a injustiça dos homens, como os nossos valorosos farroupilhas reagiram, não obstante seu comprovado espírito de brasilidade.

Nem "defendia Sepé em última análise, a coroa espanhola". E a prova disto é que quem deu cabo de sua vida foi o chefe espanhol, o governador de Montevideu.

E "se Sepé tivesse vencido, qual seria a consequência desta vitória?" — pergunta-se.

Respondemos nós: — Provavelmente as mesmas consequências que acarretaria a vitória de nossa república de Piratini, se se tivesse concretizado. Mas, tal hipótese é absurda, dada a desigualdade de recursos dos contendores; e mesmo admitindo-a, aos índios é que aquelas terras não ficariam pertencendo muito tempo, por esta mesma razão. Seriam em breve aniquilados ou assimilados como o foram pela Espanha. E nem a intenção de Sepé era opor-se à nossa futura realidade nacional, por isso que, então, ele não poderia prevê-la; para tanto era mister o dom divinatório. Mas, nem tão pouco aos jesuítas ficariam pertencendo estas terras, como se pretende afirmar. Para eles os bens temporais só tinham valor em função dos interesses espirituais, pois "seu reino não era deste mundo". E a História aí está para comprovar este asserto, tanto aqui como no Japão, na China ou nas Índias.

Em verdade, foram eles "os únicos que para cá vieram buscar o nosso bem e não os nossos bens", na expressão sempre feliz de Vieira. Foram eles "os únicos homens disciplinados de seu tempo", no conceito de Euclides da Cunha.

Esta história da possibilidade dos jesuítas ficarem senhores do território missioneiro, evoca-me aquela fábula engraçada, se não fôsse maliciosa, referida pelo nosso inolvidável historiador Aurélio Porto, em sua "História das Missões Orientais do Uruguai", Vol. II, pág. 220. Essa lenda do "Império Teocrático", com suas riquezas fabulosas, seus exércitos aguerridos, com o "Rei Nicolau" à frente, chegou a tal ponto que houve quem afirmasse que circularam pela Europa até moedas mandadas cunhar pelo regalismo maçônico, com a efígie deste rei do país das fantasias, fruto tão só daquela campanha sistemática e tão bem planejada que acabou obrigando o próprio Papa a extinguir a Companhia de Jesus. Quem quiser se divertir um pouco, passe os olhos pelas referidas páginas, onde poderá refrescar a memória com tais "histórias" da nossa História.

Concluamos, resumindo, esta primeira parte que já vai longa:

— Tendo-se-lhe afirmado que "a ação de Sepé foi negativa e adversa à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana", focalizamos a questão da brasilidade de Sepé, sob o referido aspecto de civilização, fazendo girar toda a nossa argumentação em torno do

conceito invocado. Preliminarmente, definimos este conceito, passando, em seguida, como vimos, a observar seus elementos constitutivos, a fim de verificar se, de fato, existia oposição entre eles na nossa civilização e na de Sepé. E verificamos, afinal, depois de uma verdadeira experiência, que estes elementos constitutivos do conceito de civilização nos eram comuns, a começar pelos elementos naturais, a terra e o homem. A afinidade geográfica permitiu-nos concluir que Sepé era brasileiro, gaúcho, nascido em S. Miguel, e que tanto amou esta terra que por ela realizou o sacrifício supremo de sua vida. Assim, personifica também um símbolo de amor a estes "pagos" que tanto amamos.

A afinidade racial levou-nos à afirmação de que, como índio, ele representa um daqueles três elementos componentes de nossa formação étnica, participando ao demais, como tal, do grupo dos primeiros povoadores e colonizadores do Rio Grande do Sul.

Quanto aos elementos culturais frisamos o conceito ético-metafísico da vida, elemento específico que caracteriza e modela as civilizações. E vimos que este elemento capital nos era comum, identificando assim as nossas civilizações ambas saturadas por aquêle mesmo humanismo cristão, proveniente da fé católica trazida para cá pelos nossos Nóbrega e Anchieta, e levada para lá pelos Roque González e Cristóvão de Mendonza. Este humanismo integral foi que modelou, à sua imagem e semelhança, todos os outros fatores culturais. A diferença entre estas duas civilizações apenas consistia numa questão de grau. Em consequência, a ação de Sepé, índio já catequizado, já saturado deste humanismo, não podia ser adversa à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana, cuja característica consistia na predominância deste mesmo elemento ético-metafísico. Finalmente, todos nós que julgamos com tanta compreensão os motivos, em virtude dos quais estão imortalizados no bronze os nossos prestimosos colonos italiano e alemão, bem como Garibaldi, estrangeiro e despido de qualquer espírito de brasilidade; nós que, com tanta justiça, já realizamos a consagração histórica de Bento Gonçalves, como símbolo de uma reação contra a prepotência e a injustiça, reação essa levada até ao extremo da exclusão do Rio Grande da comunhão brasileira, não obstante o inegável espírito de brasilidade dos farroupilhas, como poderemos nós deixar de reconhecer que Sepé também lutou por uma causa justa, ele que foi bravo centauro gaúcho, e dos nossos primeiros povoadores e colonizadores, ele que foi um dos elementos da nossa etnia e símbolo de amor a estes pagos tão caros, pelos quais deu sua vida?

Não, sua ação não foi negativa e muito menos adversa à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana e no Brasil; ao contrário, a ele estamos unidos por todos os elementos naturais e culturais que caracterizam o conceito de civilização.

Que os nossos valorosos fronteirões não tenham ainda sido imortalizados no bronze é realmente uma injustiça. A eles devemos muito. "Nunca tantos ficaram devendo tanto a tão poucos". "Seus feitos nunca feitos" bem merecem ser o quanto antes imortalizados na praça pública, como já estão no fundo dos nossos corações. Mas, quem o culpado desta injustiça? Entretanto, daí não se pode concluir que a ação de Sepé tenha sido negativa ou adversa, e por isso não mereça também ser lembrada por nós.

Tenho para mim que o ideal seria que num só monumento fossem lembrados todos estes grandes vultos da história do Rio Grande, a começar por Sepé representando o elemento indígena, sem esquecer o P. Roque, que, com os inacianos, evangelizou a "Província do Tape", moldando os nossos antepassados, marcando o traço eterno de nossa História. Seguir-se-iam os lagunistas, personificados em Brito Peixoto; o núcleo oficial com o Brigadeiro Pais, os açoritas representando o elemento luso e a "mãe preta" que nos embalou em seus braços, enquanto os nossos gloriosos fronteirões com Pinto Bandeira à frente, seguidos dos Marques de Sousa e dos Corrêa da Câmara, partindo da "Tranqueira de Rio Pardo" barravam as invasões espanholas do século XVIII, até a conquista das Missões com as figuras homéricas de Borges do Canto, Pedroso, etc.

E teríamos apenas esculpido as pedras angulares do imenso edifício, que se erguia majestoso com os heróis do povoamento, da defesa e da expansão geográfica do Rio Grande...

Em verdade, precisamos saldar o quanto antes esta dívida de gratidão e de amor pátrio.

Passemos à segunda parte deste singelo parecer.

— II —

Outro ponto que não pode passar em julgado é a afirmação "que domina em Sepé uma visão mítica generalizada e dominante". É preciso, de uma vez para sempre, distinguir-se o cacique Tiaraju da história, do São Sepé da lenda, como já teve oportunidade de observar o P. Jaeger. Com efeito, não é absolutamente só o "mito que domina, e tudo vence e a tudo se superpõe". Se o guerreiro se fez santo, a responsabilidade não é dele; cabe à História fazer abstração desta auréola, sem deixar de focalizar o perfil do lídimo centauro gaúcho. Proceder de outra forma seria desfigurá-lo, des-cambando a História para o mesmo erro que se aponta. Se ele foi guindado a tais altitudes, foi decerto como expressão superlativa de seu valor. Nada obstante, Tiaraju foi, realmente, uma figura histórica. Não há historiador coevo ou contemporâneo que tenha deixado de focalizar a sua atuação, particularmente na 2.ª campanha guaranítica. Aí estão os trabalhos clássicos do Côn. Gay

e do Visconde de São Leopoldo, até os estudos mais recentes do P. Luís G. Jaeger e do Prof. José Hansel com sua obra recém-saída do prelo. Ninguém ignora, por exemplo, o lugar, a data exata e as circunstâncias de sua morte, bem como a pessoa que o matou e em que circunstâncias. Ninguém ignora o cargo que exercia de cacique de S. Miguel, o efetivo de suas tropas, as perdas entre mortos e feridos, informações estas detalhadas em numerosos documentos históricos, como o "Diário de Operações do Cap. Jacinto Rodrigues da Cunha", a "Batalha de Caiboaté", do Gen. Assis Brasil", a "História das Missões" de Aurélio Pôrto, a "Batalha do Passo do Rosário" do Gen. Tasso Fragoso, etc. Ninguém ignora que a flor da juventude guarani foi imolada nesta batalha, perecendo cerca de mil e quinhentos homens, contra três mortos e dez feridos do exército espanhol.

"Quanto êste índio sobreleva, na singeleza de sua vida e na pobreza de seus recursos materiais, bem como no seu incomparável devotamento patriótico, à sanha incoercível de seus adversários, a que não mingüavam o saber guerreiro, nem instrumentos aperfeiçoados de destruição!" — observa o Gen. Tasso. Estamos, pois, face a uma figura e a acontecimentos absolutamente históricos. Como, pois, predomina o mito? Por que não cabe a sua figura "nos frios relatos da história?" E, mesmo que Sepé fôsse santo, a História não deixaria por isso de focalizá-lo, através de sua agiografia, que aliás não se deve confundir com mitologia. Mas, apesar de Sepé não ter sido canonizado pela Igreja, senão pelo consenso popular, o que vem provar seu prestígio, nem por isso êle pode, nem deve ser relegado ao acervo exclusivo da lenda, como um "Saci-Pererê" ou um "Negrinho do Pastoreio", os quais, se não são dignos de estátuas, nem por isso êles próprios deixam de constituir aquêles preciosos subsídios que a História não despreza e que encara até com elevado interesse, incorporando-os ao patrimônio lendário regionalista. Em síntese, a figura de Sepé cabe muito bem nos frios relatos da História.

— III —

Finalmente, o terceiro ponto do qual divirjo completamente consiste no preconceito de atribuir aos Jesuítas a responsabilidade da Guerra das Missões. Trata-se de uma acusação grave e infundada. "Não me parece que existam provas realmente cabais dêsse conceito apaixonado", afirma, com toda sua autoridade, o Gen. Tasso Fragoso, na pág. 64 de sua "Batalha do Passo do Rosário". "Mas, nem destas provas precisamos, acrescenta êle, para olhar com simpatia o movimento patriótico dêsses indígenas. Como poderiam êsses desventurados conformar-se com a idéia de abando-

nar casa, terreno, plantações, por paragens a que se não encami-nhariam voluntariamente.

"Se se aplaude hoje a um civilizado o seu afeto entranhado ao solo que o destino lhe deparou, por que negá-lo a um indefeso selvagem? E tudo isso desabou sobre êle como remate de hostilidades seculares"... e com as quais êle nada tinha que ver, acrescentamos nós.

Invoca-se na acusação aos jesuítas o depoimento de um jesuíta, o do P. Serafim Leite, "historiador oficial da Companhia de Jesus". Nós vamos invocar na nossa defesa não apenas um, mas muitos outros jesuítas. Começamos, entetanto, pelo depoimento de um leigo, como o fizemos há pouco, para, em seguida, dar a palavra às maiores autoridades neste assunto. Diga-se desde já que o P. Serafim Leite não é o historiador oficial da Companhia de Jesus, como já teve oportunidade de observar um membro desta Companhia, o P. Jaeger, que já chamou a atenção para certo espírito de nacionalismo que anima o P. Serafim, deixando-se influenciar naturalmente pela idéia em si compreensível de destacar o quanto Portugal deve à referida Companhia. Mas admitindo, apenas para provar, a generalização absurda, que mesmo que alguns padres se tivessem solidarizado com os índios, o mais que ficaria apurado seria que êstes padres tinham desobedecido a uma ordem clara e terminante transmitida pelo Geral de Roma ao Provincial do Paraguai para que se cumprisse e se fizesse cumprir a ordem de transmigração, e isto sob pena de excomunhão e de pecado mortal. (Ver a "Rev. Estudos", de Buenos Aires, N.º 349, de 1940, pág. 38, que contém conceituoso artigo de Gordilho Gomez e a obra de Guilherme Kratz, sob o título: "El Tratado Hispanico-Portuguéz", pág. 46 e 47. Em consequência a Companhia, como tal, estaria a cavaleiro de qualquer responsabilidade. Mas, não se generalize a afirmação referida do P. Serafim Leite. Êste não afirmou absolutamente que "os catequisadores, os orientadores, os diretores espirituais dos índios é que exerciam natural e fatalmente a função principal". Que alguns padres tivessem discordado da ordem de transmigração como contrária ao direito natural, é certo. Mas, discordar não é sinônimo de desobedecer. Compreende-se facilmente o que devia significar para um jesuíta, com seu voto de obediência, uma ordem tal, partida do Geral de Roma e sob pena de excomunhão e pecado mortal.

E todos obedeceram, nenhum se opôs, nenhum comandou a tropa. O próprio Marquês de Valdefríos, inimigo declarado dos jesuítas, afirmou taxativamente que "nenhum incentivou a insurreição" — pág. 128 da Revista supracitada. Os jesuítas fizeram tudo o que foi possível para evitar a luta, suplicaram aos chefes responsáveis que lhes concedessem pelo menos três anos, e êles fariam a transmigração pacificamente. A resposta de Valdefríos foi:

“Não lhes darei nem três meses”. (Ver Bauzá — *História de la dominación española en el Uruguay* — tomo III, pág. 85.) Nem três meses para passar para o outro lado do Uruguai aqueles três milhões de cabeças de gado e uma população de trinta mil almas com toda a sua matalotagem...!

E para uma região já ocupada, cujas terras estavam já designadas e sem moradias!

Não resta dúvida: o que se queria era provocar um pretexto a mais para ser anexado à célebre “Relação abreviada” de Pombal et caterva, contra a Companhia de Jesus.

Aliás, Afonso Taunay em sua “História da cidade de S. Paulo”, Vol. I., segunda parte, págs. 63-64, refere-se às relações de Gomes Freire, o Conde de Bobadela de Pombal, com a maçonaria. E o próprio Pombal, quando deposto por Maria I e processado, confessou claramente suas calúnias contra a Companhia de Jesus, relativas a este caso específico dos Sete Povos das Missões. Ver “A liberdade dos índios e a Companhia de Jesus”, obra do P. Madureira, publicada por ocasião do Centenário de nossa Independência — Vol. I, págs. 329 e seguintes, que contém afirmações do maior interesse relativamente ao caso em aprêço. Para provar tudo isso que venho de afirmar, aí estão ainda os conceituosos trabalhos das maiores autoridades na matéria, a começar pelos clássicos: FRANCISCO BAUZÁ — “História de la dominación española en el Uruguay” — Vol. III, pág. 85 e seguintes e pág. 145 e seguintes; CARDIEL: “Declaración de la Verdad”, onde num só volume pulveriza todas as objecções: aí está também o “Relatório” do P. Nusdorffer, anexo ao III volume da “História do Rio Grande do Sul” do P. Teschauer, págs. 191-507: aí está a “História da Companhia de Jesus na Província do Paraguai”, de PASTELLS, vol. 8, com a declaração dos 70 caciques interpelados, e onde não se encontra acusação alguma; aí está o trabalho de HERNÁNDEZ, “Organización Social de los Indios”, uma das maiores autoridades no assunto, além de trabalhos mais recentes como o de PASTOR, “História dos Papas”, vol. 16. 2.ª parte, pág. 82; o de FORTUNATO DE ALMEIDA, “História da Igreja em Portugal”, tomo 4.º. 1.ª parte, págs. 280 e seguintes; o “Tratado de Madrid”, de GUILHERME KRATZ, já referido; a “Coleção de documentos sobre a História do Rio da Prata”, publicada em 1949 na “Revista Missionária Hispânica”, em 40 números, de autoria de Francisco Mateos (o número mais interessante é o 17, pág. 319).

E tudo isto sem falar nos nossos Aurélio Porto, P. Teschauer, Afonso Taunay, o P. Madureira, Tasso Fragoso, Calogeras, Eduardo Prado, o P. Luís G. Jaeger, etc. E note-se que todas estas citações não se referem a admiradores de um modo geral da Companhia de Jesus, mas são de autoridades que julgam o caso específico da ausência de responsabilidade dos Jesuítas na Guerra das Missões.

Ora, não serei eu que agora irei dizer a última palavra sobre o assunto. Limite-me, pois, à guisa de conclusão, a subscrever, como o fiz no Instituto, as observações finais do P. Jaeger, às quais, resumidas, são as seguintes:

— que os padres da Companhia fizeram todo o possível para que se realizasse a transmigração imposta;

— que jamais nenhum jesuíta se opôs à sua realização, embora alguns discordassem da justiça do tratado;

— que, ante a obstinação dos silvícolas em não abandonar as suas terras, os padres ficaram até em situação muito crítica e tiveram, com pesar, de deixá-los entregues à sua sorte, impossibilitados de qualquer ação, verdadeiramente constrangidos entre a ponta da espada dos agressores e o muro intransponível da resistência obstinada dos silvícolas.

— que o fracasso da execução do tratado foi devido àqueles três erros fundamentais apontados por Francisco Mateos, que estudou a fundo toda a documentação relativa ao sucesso: “a ignorância absoluta da realidade americana nas Côrtes européias, à falta total do necessário tato para a realização da transmigração, e, finalmente, o incrível atropelo na sua execução”;

— que a desconfiança dos índios ante o empenho dos padres em fazer cumprir a ordem, chegou a tal ponto que os prenderam, negando-lhes comida e queixando-se amargamente que estes padres não eram seus amigos como aqueles outros dos bons tempos de outrora;

— que realmente foi baixada a tal ordem do P. Geral de Roma ao Provincial do Paraguai a fim de que os padres fizessem executar a transmigração sob pena de excomunhão e de pecado mortal.

Agora, perguntamos nós, por que aquela pressa na realização de uma empresa tão delicada como essa? Por que tanta precipitação?

Aquela falta de tato apontada não seria antes um pretexto a mais para justificar-se a campanha tremenda, já iniciada pela maçonaria contra os Jesuítas, e cujo termo em breve iria consumir-se com a extinção da Ordem?

Finalmente, perguntamos, que poderiam estes jesuítas fazer mais, que mais se lhes poderia exigir? O TEMPORA, O MORES!!!

Concluindo:

I — Existem entre nós e Sepé tantos elementos de afinidade, naturais e culturais, que caracterizam o conceito de civilização que não se pode dizer que sua ação tenha sido “negativa ou adversa à inclusão do Rio Grande na civilização lusitana e no Brasil.”

Em consequência, não veio inconveniente algum que se erga o pleiteado monumento em homenagem a Sepé. Julgo até um ato de justiça que o Rio Grande do Sul deve prestar-lhe.

II — Trata-se, sem dúvida, de uma figura comprovadamente histórica, apesar de certo aspecto lendário em que a imaginação popular a envolveu.

III — A Companhia de Jesus como tal não tem responsabilidade alguma no fracasso do Tratado de Madrid, nem tão pouco os jesuítas das Missões tomaram parte ativa nas guerras, nem sequer instigaram os índios à reação; pelo contrário, fizeram tudo que lhes foi possível para evitá-la.

Eis meu caro confrade, chegados ao termo final dêste depoimento sincero.

Pode o ilustre amigo orgulhar-se de uma coisa: Ter conseguido de mim mais do que aquêles bons padres conseguiram dos índios, isto é, arrancar-me de minha "toca", onde estava "acuado" de trabalhos, por todos os lados.

Teria reagido ao seu "ataque" com violência? Talvez. "Cet animal est méchant, quand on l'attaque, il se défend"...

Com um forte e cordial abraço, subscreve-se seu patricio e grande admirador

(ass.) Rinaldo Câmara

PÁ DE CAL SÔBRE O ASSUNTO SEPÉ

Mansueto Bernardi

Em fins de 1955, a Comissão de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul estremeceu a consciência tradicionalista gaúcha com o seu parecer contrário à proposta de um monumento à memória do caudilho missionário Sepé Tiaraju.

E maior ainda se tornou o assombro dos rio-grandenses, em face da insistência com que alguns interessados trombeteavam que aludido parecer merecera a aprovação unânime daquele sodalício.

Todavia, indagando-se, por menor, como pudera acontecer o estranho fato, verificou-se logo haver muito exagêro no noticiário da imprensa, porquanto o parecer em aprêço não havia reunido a totalidade dos votos dos componentes do Instituto, mas simplesmente fôra aprovado por meia dúzia de seus membros, por acaso presentes à sessão, em que o assunto foi discutido.

Mais ainda. Referidos sócios não se haviam pronunciado propriamente sôbre o veio da questão, mas se limitaram a responder à pergunta restrita formulada, isto é, se o índio Sepé Tiaraju podia ser apresentado e homenageado como símbolo de brasilidade.

Ora, é bem de ver que, nessas condições, a resposta só podia ser negativa, porquanto, ao tempo de Sepé, ainda não havia nem podia haver sentimento de brasilidade, visto não passar o Brasil daquela época de uma simples expressão geográfica, sem contornos definidos e sujeita ao Reino de Portugal.

Em face do exposto, perdia muito de sua alardeada importância o voto do Instituto, mau grado fôsse êle capaz de gerar, como efetivamente gerou, certas dúvidas e confusões nos espíritos desprevenidos.

Por êste motivo, alguns membros daquele areópago, inconformados com o ponto de vista esposado pela Comissão de História, resolveram consultar os demais confrades a respeito, no intuito de assim determinar quais os verdadeiros sentimentos do Instituto Histórico e Geográfico do Estado sôbre a matéria em tela. A resposta não se fêz esperar. Nada menos de 22 sócios do Instituto se declararam expressamente solidários com a iniciativa de um monumeneto a Sepé, convindo salientar que figuram entre os declarantes, com todo o pêsso de sua autoridade moral e política, um ex-presidente do Estado e quatro generais do Exército Nacional.

Seria deveras ocioso assinalar a relevância de semelhante pronunciamento, não só porque corresponde a um perfeito título declaratório de nacionalidade brasileira, outorgado ao paladino guarani, morto em defesa de sua terra e de sua gente, como também porque representa uma definitiva pá de cal sobre a ingrata controvérsia suscitada em torno da sua historicidade e do seu patriotismo.

Eis, na sua íntegra a manifestação dos 22 sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que aplaudem a iniciativa do monumento a Sepé, em confronto com a meia dúzia, que votou contra:

Exmo. Sr. Governador do Estado

CONSIDERANDO que, em fins do ano de 1955, o oficial do Exército, Major João Carlos Nobre da Veiga, propôs a V. Excia. a ereção de um monumento ao índio Sepé Tiaraju como "personificação do denodado valor e do acendrado anêgo à terra da figura mais simpática dos acontecimentos que ensangüentaram as coxilhas rio-grandenses, na segunda metade do século XVIII", visto parecer ao referido militar que nada seria "mais justo para o povo gaúcho do que reverenciar na pessoa do índio Sepé, seu próprio passado de lutas, de glórias e de sacrifícios";

CONSIDERANDO que a Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul emitiu parecer contrário a semelhante homenagem, sob o fundamento de que o referido índio não podia ser citado como um símbolo de brasilidade;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi uma personalidade ameríndia autêntica, vigorosa, histórica, densa de humanidade e preocupação política e social;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju nunca foi espanhol, cuja língua não conhecia e que não morreu, como se alegou, em defesa de um Império Jesuítico do Paraguai, o qual nunca existiu;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é, cronologicamente, o primeiro herói dessa gloriosa galeria de heróis de que tanto se orgulha o Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é o protótipo do cavaleiro cristão, galhardo, puro, desinteressado, sem medo e sem mancha;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é muito mais gaúcho e, por conseguinte, muito mais brasileiro — não no sentido político e moderno do vocábulo, mas no sentido etnogênico e racial — do que os mais velhos rio-grandenses, pois estes descendem de lusitanos aqui aportados, no máximo, há 230 anos, ao passo que ele provinha de uma "nação" aqui radicada "desde o tempo do dilúvio", conforme expressivamente acentuaram os caciques guaranis, no seu protesto coletivo contra a transmigração compulsória, determinada pelo Tratado de Madrid de 1750;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é o símbolo do espírito de sacrifício, do denodo, do heroísmo e do apêgo à terra, dos primitivos donos desta província, que eles amavam mais do que a própria vida;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é, ainda, o líder e o condutor da primeira e genuína revolução — de índole democrática e defensiva e conteúdo cívico-social — deflagrada no território do Rio Grande antigo;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é uma fonte, uma origem, uma força emanada dos primórdios do Rio Grande;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi, pela sua bravura e destemor, o primeiro gaúcho do pampa, na luta contra os ádvenas e intrusos, que queriam expulsar os seus irmãos cristianizados;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi, sem dúvida, a primeira manifestação de uma legítima consciência de pátria no Rio Grande;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju é um símbolo definitivamente incorporado na vida histórica do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju morreu nos campos de Caibatê, em defesa da terra rio-grandense, na primeira manifestação do sentimento telúrico de pátria, de que há memória na História Regional;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju, além de ser genuinamente rio-grandense, é o protótipo do gaúcho, o condutor de homens de sua querência que primeiro gritaram em face de espanhóis e portugueses que "Esta terra tem dono! Esta terra é nossa!"

CONSIDERANDO que, primeiro defensor de vasta extensão que hoje constitui o território do Estado, Sepé Tiaraju tem uma presença impressionante na história rio-grandense;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju tem sido glorificado pelo consenso geral dos gaúchos, através de vibrantes manifestações de seus mais expressivos vultos culturais;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju vem sendo aclamado pela opinião pública do Rio Grande do Sul, como o demonstra a difusão cada vez maior do seu nome deveras representativo;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju foi olvidado, quase por completo, no transcurso do bicentenário de sua morte: 7 de fevereiro de 1956;

CONSIDERANDO que Sepé Tiaraju já recebeu em tempos idos, as homenagens agradecidas dos filhos dos pampas;

CONSIDERANDO que já existe um subsídio pecuniário para promover a homenagem projetada (trinta mil cruzeiros) patrioticamente votado pela colenda Assembléia Legislativa do Estado.

Os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que este subscrevem, diretamente ou por delegação, certos de interpretarem o sentir da quase totalidade da população rio-

grandense, vêm, respeitosamente, apelar para V. Excia., no sentido de que promova, pelos meios que lhe parecerem mais hábeis, a ereção de um monumento à memória daquele bravo gaúcho, de que a nossa terra pode se orgulhar como os mexicanos se orgulham do seu herói nacional Guatimozin.

(Assinados) P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.
General Rinaldo Pereira da Câmara
Manoelito de Ornellas
Mansueto Bernardi
Dante de Laytano
Walter Spalding
A. A. Borges de Medeiros
General Estêvão Leitão de Carvalho
General Valentim Benício da Silva
Felix Contreiras Rodrigues
P. Balduino Rambo, S. J.
Herbert Canabarro Reichardt
General Dioclécio De Paranhos Antunes
Luiz Felipe de Castilhos Goycochêa
Amaro Baptista
Fernando Callage
Ten.-Coronel Henrique Oscar Wiederspahn
P. Geraldo José Pauwls, S. J.
Oswaldo Rodrigues Cabral
Affonso de E. Taunay
Luiz Alves de Oliveira Bello
Leopoldo Petry

Porto Alegre, setembro, 1956.

NOTA: Os nomes aparecem na ordem em que foram recebidas as adesões.

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA
LIVRARIA DO GLOBO S. A. EM PORTO ALEGRE. FILIAIS: SANTA MARIA,
PELOTAS E RIO GRANDE (NO RIO GRANDE DO SUL).

EDIÇÃO 2047 A — Para pedidos telegráficos deste livro, basta indicar
o número 2047 A, antepondo a esse número a quantidade. Exemplo:
para pedir 5 exemplares do presente livro, basta indicar: Dicionário —
Porto Alegre — 52047 A. Quando a quantidade a pedir for 10 ou mais
exemplares, não é necessário transmitir a letra A.

e o subtítulo “Fisionomia do
Herói Missioneiro Sepé Tiaraju.”

Na ocasião em que se discute
vivamente a posição histórica
do caudilho da Guerra das Re-
duções, é evidente a oportuni-
dade de tal lançamento, tanto mais
que o Autor não versa exclusi-
vamente sobre a vida aventure-
sa de Sepé Tiaraju. Esta serve
de motivo a que *Mansueto Ber-
nardi* desenvolva tema mais
vasto e transcendente, qual seja
o da significação histórica para
o Rio Grande e o Brasil da gran-
de experiência religiosa das Mis-
sões, levada a efeito nos séculos
XVII e XVIII pela Companhia
de Jesus, na margem oriental do
rio Uruguai, antes da conqui-
sta portuguesa do continente de
São Pedro.

A obra se compõe de três par-
tes — “O Primeiro Caudilho
Rio-Grandense”, “Evocação de
Sepé Tiaraju”, “Um Monumen-
to a Sepé Tiaraju” (subdividido
em dezoito capítulos, nos quais
a questão é abordada sob inú-
meros aspectos) — e um “Apên-
dice” que reproduz na íntegra o
parecer da Comissão de História
do Instituto Histórico e Geográ-
fico do Rio Grande do Sul sobre
o momentoso assunto, além de
vários pronunciamentos pró e
contra aquele parecer.

Publicação da
EDITORA GLOBO